



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS - DTCS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ECOLOGIA**  
**HUMANA E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL - PPGEcoH**

**DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO**

**TRABALHO FEMININO NA AGRICULTURA FAMILIAR**  
**NA RIDE PETROLINA/JUAZEIRO**

**JUAZEIRO-BA**

**2024**

**DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO**

**TRABALHO FEMININO NA AGRICULTURA FAMILIAR  
NA RIDE PETROLINA/JUAZEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia, Campus III, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental.

**Linha de Pesquisa:** Gestão Socioambiental

**Orientadora:** Dra. Maria Herbênia Lima Cruz Santos

**JUAZEIRO-BA**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

N244t Nascimento, Deise Cristiane do

Trabalho feminino na agricultura familiar na ride Petrolina/Juazeiro / Deise  
Cristiane do Nascimento. Juazeiro-BA, 2024.  
147 fls.: il.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Herbênia Lima Cruz Santos.

Inclui Referências

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e  
Ciências Sociais – DTCS. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão  
Socioambiental – PPGecoH, Campus III. 2024.

1. Agricultora Familiar. 2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –  
Pronaf. 3. Pluriatividade. 4. Socioeconômico – 5. Ambiental. I. Santos, Maria Herbênia Lima  
Cruz. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais –  
DTCS. III. Título.


CDD: 338.18

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### “TRABALHO FEMININO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA RIDE PETROLINA/JUAZEIRO”


#### DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGEcoh, em X de julho de 2024, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 MARIA HERBENIA LIMA CRUZ SANTOS  
Data: 22/08/2024 16:22:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Professora Dra. MARIA HERBÊNIA LIMA CRUZ SANTOS  
Doutora em Agronomia  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil.

Documento assinado digitalmente  
 LINDETE MIRIA VIEIRA MARTINS  
Data: 23/08/2024 14:19:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Professora Dra. LINDETE MIRIA VIEIRA MARTINS  
Doutora em Agronomia  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil

Documento assinado digitalmente  
 CRISTIANE DOMINGOS DA PAZ  
Data: 26/08/2024 15:10:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Professora Dra. CRISTIANE DOMINGOS DA PAZ  
Doutora em Plant Pathology  
Auburn University, Estados Unidos

Documento assinado digitalmente  
 SIDCLAY CORDEIRO PEREIRA  
Data: 22/08/2024 17:42:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Professor Dr. SIDCLAY CORDEIRO PEREIRA  
Doutor em Ciências Geográficas  
Université Laval, ULAVAL, Canadá

Documento assinado digitalmente  
 ANTONIO PEREIRA FILHO  
Data: 22/08/2024 19:23:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Professor Dr. ANTONIO PEREIRA FILHO  
Doutor em Engenharia Agrícola  
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta Tese à minha família,  
em especial ao meu filho Alex Vinícius,  
a força e a razão da minha existência,  
um grande presente de Deus.*

## **EPIGARAFE**

“Por um mundo onde sejamos  
socialmente iguais, humanamente  
diferentes e totalmente livres”  
(Rosa Luxemburgo)

## AGRADECIMENTO

O ato de expressar gratidão deve ser uma prática constante em nossa vida. Por isso, é importante reconhecer aqueles que, de maneira voluntária ou não, contribuíram e fizeram parte do nosso processo de desenvolvimento pessoal e acadêmico. Agradeço aos meus avós Manoel e Ivone (*in memoriam*), que foram pilares da minha trajetória e exemplos de amor e dedicação. Minha gratidão por me proporcionar um lar e pelos valiosos ensinamentos. À minha mãe, Madalena, com quem tenho o privilégio de dividir meu dia a dia; às minhas tias, Virginia e Linda; à minha irmã, Suzi; aos meus afilhados, João e Helena; e ao grande amor da minha vida, meu filho, Alex Vinicius, que é minha maior inspiração.

À minha orientadora, amiga e companheira Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Herbênia Lima Cruz Santos, que, com sua preciosa sabedoria, me ajudou a compreender o processo de construção da pesquisa. Com seu jeito especial de ser — dedicada, parceira, amiga, exigente e sempre disponível —, compartilhou seus conhecimentos, contribuindo em todos os momentos para a elaboração deste estudo e, principalmente, para me tornar uma pessoa melhor. Há pessoas que entram em nossa vida e são como luz.

Aos(às) estimados(as) professores(as) Dr<sup>a</sup>. Cristiane Domingos da Paz, Dr<sup>a</sup>. Lindete Miria Vieira Martins, Dr. Sidclay Cordeiro Pereira e Dr. Antonio Pereira Filho, que integram a banca de defesa desta Tese, registro meu sincero reconhecimento. Suas sugestões e ideias foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, enriquecendo significativamente a pesquisa. Agradeço a todos(as) pela valiosa dedicação, tempo e conhecimento compartilhados.

Meu obrigada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGECO), que me oportunizou novos olhares sobre o mundo rural. Agradeço ao coordenador do programa, Dr. Carlos Alberto Batista dos Santos, pelo apoio e orientação na conclusão desta tese, e à secretária Marineusa pelo suporte administrativo e pronta assistência sempre que necessário.

Aos colegas de doutorado, com quem partilhei muitos momentos e sentimentos, que foram, sem dúvida, importantes para essa conquista. Em especial, aos meus amigos Regis e Enio, com quem tive a honra de dividir essa caminhada, repleta de ansiedades e alegrias. Às minhas amigas Cinara e Dinoelma, que tive o privilégio de conhecer no mestrado, levarei todos vocês comigo para a vida.

Agradeço ao amigo e irmão Celso Franca (*in memoriam*), cuja orientação e incentivo foram essenciais para que eu seguisse em frente na jornada do doutorado. Sua amizade, companheirismo e apoio nunca serão esquecidos ... “Que saudade!”.

A todos(as) que participaram desta pesquisa, por me acolherem em suas casas e compartilharem suas histórias de vida na agricultura familiar, especialmente as mulheres. A generosidade e o carinho com que fui recebida me proporcionaram a oportunidade de contribuir, de alguma forma, para o reconhecimento dessas trabalhadoras. A todos(as) que, de diferentes maneiras, colaboraram neste processo, cujas contribuições iluminaram a realidade estudada, oferecendo novas perspectivas e ideias enriquecedoras.

**Finalizo agradecendo a Deus!**

**NASCIMENTO, Deise Cristiane do.** Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Agosto de 2024. Trabalho feminino na agricultura familiar na Ride Petrolina/Juazeiro.

**RESUMO:** A agricultura familiar é caracterizada pela interação entre terra, trabalho e família, sendo que o trabalho feminino desempenha um papel importante na garantia da subsistência e no desenvolvimento socioeconômico das famílias rurais. As práticas agrícolas conduzidas pelas agricultoras promovem o uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a preservação ambiental e a continuidade das atividades agrícolas. Apesar de sua participação expressiva, elas enfrentam desafios que as invisibilizam e limitam suas oportunidades de obter uma renda justa e equitativa. Dessa forma, esta tese busca responder às seguintes questões: de que forma o trabalho feminino na agricultura familiar na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA contribui para a sustentabilidade econômica, social e ambiental dessas comunidades? Como esse trabalho influencia o bem-estar social e a autonomia feminina no meio rural? A hipótese central é que o trabalho realizado por elas contribui significativamente para a sustentabilidade econômica, social e ambiental do meio rural, bem como para sua autonomia econômica. Nesse contexto, o objetivo geral é analisar o trabalho feminino na agricultura familiar na Ride. Além disso, pretende-se: examinar a evolução e o acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) por mulheres; caracterizar o perfil socioeconômico das agricultoras; analisar a dinâmica socioeconômica e as atividades pluriativas desenvolvidas nas comunidades rurais; e identificar as práticas agrícolas adotadas. Para alcançar esses objetivos, a metodologia adotada incluiu revisão bibliográfica sistemática, revisão documental e pesquisa de campo. Os dados foram extraídos do Censo Agropecuário 2017, da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central, do Censo Demográfico de 2022 e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A pesquisa de campo foi realizada em 2023 por meio de entrevistas com agricultores(as) dos Projetos Públicos de Irrigação (PPIs) Maria Tereza, localizado em Petrolina (PE), e Salitre, em Juazeiro (BA), com 89 e 75 agricultores(as), respectivamente. A análise do acesso ao crédito, do perfil socioeconômico, das fontes de renda e das práticas de gestão dos recursos naturais revela informações importantes sobre a situação das mulheres na agricultura familiar. Observou-se que, em comparação com os homens, elas têm acesso significativamente menor ao crédito do Pronaf em todas as regiões do país, dificultando sua autonomia econômica. Em termos educacionais, enfrentam maiores dificuldades devido ao envolvimento em múltiplas atividades. Sua principal fonte de renda é obtida por meio das atividades desenvolvidas fora do estabelecimento. Além disso, em mais da metade dos municípios da Ride dirigidos por agricultoras, a produção é destinada principalmente para o consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor. No que diz respeito ao tipo de agricultura, elas estão mais engajadas na produção agroecológica e orgânica. Os resultados sobre o trabalho feminino na agricultura fornecem subsídios para o desenvolvimento de ações e políticas públicas que visem a redução das desigualdades.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Pluriatividade. Socioeconômico. Ambiental.

**NASCIMENTO, Deise Cristiane do.** State University of Bahia. Postgraduate Program in Human Ecology and Socioenvironmental Management, August 2024. Female work in family farming in Ride Petrolina/Juazeiro.

**ABSTRACT:** Family farming is characterized by the interaction between land, labor, and family, with women's labor playing a fundamental role in ensuring the subsistence and socioeconomic development of rural families. The agricultural practices carried out by women farmers promote the sustainable use of natural resources, contributing to environmental preservation and the continuity of agricultural activities. Despite their significant participation, they face challenges that make them invisible and limit their opportunities to obtain a fair and equitable income. Thus, this thesis seeks to answer the following questions: how does women's labor in family farming in the Integrated Economic Development Region (Ride) of the Petrolina/PE and Juazeiro/BA Poles contribute to the economic, social, and environmental sustainability of these communities? How does this work influence social well-being and women's autonomy in rural areas? The central hypothesis is that the work carried out by women contributes significantly to the economic, social, and environmental sustainability of rural areas, as well as to their economic autonomy. In this context, the general objective is to analyze women's labor in family farming in Ride. Furthermore, the aim is to: examine the evolution of and access to credit from the National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf) by women; characterize the socioeconomic profile of women farmers; analyze the socioeconomic dynamics and multi-active activities developed in rural communities; and identify the agricultural practices adopted. To achieve these objectives, the methodology adopted included a systematic literature review, documentary review, and field research. Data were extracted from the 2017 Agricultural Census, the Central Bank's Rural Credit Data Matrix, the 2022 Demographic Census, and the Annual Social Information Report (RAIS). The field research was carried out in 2023 through interviews with farmers from the Maria Tereza Public Irrigation Projects (PPIs), located in Petrolina (PE), and Salitre, in Juazeiro (BA), with 89 and 75 farmers, respectively. The analysis of access to credit, socioeconomic profile, sources of income, and natural resource management practices reveals important information about the situation of women in family farming. It was observed that, compared to men, they have significantly less access to Pronaf credit in all regions of the country, hindering their economic autonomy. In terms of education, they face greater difficulties due to their involvement in multiple activities. Their main source of income is obtained through activities developed outside the establishment. Furthermore, in more than half of the municipalities in the RIDE region run by women farmers, production is mainly intended for their own consumption and for people with family ties to the producer. With regard to the type of agriculture, they are more engaged in agroecological and organic production. The results on women's work in agriculture provide support for the development of actions and public policies aimed at reducing inequalities.

**Keywords:** Family Farmer. National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf). Pluriactivity. Socioeconomic. Environmental

**NASCIMENTO, Deise Cristiane do.** Universidad del Estado de Bahía. Programa de Posgrado en Ecología Humana y Gestión Socioambiental, agosto de 2024. Trabajo femenino en la agricultura familiar en la Ride Petrolina/Juazeiro.

**RESUMEN:** La agricultura familiar se caracteriza por la interacción entre tierra, trabajo y familia, jugando el trabajo femenino un papel fundamental para garantizar la subsistencia y el desarrollo socioeconómico de las familias rurales. Las prácticas agrícolas realizadas por agricultoras promueven el uso sostenible de los recursos naturales, contribuyendo a la preservación del medio ambiente y la continuidad de las actividades agrícolas. A pesar de su importante participación, enfrentan desafíos que los invisibilizan y limitan sus oportunidades de obtener ingresos justos y equitativos. Por lo tanto, esta tesis busca responder las siguientes preguntas: ¿cómo el trabajo femenino en la agricultura familiar en la Región Integrada de Desarrollo Económico (Ride) de Polo Petrolina/PE y Juazeiro/BA contribuye a la sostenibilidad económica, social y ambiental de estas comunidades? ¿Cómo influye este trabajo en el bienestar social y la autonomía femenina en las zonas rurales? La hipótesis central es que el trabajo que realizan contribuye significativamente a la sostenibilidad económica, social y ambiental de las zonas rurales, así como a su autonomía económica. En este contexto, el objetivo general es analizar el trabajo femenino en la agricultura familiar en Ride. Además, se pretende: examinar la evolución y el acceso al crédito del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (Pronaf) por parte de las mujeres; caracterizar el perfil socioeconómico de las agricultoras; analizar la dinámica socioeconómica y las actividades pluriactivas que se desarrollan en las comunidades rurales; e identificar las prácticas agrícolas adoptadas. Para lograr estos objetivos, la metodología adoptada incluyó una revisión bibliográfica sistemática, revisión documental e investigación de campo. Los datos fueron extraídos del Censo Agropecuario 2017, la Matriz de Datos de Crédito Rural del Banco Central, el Censo Demográfico 2022 y el Listado Anual de Información Social (RAIS). La investigación de campo se realizó en 2023, a través de entrevistas a agricultores de los Proyectos Públicos de Riego (PPI) María Tereza, ubicados en Petrolina (PE), y Salitre, en Juazeiro (BA), con 89 y 75 agricultores(as), respectivamente. El análisis del acceso al crédito, el perfil socioeconómico, las fuentes de ingresos y las prácticas de gestión de los recursos naturales revela información importante sobre la situación de las mujeres en la agricultura familiar. Se observó que, en comparación con los hombres, las mujeres tienen significativamente menos acceso al crédito del Pronaf en todas las regiones del país, lo que dificulta su autonomía económica. En términos educativos, enfrentan mayores dificultades debido a la participación en múltiples actividades. Su principal fuente de ingresos la obtiene a través de actividades realizadas fuera del establecimiento. Además, en más de la mitad de los municipios de Ride dirigidos por mujeres agricultoras, la producción se destina principalmente al consumo propio y al de personas con vínculos familiares con el productor. En cuanto al tipo de agricultura, se dedican más a la producción agroecológica y orgánica. Los resultados sobre el trabajo femenino en la agricultura brindan soporte para el desarrollo de acciones y políticas públicas encaminadas a reducir las desigualdades.

**Palabras clave:** Agricultora Familiar. Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (Pronaf). Pluriactividad. Socioeconómico. Ambiental.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACAVASF	Associação do Comércio Agropecuário do Vale do São Francisco
ANOVA	Analysis of Variance
BNB	Banco do Nordeste
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP/UNEB	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPFs	Cadastro de Pessoas Físicas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNOC	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNTR/CUT	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPIs	Projetos Públicos de Irrigação
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária

## LISTA DE FIGURAS

### CAPÍTULO 1

<b>Figura 1: Participação Relativa das Regiões do Brasil no Crédito de Custeio e Investimento do Pronaf, de 2013 a 2022 .....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 2: Participação Feminina no Crédito de Custeio e Investimento do Pronaf, por Região, de 2013 a 2022 .....</b>	<b>62</b>

### CAPÍTULO 3

<b>Figura 1: Localização geográfica da área de estudo. Projeto Salitre, Juazeiro, Bahia, Brasil; Projeto Maria Tereza, Petrolina, Pernambuco, Brasil.....</b>	<b>98</b>
---	-----------

### CAPÍTULO 4

<b>Figura 1. Localização geográfica da área de estudo: Projeto Público de Irrigação Salitre, Juazeiro, Bahia, Brasil; Projeto Público de Irrigação Maria Tereza, Petrolina, Pernambuco, Brasil. Fonte: Imagens de satélite Esri (2022).....</b>	<b>114</b>
---	------------

## LISTA DE TABELAS

### CAPÍTULO 1

Tabela 1 - Valor do Crédito Custeio por Região e Ano - Gênero Feminino (Referência: Nordeste) .....	56
Tabela 2 - Valor do Crédito Custeio por Região e Ano – Gênero Masculino (Referência: Nordeste) .....	56
Tabela 3 - Valor do Crédito Investimento por Região e Ano – Gênero Feminino (Referência: Nordeste) .....	57
Tabela 4 - Valor do Crédito Investimento por Região e Ano – Gênero Masculino (Referência: Nordeste) .....	57
Tabela 5 - Quantidade e Proporção dos Contratos de Custeio do Pronaf, por Região e Gênero no Brasil, 2013 a 2022 .....	58
Tabela 6 - Quantidade e Proporção dos Contratos de Investimento do Pronaf, por Região e Gênero no Brasil, 2013 a 2022 .....	59
Tabela 7 - Valores Médios de Crédito de Custeio (em Reais) do Pronaf, por Regiões e Gênero, 2013 a 2022 .....	59
Tabela 8 - Valores Médios de Crédito de Investimento (em Reais) do Pronaf, por Regiões e Gênero, 2013 a 2022.....	60

### CAPÍTULO 2

Tabela 1 - Número estabelecimentos área total e pessoal ocupado nos diferentes tipos de agricultura da RIDE Petrolina/Juazeiro .....	77
Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, com a distinção de agricultura familiar e não familiar e sexo do produtor, RIDE Petrolina-Juazeiro, 2017.....	78
Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários e condição das agricultoras familiares .....	80
Tabela 4 - Mulheres ocupadas em estabelecimentos agropecuários na RIDE Petrolina/Juazeiro, agricultura familiar e não familiar.....	81
Tabela 5 - Finalidade principal da produção agropecuária em estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres na RIDE do Polo Petrolina/Juazeiro .....	83
Tabela 6 - Renda obtida com as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres na RIDE Petrolina/Juazeiro .....	84
Tabela 7 - Distribuição por faixa etária das agricultoras familiares da RIDE Petrolina/Juazeiro.....	85
Tabela 8 - Nível de escolaridade das agricultoras familiares: RIDE Petrolina-Juazeiro, 2017 .....	86

### CAPÍTULO 3

Tabela 1 - Cor/ Raça e Estado Civil por Gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre..	100
--	-----

<b>Tabela 2 - Nível de educação por gênero nos Projeto Maria Tereza e Salitre.....</b>	<b>101</b>
<b>Tabela 3 - Regimes de Posse de Terra por Gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre .....</b>	<b>102</b>
<b>Tabela 4 - Tipos de Criação de Animais e Tipos de Culturas por Gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre.....</b>	<b>103</b>
<b>Tabela 5 - Formas de Comercialização por Gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre .....</b>	<b>104</b>
<b>Tabela 6 - Tipos de Ocupações por gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre .....</b>	<b>105</b>
<b>Tabela 7 - Categorias de Ocupação por Gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre ..</b>	<b>106</b>
<b>Tabela 8 - Renda Familiar Mensal por Gênero, por Ocupações Não Agrícolas e Agrícolas nos Projetos Maria Tereza e Salitre .....</b>	<b>107</b>

#### **CAPÍTULO 4**

<b>Tabela 1 - Tipos de Agricultura por gênero no PPI Maria Tereza e PPI Salitre. ....</b>	<b>118</b>
<b>Tabela 2 - Destino dos resíduos por por gênero no PPI Maria Tereza e PPI Salitre. ....</b>	<b>119</b>
<b>Tabela 3 - Resíduos dos cultivos e/ou da pecuária por gênero no PPI Maria Tereza e PPI Salitre.....</b>	<b>119</b>
<b>Tabela 4 - Práticas de controle de pragas por gênero no PPI Maria Tereza e PPI Salitre. ....</b>	<b>120</b>
<b>Tabela 5 - Descarte de embalagens químicas por gênero no PPI Maria Tereza e PPI Salitre.....</b>	<b>121</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Síntese dos Capítulos que Compõem a Tese.....</b>	<b>26</b>
---	-----------

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2 PROPOSIÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>3 INTRODUÇÃO GERAL</b> .....	<b>22</b>
<b>4 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>27</b>
<b>4.1 Camponeses e agricultores familiares: breve análise das categorias sociais</b> .....	<b>27</b>
<b>4.2 Dualidade no Campo e o Reconhecimento da Agricultura Familiar</b> .....	<b>30</b>
<b>4.2.1 Pluriatividade: Estratégia de Renda na Agricultura Familiar</b> .....	<b>35</b>
<b>4.3 A Economia Feminista e o Pronaf</b> .....	<b>37</b>
<b>4.4 A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) do Polo Petrolina e Juazeiro</b> .....	<b>40</b>
<b>5 MÉTODOS</b> .....	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO 1: PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL</b> .....	<b>48</b>
<b>Resumen</b> .....	<b>49</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>50</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>50</b>
<b>MÉTODO</b> .....	<b>51</b>
<b>Pronaf: uma resposta às desigualdades rurais no brasil</b> .....	<b>52</b>
<b>Desigualdade de gênero e autonomia econômica feminina</b> .....	<b>61</b>
<b>Considerações finais</b> .....	<b>63</b>
<b>Referências</b> .....	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO 2: MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA RIDE PETROLINA/JUAZEIRO: PERFIL SOCIOECONÔMICO COM BASE NO CENSO AGROPECUÁRIO 2017</b> .....	<b>67</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>68</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>68</b>
<b>1 Introdução</b> .....	<b>69</b>
<b>2 Metodologia</b> .....	<b>71</b>
<b>3 Economia Feminista e Agricultura Familiar</b> .....	<b>72</b>
<b>3.1 Perfil econômico e social das agriculturas familiares na RIDE Petrolina/Juazeiro</b> .....	<b>77</b>
<b>3.1.1 Análise da idade e formação educacional das agricultoras familiares</b> .....	<b>85</b>
<b>4 Considerações finais</b> .....	<b>88</b>
<b>Referências</b> .....	<b>89</b>

<b>CAPÍTULO 3: PROTAGONISMO FEMININO NA AGRICULTURA FAMILIAR: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....</b>	<b>92</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>93</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>93</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>93</b>
<b>Métodos .....</b>	<b>95</b>
<b>Resultados e Discussão.....</b>	<b>98</b>
<b>Dados Socioeconômicos e o trabalho da mulher na agricultura familiar .....</b>	<b>98</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>108</b>
<b>Referências.....</b>	<b>109</b>
<b>CAPÍTULO 4: MULHERES E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RIDE) DO POLO DE PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA .....</b>	<b>111</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>112</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>112</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>113</b>
<b>Métodos .....</b>	<b>113</b>
<b>Resultados e discussão .....</b>	<b>115</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>122</b>
<b>Referências.....</b>	<b>122</b>
<b>6 DISCUSSÃO GERAL.....</b>	<b>124</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>	<b>143</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

No relatório elaborado em 1959 pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, foram detalhadas as diferenças de produtividade, renda *per capita*, investimento realizados nas últimas décadas entre duas principais regiões do país. Assim foi possível revelar o alto grau de concentração da indústria e a forte polarização entre as regiões Centro-Sul e Nordeste. O modelo de desenvolvimento nacional proposto favorecia a região Centro-Sul do país, essencialmente grupos que tinham uma renda alta nas áreas urbanas, caracterizando as distorções de uma política que concentrava renda. O Centro-Sul incorporou ganhos de produtividade da indústria. Enquanto, a região Nordeste permanecia como primário-exportadora, importando os produtos industrializados que eram consumidos internamente.

Dessa forma, o GTDN propôs uma política de desenvolvimento econômico e social para o Nordeste. Dentre as ações estruturais recomendadas estavam a construção de açudes, irrigação e outras formas de aproveitamento das águas já represadas; a desapropriação de terras, a orientação das culturas, o controle de produção e a permanência do agricultor na terra, ou seja, mudanças nas estruturas sociais.

No submédio do Vale do São Francisco, com o propósito de mitigar os efeitos do fenômeno da seca na região e das crises cíclicas da economia capitalista, o grupo propôs como medida de curto prazo a criação de ocupações que permitissem à população manter um nível mínimo de renda, fixando-a onde se encontrava. Como medida de longo prazo, sugeriu uma rede de açudes que possibilitasse a implantação da irrigação, assim como a redução da prática da agricultura de subsistência.

Sendo assim, o desenvolvimento da agricultura no submédio do Vale do São Francisco foi catalisado pelos aportes financeiros vindos do governo federal para implantação dos perímetros de irrigação no final da década de 1960, resultando, entre outras iniciativas, na criação de um polo da fruticultura irrigada (Elias; Pequeno, 2007). Essa transformação consolidou a região como um importante centro do agronegócio. Como consequência, ocorreu um aumento significativo na produção e na produtividade, especialmente nos cultivos de uva e manga destinados ao mercado externo.

Em 2001, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/ BA, que é a área de estudo nesta tese. Criada pela Lei Complementar nº 113 de 2001 e regulamentada pelo Decreto nº 4.366 de 2002, a Ride

Petrolina/Juazeiro e é constituída por oito municípios: quatro na Bahia - Juazeiro, Curaçá, Sobradinho e Casa Nova - e quatro em Pernambuco - Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó (Brasil, 2001).

Na Ride Petrolina/Juazeiro a agricultura familiar representa o maior segmento em número de estabelecimentos agrícolas e constitui uma parte significativa da dinâmica econômica e social da região. Produzem uma diversidade de alimentos que atendem à demanda local e regional. Os(as) agricultores(as) se encontram tanto em áreas irrigadas quanto de sequeiro. Neste cenário, destaca-se o trabalho feminino na agricultura familiar, que não só contribui para o desenvolvimento social e econômico, mas também busca adotar práticas sustentáveis no uso dos recursos naturais.

No que diz respeito à agricultura familiar, historicamente os(as) agricultores(as) familiares têm enfrentado desafios relacionados ao acesso e à posse da terra, geralmente em um contexto de concentração fundiária e competição com modelos de agricultura em larga escala. Somente em 2006 o governo federal promulgou a Lei nº 11.326 que estabeleceu a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Esta legislação oferece uma definição oficial de agricultura familiar reconhecendo a necessidade de políticas específicas que atendam às características únicas e aos desafios enfrentados pelos agricultores familiares.

Neste cenário, destaca-se o trabalho feminino na agricultura familiar, que não só contribui para o desenvolvimento social e econômico, mas também busca adotar práticas sustentáveis no uso dos recursos naturais. Herrera (2019) também afirma que, historicamente, as mulheres sempre estiveram envolvidas em atividades laborais, consolidando-se como sujeitos políticos através da efetividade de suas lutas e das várias conquistas alcançadas. Nesse contexto, Schneider (2003) complementa destacando que a participação das mulheres no meio rural não só é expressiva, mas também contribui significativamente para aliviar a pressão sobre os recursos naturais.

Por outro lado, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) chama a atenção para o fato de que as mulheres rurais enfrentam mais restrições do que os homens no acesso à terra, água, sementes, tecnologias, ferramentas, crédito, assistência técnica, mercados de produção e cooperativas rurais (Bojanic, 2017). De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2024), ao buscarem integrar-se ao mercado de trabalho, as mulheres enfrentam várias barreiras, incluindo salários inferiores aos dos homens e obstáculos para adentrar setores tradicionalmente dominados por homens.

Em 2023, foi estabelecida a lei da igualdade salarial com o objetivo de criar parâmetros que visam enfrentar a ausência de isonomia salarial entre homens e mulheres. No entanto, a desigualdade no mercado de trabalho é uma característica histórica e estrutural das sociedades. Em diversos setores, incluindo a agricultura, a força de trabalho feminina é frequentemente considerada secundária.

Herrera (2019) destaca que, no contexto rural, reconhecer formalmente as mulheres como agricultoras não só aumenta a visibilidade de suas atividades agrícolas, mas também assegura o reconhecimento merecido de suas contribuições, que transcendem a esfera reprodutiva e alcançam a produção e geração de renda familiar. O reconhecimento deve ser estendido a todas as dimensões sociais, garantindo uma valorização equitativa do trabalho feminino, que historicamente tem sido invisibilizado.

Nessa perspectiva, esta tese foi desenvolvida com o objetivo de analisar o trabalho feminino na agricultura familiar na Ride Petrolina/Juazeiro. Isto posto, esse estudo foi idealizado em quatro capítulos (artigos). O primeiro capítulo apresenta as perspectivas acerca do Pronaf, que emergiu como um instrumento de política pública para fomentar a agricultura familiar. Este estudo gerou um artigo que foi publicado na Revista Estudios Rurales no ano de 2023.

O segundo capítulo evidencia a contribuição das mulheres para a agricultura familiar da Ride Petrolina/Juazeiro e as desigualdades vivenciados no meio rural, em linhas gerais, o trabalho permitiu a caracterização do perfil socioeconômico das mulheres agricultoras familiares, e sua participação na atividade econômica. Este estudo resultou em um artigo, o qual foi publicado na revista Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional, em 2024.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada com os(as) agricultores(as) dos Projetos Públicos de Irrigação (PPIs) Maria Tereza e Salitre. Dessa forma, o estudo possibilitou analisar como as mulheres da agricultura familiar impactam a dinâmica socioeconômica, identificando as atividades pluriativas e as práticas agrícolas adotadas pelas agricultoras. Este capítulo foi submetido à Mundo Agrario: Revista de Estudios Rurales.

Com efeito, o quarto capítulo também aborda os resultados da pesquisa de campo, identificando as práticas agrícolas adotadas pelas mulheres da agricultura familiar, sendo submetido à Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

## **2 PROPOSIÇÃO**

Propõe-se analisar o trabalho feminino na agricultura familiar na Ride Petrolina/Juazeiro, investigando como, mesmo diante das desigualdades de gênero, a contribuição das mulheres é essencial para a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como para as atividades pluriativas desenvolvidas nas comunidades rurais.

### 3 INTRODUÇÃO GERAL

A agricultura familiar, historicamente marginalizada no Brasil, sofreu as consequências de um legado colonial e de um processo de modernização agrícola desigual que se intensificou a partir da década de 1960. Nesse período, os incentivos governamentais no campo beneficiaram predominantemente os grandes produtores vinculados ao mercado de exportação. Diante das mudanças significativas e da adoção de inovações disruptivas, os agricultores familiares adaptaram suas dinâmicas sociais e econômicas, desenvolvendo estratégias que promoveram sua permanência no campo.

À luz dessas questões, foi somente na década de 1990 que o governo federal instituiu o primeiro programa de crédito destinado especificamente ao financiamento da agricultura familiar. Esse avanço foi resultado das mobilizações lideradas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), que evidenciaram as contradições existentes. No final da década, o governo lançou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que, ao longo do tempo, ampliou seu alcance por meio da diversificação das linhas de crédito e da inclusão de novos públicos (Brumer; Spanevello, 2012).

A partir de 2001, o Pronaf passou a alocar um mínimo de 30% de seus créditos para as mulheres rurais, respondendo ao fato de que apenas 7% delas eram beneficiárias do programa. Contudo, essa medida de política de crédito não alcançou o percentual mínimo estabelecido, não produzindo o impacto desejado devido às desigualdades de gênero na sociedade. Estas incluem questões como acesso desigual a recursos, discriminação e normas sociais que desvalorizam o trabalho e a contribuição das mulheres (Brumer; Spanevello, 2012).

Nesse contexto, as mulheres rurais se destacaram na luta por seus direitos. Segundo a Contag (2024), através da articulação feminina, foram criados grupos de trabalho dedicados às questões de gênero, bem como organizadas conferências agrárias, o que permitiu estabelecer diálogos diretos com o governo. Dessa forma, foram implementadas medidas para garantir às trabalhadoras rurais o direito ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), além de ampliar o acesso aos recursos de crédito do Pronaf, do Banco da Terra e outros créditos fundiários.

No entanto, segundo os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, no que se refere à direção de estabelecimentos agropecuários na agricultura familiar no Brasil, apenas 13,75% eram ocupados por mulheres em 2006, proporção que aumentou para 19,74% em 2017. A análise da posse de terras revelou que apenas 10,27% das propriedades rurais

pertenciam a mulheres em 2006, um número que aumentou para 19,48% em 2017. Esses dados demonstram uma desigualdade de gênero significativa na estrutura agrária do país, o que intensifica a necessidade de políticas inclusivas (IBGE, 2006; IBGE, 2017).

A região Nordeste se destaca entre as demais regiões brasileiras por apresentar o maior percentual de propriedades agropecuárias dirigidas por mulheres, que representam 24,3% do total, superando a média nacional. Além disso, é nessa região que se encontra a maior proporção de mulheres pardas (61%) e pretas (24%) à frente dessas propriedades. A maioria dessas áreas rurais lideradas por mulheres está concentrada em parcelas de até 20 hectares, correspondendo a 77,8% dos estabelecimentos da agricultura familiar (IBGE, 2017). Isto posto, essa representatividade feminina é um indicativo importante das mudanças no perfil dos responsáveis pelas unidades produtivas familiares no Brasil. No entanto, apesar desses avanços, a participação feminina na agricultura ainda é consideravelmente reduzida em comparação à dos homens.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), as mulheres rurais enfrentam significativas desigualdades sociais, políticas e econômicas (Bojanic, 2017). Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), as crises, agravadas pela pandemia, intensificaram as desigualdades históricas e estruturais e impactaram desproporcionalmente as mulheres. Os países devem, portanto, acelerar o progresso em direção à igualdade de gênero (CEPAL, 2023).

Para a teoria da economia feminista, as estruturas de poder agravam a desigualdade de gênero, afetando de forma desproporcional a distribuição de recursos e oportunidades econômicas. As estruturas sociais tradicionais frequentemente inviabilizam o trabalho realizado pelas mulheres, particularmente o não remunerado, como o doméstico, que é essencial para a sustentação da vida (Bengoa; Corral, 2022). Além disso, as assimetrias de gênero se manifestam tanto nas desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho quanto na defasagem dos ganhos econômicos.

Em relação ao trabalho feminino rural, as mulheres desempenham múltiplas funções, como os afazeres domésticos, o cuidado de pessoas, a produção para autoconsumo e a participação na produção agrícola, desde o manejo das plantações até a colheita e comercialização. Além de conciliarem atividades agrícolas com não agrícolas, realizadas tanto dentro quanto fora da propriedade, elas historicamente adotaram ocupações pluriativas para ampliar suas oportunidades de geração de renda.

Essa sobrecarga, aliada às persistentes desigualdades de gênero, também se reflete nas disparidades salariais. Na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) do Polo

Petrolina/PE e Juazeiro/BA, em 2021, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), as mulheres do meio rural recebiam, em média, R\$1.362,58, enquanto os homens R\$1.464,45, uma diferença salarial de aproximadamente 7%. Esse valor adicional poderia ter sido utilizado para a compra de mais alimentos ou outros itens necessários, caso as mulheres tivessem recebido o mesmo salário que os homens.

Segundo Brumer e Spanevello (2012), Filipak, Sapiensa e Aleixo (2012), e Herrera (2016), as desigualdades salariais de gênero são estruturais, não sendo meras ocorrências isoladas ou casos específicos, mas representando um padrão enraizado e persistente na organização da sociedade, que se reflete no mercado de trabalho.

A Ride Petrolina/Juazeiro foi selecionada como área de estudo para esta tese em razão de seu desenvolvimento estar intrinsecamente ligado à agricultura. Segundo Elias e Pequeno (2007), os projetos de irrigação na região, iniciados nas décadas de 1960 e 1970, foram impulsionados por políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agrícola do Nordeste brasileiro e tinham como objetivo otimizar o uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para a agricultura irrigada. Esse processo transformou a região em um polo de produção agrícola, sobretudo de frutas destinadas à exportação.

Dentre os impactos negativos, Elias e Pequeno (2007) constataram que a agricultura de subsistência está cada vez mais desarticulada, enquanto a participação de empresas agropecuárias na produção agropecuária cresce. Essa tendência é acompanhada pela expansão da monocultura, o que resulta na diminuição da biodiversidade e no aumento do processo de erosão genética. Os sistemas técnicos agrícolas em razão da difusão do pacote tecnológico foram dominados por grandes oligopólios, muitas vezes inadequados para as condições ambientais regionais. Isso destruiu conhecimentos e práticas agrícolas tradicionais; adicionalmente, ocorreu um aumento na concentração fundiária, com a expropriação de agricultores que não possuíam a propriedade da terra.

Nesse sentido, o objetivo geral desta tese consiste em analisar o trabalho feminino na agricultura familiar da Ride Petrolina/Juazeiro. Além disso, pretende-se: (a) examinar a evolução e a proporção de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) por mulheres; (b) caracterizar o perfil socioeconômico da mulher na agricultura familiar; (c) analisar como as mulheres da agricultura familiar impactam a dinâmica socioeconômica e as atividades pluriativas desenvolvidas nas comunidades rurais; e (d) identificar as práticas agrícolas adotadas por mulheres na agricultura familiar.

Para alcançar os objetivos, buscaremos responder às seguintes questões: De que forma o trabalho feminino na agricultura familiar na Rde Petrolina/Juazeiro contribui para a sustentabilidade econômica, social e ambiental dessas comunidades? Como esse trabalho influencia o bem-estar social e a autonomia econômica feminino no meio rural? Para isso, partimos da hipótese de que o trabalho das mulheres contribui de forma significativa para a sustentabilidade econômica, social e ambiental das comunidades rurais. Além disso, elas se deparam com múltiplas atividades. Esse trabalho não apenas fortalece o desenvolvimento dessas comunidades, mas também promove sua autonomia econômica no meio rural.

As mulheres na agricultura enfrentam uma jornada de trabalho extensa e multifacetada que, embora contribua para o fortalecimento da economia local, também revela uma marcante assimetria de gênero devido à sobrecarga de responsabilidades que frequentemente é invisibilizada. Diante disso, este estudo tem a pretensão de demonstrar não só a importância do trabalho feminino na agricultura familiar, mas também de evidenciar a necessidade de ações e políticas eficazes que promovam a equidade de gênero.

**Quadro 1 - Síntese dos Capítulos que Compõem a Tese**

	<b>Artigo/Capítulo 1</b>	<b>Artigo/Capítulo 2</b>	<b>Artigo/Capítulo 3</b>	<b>Artigo/Capítulo 4</b>
<b>Título</b>	Participação Feminina no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil	Mulheres da Agricultura Familiar da Ride Petrolina/Juazeiro: Perfil Socioeconômico com base no Censo Agropecuário 2017	Protagonismo Feminino na Agricultura Familiar: Impactos no Desenvolvimento Local	Mulheres e a sustentabilidade ambiental na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do Polo de Petrolina-PE e Juazeiro-BA
<b>Objetivos geral e específico</b>	Analisar o acesso aos recursos do Pronaf, entre 2013 e 2022, nas regiões do Brasil; assim como examinar a proporção de mulheres rurais que tiveram acesso ao crédito do programa; bem como avaliar o impacto desse acesso na sua autonomia econômica.	Caracterizar o perfil socioeconômico da mulher na agricultura familiar na Ride Petrolina/Juazeiro a partir das características censitárias disponíveis dos estabelecimentos agropecuários de 2017.	Analisar como as mulheres da agricultura familiar impactam a dinâmica socioeconômica e identificar as atividades pluriativas desenvolvidas nas comunidades rurais da Ride Petrolina/Juazeiro.	Identificar as práticas agrícolas adotadas por mulheres na agricultura familiar e analisar como essas práticas influenciam a sustentabilidade dos recursos naturais na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do Polo de Petrolina-PE e Juazeiro-BA
<b>Metodologia</b>	A metodologia adotada envolveu uma revisão de literatura descritiva e exploratória. Para a análise quantitativa, foram utilizados dados de custeio e investimento de 2013 a 2022. Foi realizado o modelo de regressão linear múltipla com variáveis independentes correspondentes às grandes regiões geográficas e aos anos, sendo a região Nordeste e o ano de 2013 como referências. Além disso, realizou-se o teste de ANOVA de duas vias para detectar diferenças nas médias entre mulheres e homens	Para caracterizar o perfil das agricultoras familiares da Ride Petrolina/Juazeiro, foram extraídos dados do censo agropecuário de 2017. A classificação adotada pelo censo divide a agricultura em duas categorias: agricultura familiar e agricultura não familiar ou patronal, desagregadas segundo o sexo. Após a classificação dos grupos agricultores e o recorte segundo sexo, procedeu-se à seleção e coleta de dados estatísticos por meio da plataforma SIDRA	Revisão bibliográfica realizada através do Portal de Periódicos da CAPES e pesquisa documental com consulta de leis. A classificação da pluriatividade tem por base o método adotado por Staduto, Nascimento e Souza (2017). Além disso, foi conduzida uma pesquisa de campo nos Projetos Públicos de Irrigação (PPIs) Maria Tereza (Petrolina, PE) e Salitre (Juazeiro, BA), empregando uma técnica de amostragem aleatória e análise de poder post hoc. Os dados foram submetidos à análise estatística por meio do teste qui-quadrado de independência.	Este estudo compreendeu uma revisão bibliográfica e documental. A análise das práticas agrícolas com ênfase nos recursos naturais foi realizada com o propósito de identificar diferenças ou semelhanças entre o PPI Maria Tereza e o PPI Salitre e entre os gêneros. Em todas as análises, estabeleceu-se um nível de significância de 0,05 para o teste qui-quadrado de independência.
<b>Contribuições teórico-prática</b>	Os resultados sugerem que, ao longo do período analisado, o Pronaf tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social. No entanto, é preciso avançar nas políticas, visto que a participação feminina no acesso ao crédito ainda permanece substancialmente inferior à dos homens.	O estudo caracterizou o perfil das agricultoras familiares, destacando a necessidade de políticas públicas que não só mitiguem as desigualdades de gênero, mas também promovam a transformação estrutural das condições econômicas e sociais, garantindo às mulheres igual acesso a oportunidades econômicas. É preciso fomentar a educação e reduzir a segregação ocupacional por gênero.	As disparidades de gênero e a necessidade de políticas públicas direcionadas para promover a igualdade de acesso à terra, educação, comercialização e oportunidades econômicas para mulheres nos projetos de irrigação. A pluriatividade feminina na agricultura familiar é um locus importante não apenas para a geração de renda para as próprias mulheres, mas também para o desenvolvimento local.	Nos Projetos Públicos de Irrigação (PPIs) Maria Tereza e Salitre, a ausência de sistemas de coleta e tratamento de esgoto e o uso de fossas sépticas impactam desproporcionalmente as mulheres, afetando diretamente sua qualidade de vida, saúde e bem-estar. As mulheres da agricultura familiar se destacam na produção agroecológica e orgânica.

## 4 REVISÃO DA LITERATURA

### 4.1 Camponeses e agricultores familiares: breve análise das categorias sociais

A dinâmica do debate sobre a agricultura familiar é caracterizada por uma complexa diversidade de conceitos, perspectivas teóricas e proposições políticas. Para abordar essa discussão, é necessário analisar as diferentes concepções que circundam o agricultor familiar, orientadas por duas principais perspectivas. A primeira perspectiva sustenta que o camponês não é um agricultor familiar, ou seja, são categorias sociais distintas. Enquanto a segunda perspectiva compreende que há uma transição do camponês tradicional para o agricultor familiar, agora visto como moderno e integrado no contexto capitalista.

De acordo com Sabourin (2009), os camponeses foram protagonistas em movimentos sociais e políticos reivindicando direitos de acesso e posse de terra, reforma agrária e outras questões relacionadas à terra e à agricultura. No entanto, em 1964, com a instauração da ditadura militar no Brasil, o termo “camponês” foi removido do vocabulário oficial. Essas lutas estavam frequentemente ligadas a questões de desigualdade social, acesso limitado a recursos naturais e financeiros, e condições de vida precárias no meio rural.

Abramovay (2012), apoiando-se na teoria de Chayanov<sup>1</sup>, esclarece que, tanto no capitalismo quanto no socialismo, a família camponesa desempenha um papel importante ao ofertar produtos agropecuários a preços mais baixos do que os praticados pelas grandes empresas. O camponês, em sua singularidade, distingue-se pela capacidade de manter sua atividade sem a necessidade de alcançar a taxa média de lucro do mercado.

O autor examina também as categorias sociais do camponês e do agricultor familiar, demonstrando a trajetória histórica do campesinato<sup>2</sup> brasileiro, que reflete as incessantes lutas para estabelecer uma posição consolidada no panorama socioeconômico. Os camponeses podem ser compreendidos como comunidades com uma cultura específica, conectados de maneira não integral a mercados imperfeitos. Paralelamente, as mudanças sociais, políticas e econômicas culminaram na emergência da categoria agricultor familiar que ocorreram no âmbito da modernização do capitalismo.

Abramovay (2012, p. 22) argumenta que “[...] uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e responder às

<sup>1</sup> Alexander Chayanov, foi um economista agrário russo do início do século XX, desenvolveu a teoria camponesa, que analisa a dinâmica econômica das unidades familiares agrícolas (Carvalho, 2014).

<sup>2</sup> O termo "campesinato" não corresponde a uma categoria econômica ou a um conceito sociológico associado à agricultura camponesa ou à sociedade camponesa, mas sim a uma categoria política (Sabourin, 2009).

políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. A agricultura familiar é uma nova categoria articulada pelo Estado, que passou a exercer o controle e, com isso, determinar o processo de desenvolvimento rural.

Além disso, Veiga (2012) sustenta que, ao avaliar as fases evolutivas pelas quais os agricultores familiares transitaram, culminando na modernização de seus processos produtivos e na inserção no mercado de trabalho, não se pode concluir, contudo, que esta categoria social, preserve características inerentes ao campesinato. Distintamente de um capitalista, o camponês não visa à maximização do lucro de seu capital, nem à acumulação de riqueza. Ao contrário, seu objetivo é viver na sua terra. A produção camponesa não se alinhou às leis gerais do sistema econômico; em vez disso, permaneceu preservada das relações produtivas determinadas pelo capital.

Carvalho (2014) destaca que a ausência de trabalho assalariado é um aspecto da economia camponesa. O propósito principal da produção reside em garantir tanto a subsistência quanto a reprodução social<sup>3</sup> da unidade camponesa, que é compreendida como uma unidade de produção e consumo. Essa característica separa os camponeses dos modelos econômicos capitalistas convencionais. Em outras palavras, a comercialização de produtos agrícolas serve principalmente para garantir a subsistência da família, e não como uma atividade comercial orientada para o lucro.

Por outro lado, Wanderley (2014) menciona que o agricultor familiar não representa uma categoria social totalmente diferente do camponês; mesmo com a existência de rupturas, persistiram nos agricultores familiares características tipicamente camponesas. A terra é um fator de produção essencial para o trabalho do camponês, onde a produção é direcionada principalmente para satisfazer as necessidades da própria família. Tanto camponeses quanto agricultores familiares têm uma forte conexão com a terra, tradições, culturas e costumes, que frequentemente são passadas de geração em geração.

Ademais, o agricultor desenvolve um trabalho com base na cooperação que prevalece entre os seus membros. “Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família [...]” (Wanderley, 2003, p. 45).

Em termos de ruptura, vale ressaltar que o agricultor familiar demonstrou uma maior integração com o mercado e a economia capitalista, diferentemente do camponês tradicional,

---

<sup>3</sup> Bengoa e Corral (2022) definem a reprodução social como um conjunto de processos sociais e econômicos que permitem a continuidade e a manutenção das estruturas sociais e das relações de classe no contexto do capitalismo.

que tem como visão a satisfação das necessidades familiares. Esta diferença demonstra uma variação nas práticas e orientações econômicas entre as duas categorias (Wanderley, 2014).

Para Brandenburg (2010), os agricultores prezam por liberdade e autonomia, bem como por um projeto de vida que contemple a gestão da propriedade e uma organização produtiva equilibrada, que harmonize a utilização de recursos naturais com a eficiência técnica e econômica. Este ideal de vida no contexto da agricultura familiar pode ser caracterizado como moderno-camponês.

O camponês desempenha um papel tríplice: é simultaneamente o proprietário, gestor e executor de seu trabalho. As decisões e ações do agricultor não são guiadas unicamente pela racionalidade instrumental, mas também por uma variedade de dimensões e racionalidades que refletem seu projeto de vida.

A natureza e a tradição constituem os pilares do mundo rural, estando enraizados em suas ações. Assim como o camponês, o agricultor familiar frequentemente funde subjetividade com racionalidade em sua estrutura social e produtiva, agindo não só como proprietário e executor, mas também como gestor de seu trabalho (Brandenburg, 2010).

A lógica familiar, estabelecida na tradição camponesa, não foi abolida; continua influenciando e moldando – em várias medidas e de formas diversificadas – as decisões que o agricultor deve tomar diante dos novos desafios impostos pelos contextos em que está inserido (Sabourin, 2009). As transformações recentes nas sociedades agrárias não levaram a uma ruptura absoluta com as tradições camponesas, mas, ao invés disso, resultaram em uma continuidade que preserva essa herança cultural.

Contrariando a abordagem que destaca o camponês e o agricultor familiar como categorias sociais distintas, este estudo apoia-se na perspectiva defendida por Brandenburg (2010), Sabourin (2009) e Wanderley (2003, 2014), os quais apontam que o agricultor familiar representa uma continuidade do campesinato, e não uma invenção estatal. Assim, a agricultura familiar é entendida como uma evolução que incorpora tanto elementos novos quanto tradicionais.

Além disso, a agricultura familiar apresenta uma contribuição significativa para a economia agrícola do país, abastecendo o mercado interno. Assim, destaca-se por produzir 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo. No setor pecuário, contribui com 60% da produção de leite, além de abranger 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos (Brito, 2016).

Administrando sistemas agrícolas diversificados, preservando produtos alimentares tradicionais, os agricultores familiares contribuem para dietas equilibradas e protegem a

agrobiodiversidade. Sustentando as culturas locais e reinvestindo seus rendimentos em mercados locais e regionais, criam empregos tanto no setor agrícola quanto não agrícola. Assim, possuem um potencial único para aumentar a sustentabilidade da agricultura e dos sistemas alimentares, contribuindo para a segurança alimentar das populações mais vulneráveis do país, ao fornecerem os principais alimentos da cesta básica (FAO, 2019).

#### **4.2 Dualidade no Campo e o Reconhecimento da Agricultura Familiar**

No Brasil, a política de modernização agrícola iniciou-se na década de 1960, especialmente após o Golpe Militar de 1964. Diante desse contexto, o agricultor familiar é confrontado com problemas antigos ainda não solucionados, encontrando-se, na maioria dos casos, dependente exclusivamente de suas próprias forças. A política agrícola resultou em uma colaboração entre o Estado e o mercado, que, juntos, desenvolveram mecanismos institucionais com o propósito de expandir a lógica do sistema capitalista para as áreas rurais (Brandenburg, 2010).

Essas políticas incluíram investimentos em tecnologia, expansão da infraestrutura agrícola e incentivos para a produção de culturas de exportação, alinhado aos interesses de desenvolvimento econômico nacional e às diretrizes do regime militar da época, buscando também mitigar a pressão por reforma agrária.

Adicionalmente, foi implementado um amplo programa de crédito rural, além da criação de órgãos dedicados à pesquisa e à extensão rural, com o objetivo de apoiar e acelerar a modernização. Contudo, o tripé da política de modernização foi implementado sem alterar a estrutura fundiária e sem estabelecer bases para o mercado interno no meio rural. Este processo resultou na expulsão de milhares de pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais do campo, conforme apontado por Nunes *et al.* (2014).

Durante esse período, a expropriação dos pequenos camponeses, privados de suas terras e meios de subsistência, teve um impacto significativo na estrutura agrícola. Como resultado, muitos desses pequenos produtores foram submetidos a condições de extrema pobreza, o que os levou a migrar de suas áreas tradicionais, desestruturando as comunidades rurais (Wanderley, 2014).

O Estado, ao favorecer a expansão das grandes propriedades em detrimento dos pequenos agricultores, incentivou a transformação dessas áreas em estabelecimentos agropecuários agroindustrializados, produzindo em larga escala para atender a demanda internacional. Isso possibilitou a formalização de contratos que, muitas vezes, restringiram a

autonomia dos pequenos produtores e os submetem às condições impostas pelo setor agroindustrial (Nunes *et al.*, 2014).

A preferência por grandes estabelecimentos agrícolas gerou um excedente de mão de obra rural, devido à mecanização da agricultura. O Estado e o setor agroindustrial se beneficiaram dessa força de trabalho disponível, que pôde ser empregada em condições muitas vezes precárias e por salários baixos (Nunes *et al.*, 2014).

A subordinação do pequeno produtor ao capital resultou na desestruturação das unidades de vida social camponesa, incluindo a perda de identidade e exclusão social em comunidades. Isso revela como o sistema, dirigido pelo Estado e pelos interesses mercantis, buscou modernizar e colonizar o agricultor. As práticas camponesas, por sua vez, foram racionalizadas e subordinadas aos interesses urbanos-industriais (Brandenburg, 2010).

Contrapondo-se à análise de Brandenburg sobre a racionalização e subordinação das práticas camponesas aos interesses urbanos-industriais, Schneider (2003) apresenta uma perspectiva distinta. O autor argumenta que determinadas formas sociais se perpetuam além dos limites estritos das leis de valorização do capital. Isto é, as formas sociais podem interagir com o sistema de produção predominante sem necessariamente adotarem uma natureza capitalista.

A prática ocasional ou regular de empregar trabalhadores assalariados, ou sua participação em mercados, seja através da venda de sua força de trabalho em setores não-agrícolas, seja comercializando produtos agrícolas, não justifica automaticamente classificá-las como capitalistas (Schneider, 2003). A dinâmica da agricultura familiar desafia as noções convencionais do capitalismo.

Isto posto, a construção teórica histórica categorizou a agricultura brasileira em uma dualidade: a agricultura patronal/empresarial (não familiar) e a agricultura de subsistência - por vezes denominada camponesa e, mais recentemente, agricultura familiar. Esta última foi marginalizada, uma consequência direta de sua modalidade de trabalho e produção. A herança colonial do país é a razão fundamental desse processo de modernização desigual e excludente no espaço social agrário (Grisa; Schneider, 2015).

A agricultura familiar foi percebida como um obstáculo ao paradigma de desenvolvimento econômico predominante, como ocorreu, por exemplo, na região Nordeste do Brasil. Esta perspectiva, de acordo com Furtado (2018), reflete a miopia do Estado, que priorizou o desenvolvimento de uma agricultura de larga escala orientada para a exportação. Esta situação originou a incapacidade produtiva do setor em fornecer alimentos a baixo custo que satisfizessem a demanda da população.

Nesse sentido, as políticas neoclássicas, orientadas por uma abordagem microeconômica, influenciam a matriz financeira global, como o balanço de pagamentos. Estas políticas tendem a avaliar as empresas por seu valor de mercado. No âmbito da produção rural, negligenciam os aspectos relacionados à valorização social da produção que atenderia à demanda interna. O Estado, alinhando-se às tendências do mercado, corrobora para perpetuação das disparidades sociais.

Para Furtado (2018), as interações ocorridas na estrutura econômica dominante muitas vezes levam a resultados desiguais, perpetuando os ciclos de pobreza e dependência econômica. Sendo assim, a produção familiar não está isenta das leis gerais do capitalismo, isso inclui a necessidade de produzir um excedente produtivo, que nem sempre pode ser classificado como lucro, podendo ser insuficiente para cobrir as necessidades básicas da família e do atual ciclo produtivo, assim como os investimentos necessários para o ciclo seguinte.

Tradicionalmente, a grande propriedade, caracterizada por latifúndios que produzem para o mercado externo, se consolidou como o modelo dominante e socialmente aceito na agricultura de exportação. Esse modelo se beneficia de potenciais ganhos de produtividade decorrentes de economias de escala. Alinhado à degradação do patrimônio ambiental decorrente do uso predatório dos recursos naturais. Os agricultores familiares têm sido confrontados com obstáculos, imersos em um contexto de competição com modelos de agricultura larga escala (Picolotto, 2014).

A orientação do Estado em favor da grande propriedade fundiária não só perpetuou a concentração fundiária, mas também provocou um impacto no tecido social e ambiental do meio rural. Como consequência direta dessa realidade, conforme observado por Miranda e Fiúza (2017), o Brasil testemunhou, nas décadas de 1970 e 1980, uma série de movimentos sociais. Iniciativas como a Liga Camponesa, empenhada na luta por justiça social e equidade no campo, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ativa na denúncia de conflitos fundiários e na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

Adicionalmente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais empreendeu esforços significativos para a reestruturação dos movimentos no campo. Essa reorganização foi centralizada em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que fortaleceu a agricultura familiar durante o período de redemocratização pelo qual o Brasil passava (Grisa e Schneider, 2015). Por meio de suas reivindicações trabalhistas, a CONTAG expandiu suas atividades além das questões trabalhistas para incluir demandas relacionadas à terra e a políticas agrícolas, as quais foram defendidas em

congressos e manifestações.

Paralelamente, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os seringueiros e representantes dos povos da floresta emergiram como forças significativas. Estes grupos exerceram pressão sobre o Estado pela implementação de políticas que não apenas promovessem a inclusão, mas também integrassem suas demandas e necessidades no processo de desenvolvimento rural (Grisa; Schneider, 2015).

Com a pressão dos movimentos sociais, a Constituição Brasileira de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, marcou um avanço em termos de direitos sociais e foi particularmente importante para os agricultores familiares e camponeses. Alguns dos direitos garantidos pela Constituição incluíram acesso ao crédito, direito trabalhista, assistência técnica e o direito à propriedade terra, sendo possível a desapropriação para fins de reforma agrária, a fim de garantir a distribuição equitativa da terra e priorizar o desenvolvimento rural sustentável a justiça social (Miranda; Fiúza, 2017).

Apesar da constituição ter estabelecido mecanismos essenciais para a efetivação dessas políticas e para a salvaguarda dos direitos sociais, a aplicação prática destas diretrizes deparou-se com consideráveis desafios, devido a barreiras econômicas e políticas. Mattei (2013) afirma que ainda existem desafios a serem superados na agricultura familiar, incluindo a ausência de suporte técnico adequado, dificuldades no acesso à propriedade da terra, barreiras para a inserção no mercado e vulnerabilidade das variações de preço.

A última década do século XX foi marcada por discussões acerca da relevância da agricultura familiar no panorama agrícola. O estudo pioneiro de Kageyama e Bergamasco (1989) constituiu um marco nesse debate ao analisar as tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1980. As autoras adotaram a força de trabalho dos estabelecimentos como critério classificatório para construção da tipologia, distinguindo o trabalho familiar (considerado não remunerado) do trabalho contratado (seja permanente ou temporário).

Como resultado, Kageyama e Bergamasco (1989) identificaram a necessidade de uma classificação atualizada, divergindo da prática convencional que priorizava a extensão da área de terra em avaliações econômicas, pois até então a maioria das análises focava no tamanho das unidades produtivas para compreender a estrutura da produção agrícola.

O reconhecimento da agricultura familiar é recente e deve-se a fatores relacionados ao papel dos movimentos sociais, que pressionaram o Estado por políticas públicas, como a Lei nº 11.326 de 2006. Esta lei estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Assim, o art. 3º da Lei considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que realiza atividades no meio rural,

cumprindo os requisitos definidos pela legislação, segundo os incisos I a IV:

- I) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II) utilize predominantemente mão-de-obra [sic] da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006, online).

A agricultura familiar tornou-se formalmente reconhecida pelo Estado, sendo considerada uma categoria social e política. Fazem parte dessa categoria os pequenos agricultores, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (Brasil, 2006).

No entanto, o Decreto nº 9.064, de 2017, redefine a agricultura familiar, introduzindo o conceito da Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e instituindo o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Regulamentando a Lei nº 11.326 de 2006, o decreto especifica a UFPA, oferecendo uma estrutura para a identificação e reconhecimento da agricultura familiar nas políticas públicas. Dessa forma, o art. 3º do Decreto definiu a UFPA<sup>4</sup> e o empreendimento familiar rural nos incisos I a IV:

- I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (Brasil, 2017, online).

Ao estabelecer um limiar de renda oriunda das atividades do estabelecimento ou empreendimento agrário, o decreto introduz uma restrição que pode excluir do reconhecimento dos agricultores familiares que diversificam suas fontes de renda. Muitas famílias rurais complementam sua renda através de atividades não agrícolas, seja no próprio meio rural ou em contextos urbanos próximos, como estratégia de sobrevivência econômica.

Contudo, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou em 2017 a década da agricultura familiar (2019-2028). Dessa forma, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

<sup>4</sup> Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se: I - Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA - conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender a própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele; II - família - unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros que contribuam para o rendimento ou que tenham suas despesas atendidas pela UFPA; III - estabelecimento - unidade territorial, contígua ou não, [...], sob as formas de domínio ou posse admitidas em lei; (Brasil, 2017, online).

(FIDA) realizaram o lançamento deste programa com o propósito de alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com ênfase especial no Objetivo 2, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover uma agricultura sustentável (FAO, 2019).

Ademais, a agricultura familiar é reconhecida por sua contribuição para geração de emprego, redução das desigualdades, combate à fome e à pobreza, além de ser singular para o desenvolvimento local sustentável, segundo a FAO (2019). As famílias rurais estão à frente da gestão de suas unidades produtivas, preservando a biodiversidade agrícola. Ao gastar seus rendimentos nos mercados locais e regionais, contribuem para a geração de empregos e para o fortalecimento da economia dessas áreas.

No Brasil, 77% dos estabelecimentos agropecuários (ou 3.897.408) foram classificados como de agricultura familiar. Estes ocupam uma extensão territorial de 80,89 milhões de hectares, o que corresponde a 23% da área total agrícola. Em 2017, a força de trabalho na agricultura familiar somava 10,1 milhões de indivíduos, representando 67% da mão de obra total no setor agropecuário, além disso a diversidade na produção é uma característica marcante neste segmento (IBGE, 2018).

O Nordeste detinha 47,18% do total de estabelecimentos de agricultura familiar em relação ao total nacional. Apesar disso, ocupa uma área de 36,6%, enquanto a agricultura patronal, composta por 20,8% dos produtores, detém 63,4% da área total. Esse cenário demonstra uma significativa desigualdade na distribuição de recursos naturais relacionados à posse da terra na região (IBGE, 2018).

Além da desigualdade no acesso à terra e a água, existem outros fatores críticos afetando as famílias rurais, como a necessidade de diversificar as fontes de renda e a contribuição de diferentes membros da família (Dourado, 2014). A busca por atividades complementares, sejam agrícolas ou não agrícolas, é importante para o sustento da família (Schneider, 2003). Tradicionalmente, essa responsabilidade recaía sobre o chefe da exploração agrícola. O que por sua vez desconsiderava a contribuição produtiva de outros membros da família, como as mulheres, mas também negligenciava a importância da família como unidade social e econômica integral.

#### **4.2.1 Pluriatividade: Estratégia de Renda na Agricultura Familiar**

Esse fenômeno denominado como “[...] pluriatividade que é uma referência analítica à diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas”.

(Schneider, 2003, p. 103). O conceito de pluriatividade incorpora tanto aspectos da agricultura em tempo parcial (onde os agricultores não dedicam toda a sua jornada de trabalho às atividades agrícolas) quanto características da *multiple job holding* (em que unidades agrícolas combinam várias formas de rendimento).

A pluriatividade é um termo amplamente utilizado, por abranger uma gama de atividades, algumas das quais não geram renda monetária direta, mas sim compensações através de trocas de trabalho e outros acordos informais, conforme descrito por Schneider (2009), ao analisar as concepções de Fuller. A pluriatividade se concentra nos membros da família agrícola, considerando a combinação de uma ou mais formas de renda oriundo das atividades agrícolas quanto das não agrícolas.

Grisa e Schneider (2015) descrevem a pluriatividade como um fenômeno caracterizado pela prática simultânea de múltiplas atividades econômicas, incluindo a agricultura, dentro da mesma unidade produtiva e realizada pelos membros de um grupo familiar. Compartilhando um espaço comum de vida e trabalho, que pode ser o mesmo ou não, esses membros se reconhecem coletivamente como integrantes de uma única família.

A pluriatividade, conforme discutida por Anjos e Caldas (2012), emerge como um fenômeno resultante de uma tendência socioeconômica que desafia a tradicional dicotomia entre o rural e o urbano, reconhecendo-os não como esferas isoladas e independentes, mas como interconectadas e mutuamente influentes. Este fenômeno apresenta desafios quanto à sua definição e delimitação dentro de uma realidade concreta, manifestando-se a partir das condições estruturais de cada região, bem como dos seus distintos aspectos culturais.

Mattei (2013) destaca que a pluriatividade demonstra a transição da própria função da agricultura que, antes era vista apenas como meio de produção de alimentos e criação de empregos, passando a ser reconhecida como um setor plurifuncional. A análise não deve ser restrita apenas à capacidade produtiva, mas também à sua importância na conservação ambiental e no estímulo ao desenvolvimento do espaço rural.

Apesar das diferentes abordagens, os autores discutem a pluriatividade como um fenômeno multifacetado que envolve a diversificação econômica dentro das famílias rurais, a participação de todos os membros da família, e uma redefinição da relação entre o rural e o urbano, assim como um reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura.

Neste contexto, as mulheres demonstram sua capacidade de trabalhar tanto em tarefas agrícolas quanto não-agrícolas, o que contribui para a geração de renda e sua autonomia financeira. Sua participação na manutenção da coesão e da resiliência das unidades familiares, desafiando as noções tradicionais de trabalho e cooperando para a dinâmica econômica e

social do campo, reflete os princípios centrais da economia feminista.

### **4.3 A Economia Feminista e o Pronaf**

A economia neoclássica muitas vezes negligencia e torna invisível a contribuição econômica das mulheres. Em resposta a isso, a abordagem deste estudo se alinha com os princípios da economia feminista, que visa revelar as nuances e complexidades inerentes a este campo, enfatizando a intersecção entre gênero, trabalho e economia no contexto da agricultura familiar. Sendo necessário compreender a equidade de gênero sob o olhar das “[...] mudanças na forma de entender o sistema econômico e seu funcionamento, com a reformulação do discurso androcêntrico” (Bohn; Catela, 2017, p. 5).

A economia feminista se fundamenta na percepção de que ideologias específicas que influenciam a definição dos problemas de pesquisa que serão discutidos pela Ciência Econômica, determinando como esses trabalhos são operacionalizados e o modo de interpretação dos resultados (Bohn; Catela, 2017).

Essa corrente do pensamento econômico surgiu em um contexto marcado pela crise dos paradigmas econômicos e políticos tradicionais, impulsionada pela ascensão do neoliberalismo, da reestruturação da economia mundial e a da erosão do estado de bem-estar social. Em meio a esse cenário, o movimento feminista lançou luz sobre as questões de desigualdade de gênero e a subvalorização do trabalho reprodutivo incorporando na análise econômica (Bengoa; Corral, 2022). Segundo Faria (2009), o trabalho reprodutivo refere-se às atividades domésticas e de cuidados que tradicionalmente têm sido associadas às mulheres.

Para Faria (2009), a divisão sexual do trabalho no mundo rural está ligada a ideologia capitalista, a qual restringe a concepção de trabalho apenas àquelas atividades que podem ser comercializadas no mercado. A respeito dessa discussão, Fernandez (2018) menciona que a economia feminista integra a análise do trabalho tanto no âmbito público quanto no privado, visível e o invisível, remunerado e o não remunerado. Assim, as responsabilidades domésticas e o cuidado com a família das mulheres afetam sua posição no mercado de trabalho.

As mulheres, tanto em ambientes rurais quanto urbanos, enfrentam persistentes desigualdades de gênero. O arcabouço do sistema patriarcal reforça a divisão sexual do trabalho, exercendo um impacto significativo na vida das mulheres. Esse sistema perpetua uma forma de dominação e exploração, atribuindo predominantemente às mulheres as responsabilidades domésticas e o cuidado com os filhos (Herrera, 2016).

No contexto do mercado de trabalho da agricultura familiar, as mulheres são

confrontadas com desigualdades acentuadas por barreiras, incluindo limitações em treinamento, capacitação técnica e gestão. Essas disparidades são resultado de padrões de gênero rígidos, relações de poder assimétricas e estruturas sociais discriminatórias (Herrera, 2016).

No meio rural, as tarefas desempenhadas pelas mulheres são frequentemente minimizadas, sendo categorizadas meramente como ajuda, refletindo seus papéis tradicionais como esposas. Em vários contextos, muitas mulheres ainda não se percebem como trabalhadoras rurais, adotando a noção predominante de que o trabalho feminino, não remunerado, é apenas complementar (Filipak; Sapiensa; Aleixo, 2012).

Essa perspectiva demonstra a normalização da divisão sexual no trabalho. Conseqüentemente, as atividades profissionais femininas são frequentemente subvalorizadas em relação às masculinas, resultando em remunerações inferiores e por vezes ausência do reconhecimento. Para Herera (2016, p. 208) as disparidades e diferenças de gênero “[...] repousam sobre uma norma social que associa o feminino à domesticidade e que expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade do trabalho doméstico e com os cuidados da família”.

Contudo, apesar dos desafios impostos pela divisão sexual do trabalho e suas conseqüências na valorização das atividades profissionais femininas, políticas públicas como o Pronaf buscam oferecer suporte aos agricultores de base familiar, incluindo as mulheres (Spanevello, Matte e Boscardin, 2016).

Desde sua criação em 1996, o Pronaf tornou-se um marco governamental, integrado ao Orçamento Geral da União, visando facilitar o acesso ao crédito e oferecer assistência técnica aos agricultores familiares. No entanto, apesar de suas contribuições, o impacto do programa sobre variáveis críticas como renda, produtividade e geração de empregos tem sido parcial, não atendendo plenamente às expectativas (Mattei, 2013).

O programa representou um avanço significativo por ser a primeira política pública voltada para a agricultura familiar. Com sua implementação, o Estado passou a reconhecer e legitimar a categoria agricultor familiar, que até então recebiam diversas denominações, como pequenos produtores ou agricultores de subsistência. No entanto, de acordo com Schneider, Cazella e Mattei (2021), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é uma política em evolução, que requer ajustes constantes para atender à diversidade dos agricultores familiares e às particularidades regionais.

Em maio de 2001, a portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) destinou no mínimo 30% dos créditos do Pronaf para as mulheres, considerando sua

participação limitada como beneficiárias desde a criação do programa, em torno de 7%. Em 2003, o Governo Federal lançou o Pronaf Mulher, uma linha de crédito voltada para projetos que promovam o desenvolvimento de novas atividades geradoras de renda ou que agreguem valor às propriedades rurais (Brumer; Spanevello, 2012).

Brumer e Spanevello (2012, p. 99), observaram que “[...] a participação das mulheres como tomadoras de crédito rural foi menor do que o esperado, em decorrência de sua baixa autonomia econômica e possibilidade de gerenciamento dos recursos que são fruto de seu trabalho [...]”. Isso se deve, em grande parte, ao fato de as mulheres nem sempre terem controle sobre os aspectos de gestão e comercialização de suas produções agrícolas.

Filipak, Sapiensa e Aleixo (2012) apontam que a falta de preparo dos profissionais de assistência técnica representou um obstáculo, impedindo não apenas o acesso ao crédito por parte das agricultoras, mas também a execução de seus projetos. Esses técnicos frequentemente falham em não reconhecer os interesses e as necessidades específicas das agricultoras e sua contribuição para o processo produtivo.

As agricultoras possuem habilidades em várias ocupações, como pesca, aquicultura, silvicultura e hortifruticultura, e muitas trabalham por conta própria, fortalecendo a produção de alimentos para autoconsumo de suas famílias. Apesar disso, análises empíricas revelam uma prática recorrente na qual os recursos financeiros destinados às mulheres são redirecionados para atividades controladas por homens, perpetuando estruturas de poder tradicionais (Filipak; Sapiensa; Aleixo, 2012).

Durante o período da pandemia da COVID-19, em 2020, as diversas formas de discriminação que afetam mulheres e meninas se intensificaram, incluindo o aumento do desemprego, a pressão sobre o sistema de saúde e o crescimento do trabalho de cuidados não remunerado. Assim como, alterações climáticas, instabilidades econômicas, conflitos e um aumento do risco de violência de gênero (FAO, 2023).

Paralelamente, as agricultoras familiares enfrentaram dificuldades no escoamento da produção e interrupções nas cadeias de suprimentos, o que afetou o acesso a recursos essenciais, como sementes e insumos. Além disso, o fechamento de mercados, incluindo feiras livres, escolas e restaurantes, significativamente reduziu as opções para o escoamento da produção. Esses fatores contribuíram para uma queda no volume de vendas, na deterioração na qualidade do emprego e na redução da renda das famílias (FAO, 2023).

Em relação à política econômica, no período de 2019 a 2022, o Banco Central do Brasil, em determinados momentos, aumentou a taxa de juros (Selic) como estratégia de contenção inflacionária, resultando na elevação do custo do crédito. Essa medida, aliada às

políticas fiscais contracionistas, afetou o acesso ao crédito vinculado Pronaf. A implementação de medidas de austeridade, motivadas pelo incremento da dívida pública e pela necessidade de consolidação fiscal, impôs limitações aos gastos governamentais.

Nesse contexto, Cordeiro, Santos e Marujo (2021) destacam que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, reconhecendo os impactos da pandemia de COVID-19, aprovou a suspensão do pagamento de parcelas de financiamentos concedidos pelo Pronaf. Essa decisão visava oferecer suporte aos agricultores familiares afetados pela crise, mitigando as dificuldades financeiras e promovendo a continuidade da produção agrícola familiar.

A pandemia da COVID-19, ao agravar as desigualdades como acesso ao crédito e mercados, sublinha a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e equitativas para garantir que as agricultoras familiares não apenas sobrevivam a crises, mas prosperem, desmantelando as estruturas de poder tradicionais que limitam seu potencial.

#### **4.4 A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) do Polo Petrolina e Juazeiro**

A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) do Polo Petrolina e Juazeiro é formada pelos municípios baianos de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, além de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, do lado pernambucano, totalizando uma área de 33.778 km<sup>2</sup>. Situados no Semiárido Nordeste, no trecho do submédio do rio São Francisco, esses municípios são pontos de conexão fluvial entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil, conferindo à Ride uma localização estratégica tanto em âmbito nacional quanto como um centro no Nordeste (Brasil, 2017). Contudo, a região enfrenta o desafio de secas periódicas, que têm implicações na sustentabilidade dos recursos hídricos.

Nesse contexto, foi criado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em atividade desde 1909. Outras instituições estratégicas complementaram o trabalho do DNOCS, como a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), surgida em 1948, seguida pelo Banco do Nordeste (BNB) em 1952 e pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) em 1955. Além desses órgãos, contribuições para o desenvolvimento do semiárido vieram do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A CVSF foi renomeada em 1974 como Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

(Codevasf) (Dourado, 2014).

Desde 1970, a Rida vem apresentando um crescimento populacional pujante. Atualmente, sua população alcança 834.632 habitantes, conforme os dados do censo demográfico de 2022 (IBGE, 2023). Reconhecida como um polo de fruticultura irrigada, a região se destacou no cenário nacional como um centro importante do agronegócio.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002, a região recebeu incentivos significativos. Nesse período, o governo federal destinou aportes financeiros para projetos de irrigação, o que possibilitou um crescimento na produção de frutas, parte dela destinada ao mercado internacional. Europa e Estados Unidos emergiram como os principais destinos dessas exportações, conforme Elias e Pequeno (2007).

A política pública voltada para a implementação da infraestrutura hídrica, aliada a investimentos estruturais, proporcionou o desenvolvimento de culturas de alto valor agregado e fortaleceu os pactos de classe entre o Estado e os agentes do capital, intensificando a dinâmica de poder dos grupos políticos conservadores dominantes. Segundo Dourado (2014), historicamente, a estrutura fundiária arcaica, controlada pelo poder político conservador local, atua como uma barreira na distribuição de riqueza da região, mantendo a concentração de terras.

Ao mesmo tempo, a adoção de técnicas e equipamentos agrícolas modernos ocorre paralelamente à preservação de práticas obsoletas, que incluem condições de trabalho precárias e a superexploração dos trabalhadores. Isso demonstra a coexistência contraditória entre modernidade e tradição, evidenciando que os avanços tecnológicos na agricultura não necessariamente se traduzem em progresso social para todos os envolvidos (Dourado, 2014).

De fato, a severidade das contradições está relacionada com o crescimento das políticas neoliberais no final dos anos 90, as quais foram decisivas na reconfiguração do mapa das desigualdades sociais. Assim, a implementação do Novo Plano de Irrigação desempenhou um papel significativo no fortalecimento das grandes corporações capitalistas na região (Neto Coelho, 2010).

O Brasil destaca-se como o segundo país com o maior volume de projetos de irrigação financiados pelo Banco Mundial, que resultaram em impactos negativos para a população, como ambientais, perda de residências, terras e postos de trabalho. Os recursos essenciais para a sobrevivência e reprodução da vida de comunidades são transformados em commodities, desencadeando a expropriação dos territórios e relegando milhares de pessoas à condição de trabalhadores livres, sujeitos à exploração precária e intensiva (França, 2020).

Na análise de Silva (2014), acerca do dinamismo do desenvolvimento econômico

observou-se um fenômeno dual: por um lado, um processo de exclusão de pequenos colonos; e, por outro, um processo de inclusão de novos atores, dotados de maior especialização e profissionalismo: os fruticultores.

Deste modo, as contradições transcendem o acesso aos benefícios provenientes dos investimentos em projetos de irrigação; elas abrangem também a inclusão dos pequenos agricultores no processo produtivo, caracterizando-os como força de trabalho a ser explorada nas fazendas controladas pelo grande capital (Dourado, 2014).

O advento da agricultura irrigada e a expansão da fruticultura “[...] concorreram fortemente para a abertura de oportunidades de emprego e a consolidação de um mercado de trabalho na agricultura, com forte participação das mulheres” (Silva, 2014, p. 76). De acordo com a Codevasf (2023), o polo Petrolina/Juazeiro é responsável pela geração de aproximadamente 156 mil empregos diretos, sendo as principais culturas a uva, a manga e a goiaba.

França (2020) ressalta que a flexibilização laboral, impulsionada pela terceirização, culminou na precarização das condições de trabalho. Esse processo relegou um contingente significativo de trabalhadores à marginalização das garantias sociais e dos direitos trabalhistas. Nesse contexto, o polo Petrolina/Juazeiro, distanciando-se de sua original concepção agroindustrial, se transformou progressivamente em um polo de serviços, contrariando os objetivos delineados pelos planos de desenvolvimento regional.

Ainda, segundo França (2020), a fruticultura capitalista demonstrou interesse pela força de trabalho feminina nas fazendas de uva, valorizando as habilidades, conhecimentos e práticas culturais transmitidos de geração em geração. Esses conhecimentos são funcionais para o capital, que se apropria das capacidades físicas e cognitivas dos indivíduos. Isso ocorre por meio de contratos por empreitada, além de empregos temporários e permanentes, visando maximizar seus lucros.

“O trabalho no meio rural continua sendo, no entanto, o de pior remuneração; o rendimento médio por hora trabalhada nas atividades agropecuárias é muito inferior à média da remuneração por hora trabalhada no país” (Filipak; Sapiensa; Aleixo, 2012, p. 5). A invisibilidade do trabalho feminino também está presente em atividades não remuneradas, tais como aquelas relacionadas à produção para o próprio consumo e aos cuidados com a família.

De acordo com RAIS<sup>5</sup>, em relação ao trabalho agrícola existe uma diferença salarial entre homens e mulheres nos municípios da Ride. Os homens possuem uma remuneração média de R\$ 1.428,55, enquanto as mulheres recebem em média R\$ 1.362,58, representando uma disparidade de aproximadamente 7%. Essa diferença, embora possa parecer pequena, é significativa ao longo dos meses e pode acumular uma grande lacuna nos rendimentos totais.

As assimetrias não restringem somente a qualidade de vida das mulheres e sua capacidade de investir em educação, saúde e moradia, mas também no acesso desigual a oportunidades de trabalho, perpetuando a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Segundo Brumer e Spanevello (2012), Filipak, Sapiensa e Aleixo (2012), e Herrera (2019), as desigualdades salariais de gênero são estruturais, não são meras ocorrências isoladas ou casos específicos, mas representam um padrão enraizado e persistente na organização da sociedade, que se reflete no mercado de trabalho.

Isto posto, Bojanic (2017), em sua contextualização, explica que, em relação aos recursos naturais, as mulheres rurais são responsáveis por mais da metade da produção alimentar global; ademais, preservam a biodiversidade, sobretudo por meio do compromisso com a produção de alimentos saudáveis. A contribuição feminina se estende desde o plantio até a gestão dos recursos e a comercialização dos produtos, envolvendo-se profundamente em todas as etapas do ciclo produtivo.

Reconhecer e potencializar essa contribuição na agricultura familiar favorece a transição para modelos de produção mais sustentáveis. Portanto, as políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento agrícola devem incorporar uma perspectiva de gênero, garantindo que as contribuições das mulheres sejam valorizadas e que elas tenham acesso igualitário a recursos, capacitação e decisões que afetem seu ambiente e, por extensão, a comunidade como um todo (Bojanic, 2017).

---

<sup>5</sup> Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), registra dados sobre o mercado de trabalho formal, apresentando informações sobre o vínculo formal e regulamentado celetista, estatutário, temporário e avulso regulamentado).

## 5 MÉTODOS

A metodologia deste estudo adotou o materialismo histórico-dialético, conforme descrito por Marx e interpretado por Netto (2011), para analisar a realidade como um processo dinâmico e revelar as contradições sociais, econômicas e ambientais na agricultura familiar e no trabalho feminino na Ride Petrolina/Juazeiro. Optou-se por uma abordagem interdisciplinar, integrando o materialismo histórico-dialético com a crítica da economia feminista para examinar as dinâmicas de gênero no contexto da agricultura familiar.

A economia feminista, embora utilize algumas ferramentas analíticas semelhantes às do marxismo, como a crítica à acumulação capitalista, distingue-se da economia *mainstream* ao incorporar uma análise crítica das desigualdades de gênero e ao valorizar o trabalho reprodutivo, frequentemente ignorado nas análises econômicas tradicionais.

A economia feminista leva em consideração “[...] uma abordagem multidisciplinar para a economia, em que as interpretações econômicas são enriquecidas pelos aportes de outras disciplinas, como a sociologia, a antropologia, a ciência política, a psicologia social e a história” (Fernandez, 2018, p. 567). De forma semelhante, outras escolas de pensamento econômico heterodoxo, como a pós-keynesiana, a economia social, a escola institucionalista e a economia ecológica, compartilham críticas ao viés masculinista e adotam uma abordagem multidisciplinar em oposição à economia neoliberal (*mainstream*).

Assim, ao analisar o capitalismo, a economia feminista enfatiza a exploração econômica das mulheres como parte integrante da luta de classes. No entanto, ela não se limita apenas a essa dimensão, ampliando sua análise para incluir várias formas de opressão interligadas e buscando promover uma compreensão mais inclusiva e transformadora das questões econômicas relacionadas ao gênero.

Com efeito, Netto (2011, p. 20) descreve que o método marxiano propõe que o “[...] conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”. Isto posto, para Marx, cada período histórico possui suas próprias leis, que são válidas dentro de contextos históricos específicos.

Para Marx, a estrutura econômica da sociedade é a base que determina a superestrutura, a qual compreende as instituições políticas, jurídicas e ideológicas. O modo de produção e as relações de produção possibilitam a compreensão do desenvolvimento histórico e social. Marx argumenta que as ideias são meramente expressões da realidade material, ou

seja, esta realidade é convertida em ideias ou conceitos que são interpretadas pela mente humana (Sartori, 2014).

Este enfoque, conhecido como materialismo dialético, sustenta que é a base material - as condições econômicas e sociais - que molda o desenvolvimento das ideias e da consciência. Assim, as condições materiais de existência são as que efetivamente influenciam e determinam o pensamento humano, e não o contrário. Logo, a vida é que determina a consciência, e não o contrário (Sartori, 2014).

Nesse sentido, o materialismo histórico-dialético é um método que busca entender a sociedade a partir do aspecto histórico e das condições materiais que impulsionam a mudança. A história é vista como um processo contínuo, no qual as contradições nas estruturas econômicas e sociais servem como base para o desenvolvimento e a transformação da sociedade.

Esse método permite analisar como as relações de produção contribuem para a perpetuação das desigualdades sociais. A dinâmica capitalista contemporânea acentua essas desigualdades, afetando especialmente as famílias de menor renda, e representa manifestações concretas das contradições inerentes ao sistema capitalista. Assim, a abordagem metodológica adotada possibilita não apenas descrever as desigualdades, mas também compreender seus aspectos históricos e estruturais.

Nesse contexto, foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando os descritores "agricultura familiar", "economia feminista", "Pronaf", "Ride Petrolina/Juazeiro" e "desigualdade de gênero na agricultura familiar" na base de dados do Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A busca foi efetuada no campo "assunto", com critérios de inclusão que levaram em consideração a análise dos resumos dos trabalhos, assegurando a convergência e a contribuição teórica em relação ao tema proposto. Ademais, foram considerados apenas artigos de acesso aberto e revisados por pares, nos idiomas português, espanhol e inglês.

Além de artigos e livros, foram analisados documentos legais que definem o marco regulatório da agricultura familiar no Brasil, incluindo a Lei nº 11.326/2006 e o Decreto nº 9.064/2017. Outros documentos examinados incluíram a Lei Complementar nº 113 de 19 de setembro de 2001 e seu regulamento, o Decreto nº 10.296 de 30 de março de 2020, além das Leis nº 12.651/2012 e a Lei nº 12.787/2013, que abordam questões específicas relacionadas ao uso do solo e aos recursos hídricos na agricultura.

O intervalo temporal de 1990 a 2023 foi escolhido para a construção do referencial teórico, refletindo a importância conferida à agricultura familiar nas discussões acadêmicas,

sociais e políticas. Durante esse período, ocorreram mudanças significativas nas políticas públicas e no reconhecimento da agricultura familiar no Brasil.

A Ride Petrolina/Juazeiro foi escolhida como lócus do estudo devido ao seu destacado dinamismo econômico, impulsionado pelos PPIs. Os projetos transformaram a região em um dos principais polos agrícolas do semiárido nordestino, promovendo um desenvolvimento econômico pujante, refletido na diversidade e na inovação das práticas agrícolas locais. Além disso, a região é caracterizada pela coexistência de práticas de agricultura patronal e familiar. Essas características tornam os municípios que compõem a Ride locais propícios para analisar o trabalho feminino na agricultura familiar.

Com relação aos dados quantitativos referente ao registro do crédito rural do Pronaf foram extraídos da matriz de dados do crédito rural compreendendo o período de 2013 a 2022 (Banco Central do Brasil, 2023). Para deflacionar os valores utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tendo como ano base 2022.

Além disso, utilizaram-se dados provenientes do Censo Demográfico de 2022 para obter informações sobre a população da região, assim como dados dos dois últimos Censos Agropecuários, para tratar das características sociais e econômicas. Adicionalmente, foram coletados dados complementares sobre o mercado de trabalho a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Para caracterizar o perfil dos(as) agricultores(as) familiares na Ride Petrolina/Juazeiro, foram utilizados dados quantitativos do censo agropecuário de 2017, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e acessados por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

O censo agropecuário classifica a agricultura em duas categorias: agricultura familiar e agricultura não familiar ou patronal. Neste estudo, também foi possível incluir uma divisão fundamentada no sexo. Esse recorte por sexo foi utilizado para analisar e inferir sobre questões de gênero na agricultura familiar. Nesse contexto, a variável sexo foi utilizada como uma variável *proxy*, substituindo a variável original de interesse, gênero, uma vez que gênero não é diretamente mensurável.

Após a categorização dos grupos de agricultores(as), os dados estatísticos foram selecionados e coletados por meio da plataforma SIDRA, sendo então organizados em tabelas. Na análise dos dados, foram consideradas as contradições históricas, buscando estabelecer conexões, sempre que possível, entre as abordagens específicas e as questões estruturais subjacentes.

Além disso, esta tese contou com uma pesquisa de campo, a qual foi autorizada pelo

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB), conforme o Parecer nº 5.892.826 emitido em fevereiro de 2023. Sendo assim, a pesquisa de campo foi realizada entre fevereiro e dezembro de 2023 com agricultores(as) familiares dos Projetos Maria Tereza e Salitre, localizados respectivamente nos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Os(as) agricultores(as) foram entrevistados(as) utilizando o instrumento de pesquisa formulário com perguntas semiestruturadas, que abordaram questões relacionadas aos aspectos econômicos, sociais, ambientais e à pluriatividade.

O Projeto Maria Tereza concentra 48 grandes empresas, 20 médias empresas e 550 lotes que foram destinados a agricultores(as) familiares, cada um com aproximadamente 6 hectares. Os lotes destinados aos(as) agricultores(as) familiares foram distribuídos mediante indicação. Por outro lado, no Projeto Salitre, a seleção dos(as) agricultores(as) familiares foi realizada por meio do edital nº 18/2009. Esse processo implementou o Novo Modelo de Irrigação, ajustado à Lei de Irrigação nº 6.692/79 e seus regulamentos. A construção do Projeto Salitre foi dividida em cinco etapas; a primeira etapa, já em operação, conta com 255 lotes para agricultores(as) familiares, cada um com área média de 6,6 hectares, e 67 lotes empresariais."

Para determinar o tamanho mínimo da amostra necessária para este estudo, foi utilizada a fórmula para populações finitas e a amostra foi coletada de forma aleatória. Os critérios para a seleção dos(as) entrevistados(as) incluíram: (a) a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e (b) ser agricultor(a) familiar nos perímetros irrigados Maria Tereza e Salitre.

Segundo Bruce e Bruce (2019), o tamanho da amostra é calculado considerando o tamanho total da população (N), o Z-score associado ao nível de confiança desejado (z) de 1,96 para 95% de confiança, a proporção estimada na população (p) - que foi assumida como 0,5 - e a margem de erro (e) de 9,6%. Dessa forma, a amostra consistiu em aproximadamente 89 entrevistados para o Projeto Maria Tereza e 75 para o Projeto Salitre, de universos de 550 e 255 agricultores(as), respectivamente."

Para avaliar a adequação das amostras da população dos PPIs em termos de poder estatístico, foi realizado um teste de poder Post hoc utilizando o software G\*Power 3.1.9.7. Para a análise dos dados da pesquisa de campo, adotou-se o teste qui-quadrado de independência. Em relação aos dados do Pronaf, utilizou-se o modelo de regressão linear múltipla e o teste Analysis of Variance (ANOVA) de duas vias. Os softwares empregados para o tratamento e análise dos dados foram o SPSS versão 20.0 e o Python 3.10 para análises estatísticas avançadas.

## **CAPÍTULO 1**

### **Participação Feminina no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil**

**(a) Examinar a evolução e a proporção de acesso ao crédito Pronaf por mulheres.**

Deise Cristiane do Nascimento  
Maria Herbênia Lima Cruz Santos

Artigo publicado na Revista Estudios Rurales  
Qualis A2

Artículos

## Participação Feminina no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil

## Participación Femenina en el Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar en Brasil

## Female Participation in the National Program for Strengthening Family Agriculture in Brazil

Nascimento, Deise Cristiane do; Santos, Maria Herbênia Lima Cruz



**Estudios Rurales**

Publicación del Centro de Estudios de la Argentina Rural - UNQ

Deise Cristiane do Nascimento  
deisecristiane2005@gmail.com  
Universidade do Estado da Bahia, Brasil  
Maria Herbênia Lima Cruz Santos  
mhlsantos@uneb.br  
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Estudios Rurales. Publicación del Centro de Estudios de la Argentina Rural

Universidad Nacional de Quilmes, Argentina  
ISSN: 2250-4001  
Periodicidad: Semestral  
vol. 13, núm. 28, 2023  
estudiosrurales@unq.edu.ar

Recepción: 21 Agosto 2023

Aprobación: 15 Noviembre 2023

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/181/1814401032/>

**Resumo:** O Pronaf emergiu como um instrumento de política pública, capaz de fomentar a agricultura familiar e contribuir para atenuar as desigualdades de gênero no campo. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar o acesso aos recursos do Pronaf, entre 2013 e 2022, nas regiões do Brasil; assim como examinar a proporção de mulheres rurais que tiveram acesso ao crédito do programa; bem como avaliar o impacto desse acesso na sua autonomia econômica. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura descritiva e exploratória; os dados quantitativos foram extraídos da matriz de dados do crédito rural, compreendendo o período de 2013 a 2022, e dos indicadores de gênero do IBGE. A análise dos resultados evidenciou uma concentração acentuada do valor de crédito nas regiões Sul e Sudeste. Por outro lado, a região Nordeste exibiu a maior participação relativa de contratos de investimentos para ambos os gêneros. A pesquisa também destacou a importância de abordar a redução da desigualdade nas relações de gênero e o aumento da autonomia feminina, já que as desigualdades de gênero no meio rural são refletidas no acesso desigual aos recursos do programa. Em todas as regiões do país, os homens detêm um valor maior de crédito do que as mulheres, embora tenham ocorrido avanços na participação feminina no acesso ao crédito. As desigualdades de gênero no meio rural são refletidas no acesso desigual aos recursos econômicos e benefícios oriundos das políticas públicas.

**Palavras-chave:** Política de crédito agrícola, Autonomia econômica da mulher, Desenvolvimento rural.

**Resumen:** El Pronaf se perfila como un instrumento de política pública capaz de promover la agricultura familiar y contribuir a reducir las desigualdades de género en las zonas rurales. En ese contexto, el objetivo de este estudio fue analizar el acceso a los recursos del Pronaf, entre 2013 y 2022, en las regiones de Brasil; así como examinar la proporción de mujeres rurales que tenían acceso al crédito del programa; así como evaluar el impacto de este acceso en su autonomía económica. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica, descriptiva y exploratoria; los datos cuantitativos fueron extraídos de la matriz de datos de crédito rural, que abarca el período de 2013 a 2022, y de los indicadores

Modelo de publicación sin fines de lucro para conservar la naturaleza académica y abierta de la comunicación científica



PDF generado a partir de XML-JATS4R

de género del IBGE. El análisis de los resultados evidenció una acentuada concentración del valor del crédito en las regiones Sur y Sudeste. Por otro lado, la región Nordeste exhibió la mayor participación relativa de contratos de inversión para ambos géneros. La investigación también destacó la importancia de abordar la reducción de la desigualdad en las relaciones de género y el aumento de la autonomía femenina, ya que las desigualdades de género en las zonas rurales se reflejan en el acceso desigual a los recursos del programa. En todas las regiones del país, los hombres tienen mayor cantidad de crédito que las mujeres, aunque ha habido avances en la participación femenina en el acceso al crédito. Las desigualdades de género en las zonas rurales se reflejan en el acceso desigual a los recursos económicos y beneficios derivados de las políticas públicas.

**Palabras clave:** Política de crédito agrícola, Autonomía económica de las mujeres, Desarrollo rural.

**Abstract:** Pronaf has emerged as a public policy instrument capable of promoting family farming and contributing to reducing gender inequalities in rural areas. In this context, the objective of this study was to analyze access to Pronaf resources, between 2013 and 2022, in the regions of Brazil; as well as examining the proportion of rural women who had access to program credit; as well as evaluating the impact of this access on their economic autonomy. For that, a descriptive and exploratory literature review was carried out; the quantitative data were extracted from the rural credit data matrix, covering the period from 2013 to 2022, and from the IBGE gender indicators. The analysis of the results evidenced an accentuated concentration of credit value in the South and Southeast regions. On the other hand, the Northeast region exhibited the highest relative share of investment contracts for both genders. The research also highlighted the importance of addressing the reduction of inequality in gender relations and the increase of female autonomy, since gender inequalities in rural areas are reflected in unequal access to program resources. In all regions of the country, men hold a greater amount of credit than women, although there have been advances in female participation in accessing credit. Gender inequalities in rural areas are reflected in unequal access to economic resources and benefits arising from public policies.

**Keywords:** Agricultural credit policy, Women's economic autonomy, Rural development.

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar e sua base fundiária foram relegadas a segundo plano e por vezes esquecidas pelas políticas públicas. Em vista disso os movimentos sociais como o sindical rural pressionou o estado por melhorias. Dessa forma nasceu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tendo como objetivo fornecer crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais (Gazolla & Schneider, 2013).

Dessa forma, a política pública de crédito rural visa proporcionar suporte financeiro, buscando

reduzir a pobreza e elevar a renda da população rural (Feijó, 2010). Pode-se dizer que o Pronaf foi uma resposta do Estado frente a demandas do movimento sindical rural, articuladas desde o final dos anos 1980 (Gazolla & Schneider, 2013).

A partir de 1996, o Pronaf se consolidou como um programa governamental e foi incorporado ao Orçamento Geral da União, sendo reestruturado em eixos-chave, como Infraestrutura e Serviços Municipais, Capacitação e Crédito, das quais a última é objeto deste estudo. Dessa forma, os recursos foram direcionados para o desenvolvimento da infraestrutura rural em municípios e para a capacitação dos agricultores familiares. Porém, é necessário reconhecer que existem desafios a serem superados, tais como a ausência de suporte técnico adequado, obstáculos no acesso à propriedade da terra e barreiras para a inserção no mercado (Mattei, 2013).

De acordo com Magalhães et al. (2006), a disponibilização de crédito pelo Pronaf possibilitou que agricultores mais capitalizados e capazes de fornecer garantias e contrapartidas aos bancos se tornassem elegíveis para financiamentos. Conseqüentemente, a tendência é que estes agricultores viessem a concentrar uma parte significativa dos recursos, principalmente aqueles destinados ao investimento.

Outra questão enfrentada no campo refere-se à desigualdade de gênero. A qual se manifesta de diferentes formas, sendo reforçada tanto por normas socioculturais arraigadas quanto por políticas e práticas institucionais inadequadas. Para Spanevello et. al., 2016 o trabalho feminino, muitas vezes, permanece subvalorizado e, em grande parte, sem remuneração adequada. A falta de reconhecimento limita a visibilidade das mulheres, especialmente no que se refere ao acesso a recursos vitais como terra, crédito, insumos agrícolas e serviços de extensão rural. Tal situação reduz a produtividade e a capacidade de contribuir para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

Considerando esses desafios, os movimentos sociais femininos buscaram maior reconhecimento e apoio através de políticas públicas. Respondendo a essas reivindicações, foi criada uma linha de crédito específica para mulheres: o Pronaf Mulher. Com o objetivo de estabelecer igualdade entre homens e mulheres no acesso ao crédito agrícola voltado para a agricultura familiar, essa linha incentiva o financiamento de atividades conduzidas por mulheres neste setor. Fomentando a liberdade e o empoderamento em relação à produção e ao cultivo de alimentos.

O reconhecimento e o incentivo ao crédito surgem como importantes instrumentos para a autonomia econômica. Diante disso, este estudo se propõe a responder à seguinte questão: Em que medida o Pronaf, enquanto instrumento de crédito, tem contribuído para a autonomia econômica das mulheres rurais? A hipótese central desse estudo é de que apesar de seu papel como uma política de crédito, o Pronaf pode não ter implementado medidas suficientemente efetivas para promover a autonomia financeira das mulheres rurais.

As mulheres estão presentes em diversas atividades na agricultura familiar, desempenhando uma ampla variedade de papéis. Além das atividades agrícolas tradicionais, muitas se envolvem em atividades não agrícolas, essenciais para o desenvolvimento rural, como o processamento de alimentos e a produção para o autoconsumo. Dessa maneira, para as mulheres no campo, o acesso ao crédito transforma-se em um crucial instrumento de autonomia econômica, visando impulsionar a produção rural. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar o acesso aos recursos do Pronaf, entre 2013 e 2022, nas regiões do Brasil; assim como examinar a proporção de mulheres rurais que tiveram acesso ao crédito do programa; bem como avaliar o impacto desse acesso na sua autonomia econômica.

Para cumprir o objetivo a que se destinou, este artigo foi estruturado em quatro seções, além da introdução. A segunda seção explora a sistematização do método adotado para o desenvolvimento desse estudo. Na terceira seção, são apresentados os elementos que caracterizam o Pronaf como um instrumento de política pública de crédito rural, revelando a distribuição heterogênea no acesso ao crédito para custeio e investimento, bem como as desigualdades de gênero nas grandes regiões brasileiras. A última seção conclusiva incorpora as evidências deste estudo.

## MÉTODOS

O estudo consiste em uma revisão da literatura descritiva e exploratória que tem como tema o acesso ao crédito do Pronaf e seu impacto na autonomia econômica das mulheres. O processo foi conduzido por meio de uma busca sistematizada de publicações científicas no Portal de Periódicos

Capes, utilizando os seguintes descritores e operadores booleanos: “Pronaf” or “Mulher Rural” and “Política de Crédito Agrícola”. Os critérios de inclusão estipularam a seleção de artigos publicados entre 2000 e 2023, em inglês, português e espanhol, revisados por pares. Dos 237 artigos inicialmente identificados, foram excluídos aqueles que não continham os descritores no título ou resumo, bem como os que não se alinhavam diretamente ao tema proposto ou que não ofereciam insights relevantes para a pesquisa. Após este processo de seleção, 25 artigos foram efetivamente revisados.

Com relação aos dados quantitativos referente ao registro do crédito rural do Pronaf foram extraídos da matriz de dados do crédito rural compreendendo o período de 2013 a 2022 (Banco Central do Brasil, 2023). Para deflacionar os valores utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tendo como ano base 2022. A escolha do INPC ocorreu em razão da análise da variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 (um) a 5 (cinco) salários mínimos. Esses grupos são mais sensíveis às flutuações de preços, uma vez que tendem a destinar “[...] todo o seu rendimento em itens básicos, como alimentação, medicamento e transportes” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022, online). Para complementar a análise, incluíram-se dados oriundos do censo agropecuário de 2017 e a estatística de gênero, ou seja, os indicadores sociais das mulheres no Brasil de 2019.

Para examinar as tendências comportamentais das variáveis quantidade de custeio e investimento, assim como valor monetário do custeio e investimento, aplicou-se um modelo de regressão linear múltipla. As variáveis independentes selecionadas foram as grandes regiões geográficas e os anos de 2013 a 2022, utilizando como referência a região Nordeste e o ano de 2013, respectivamente. O coeficiente de determinação de Nagelkerke foi empregado para avaliar o ajuste dos modelos.

A fim de analisar uma possível associação entre a quantidade de custeios e investimentos por região entre homens e mulheres, foi realizado o teste do qui-quadrado de independência, seguido pelo cálculo do coeficiente V de Cramer. Este coeficiente oferece uma medida da associação entre variáveis categóricas, com valores próximos de 0 indicando baixa associação e valores próximos de 1 indicando alta associação.

Para identificar diferenças possíveis nos valores médios de custeio e investimentos entre homens e mulheres nas diferentes regiões do país, foi conduzido o teste Analysis of Variance (ANOVA) de duas vias. O nível de significância foi estabelecido em 0,05 e o intervalo de confiança em 95%, esta análise permite identificar diferenças estatisticamente significativas nas médias entre os grupos. O software utilizado para o tratamento e análise dos dados foi o Estatístico para as Ciências Sociais - SPSS versão 20.0.

## **PRONAF: UMA RESPOSTA ÀS DESIGUALDADES RURAIS NO BRASIL**

A agricultura familiar se destaca por seu papel na estrutura e configuração do território agrário brasileiro. No entanto, ao longo da história, essa esfera social foi subvalorizada no panorama das políticas públicas e na atuação do governo, principalmente quando contrastada com outros setores, como a agricultura de larga escala (Azevedo & Pessôa, 2011).

Contudo, uma mudança de paradigma significativa ocorreu no início dos anos 1990. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desenvolveram estudos que culminaram em um relatório, estabelecendo as diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. Este marco ampliou consideravelmente a visibilidade da agricultura familiar dentro do escopo das políticas públicas para o espaço rural (Azevedo & Pessôa, 2011).

De acordo com o IBGE (2017) os estabelecimentos de agricultura familiar são responsáveis por uma parte significativa da produção agrícola no Brasil. No âmbito das culturas perenes, esse segmento representa 48% do valor da produção de café e banana. Já nas culturas sazonais, esses estabelecimentos detêm 80% do valor da produção de mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção de feijão contribuindo para o desenvolvimento social e econômico.

Para Silva (2001), o significado do desenvolvimento local sustentável deve ser compreendido não apenas como um progresso econômico, mas também como um desenvolvimento político. Isso implica em possibilitar uma representação mais equitativa dos diversos atores, especialmente daqueles que formam a maioria da população. Contudo, esses atores frequentemente são marginalizados do

processo de decisão pelas elites locais. Em outras palavras, existe um monopólio por parte dos velhos atores sociais que, em última análise, são responsáveis pelo subdesenvolvimento da área.

Nas décadas anteriores, a política agrícola voltada para a modernização da estrutura produtiva do campo beneficiou os grandes produtores por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Esse incentivo desencadeou um aumento da produção, incluindo economias de escala, em detrimento dos pequenos agricultores e das comunidades rurais. As políticas adotadas priorizaram os setores mais capitalizados, a oferta de *commodities* voltada para atender a demanda internacional e equilibrar a balança comercial do país (Nascimento et al., 2021).

O processo de expansão do capital na atividade agrícola foi desigual. Isto posto, a produção familiar ficou em uma posição de vulnerabilidade diante dessas políticas, pois a maior parte desse segmento foi excluída dos benefícios oferecidos pela política agrícola, no que diz respeito ao acesso ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção. Como resultado, as desigualdades geradas pela política agrícola afetaram negativamente os agricultores familiares (Mattei, 2001).

Nesse sentido, o PRONAF nasceu como resultado da pressão realizada pelos movimentos sociais durante a década de 1990; alguns fatores foram determinantes para impulsionar mudanças no desenvolvimento rural. Dentre os quais, destaca-se o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT). (Schneider et al., 2021).

Dessa forma, “[...] o movimento sindical dos trabalhadores rurais [...] passaram a organizar-se e direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares”. Os quais, sofreram com o processo de abertura comercial econômica, um movimento que, naquele momento, foi impulsionado pela criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A organização dos trabalhadores culminou na elaboração de uma agenda enviada ao governo federal. Este movimento, conhecido inicialmente como “Jornadas Nacionais de Luta”, foi posteriormente renomeado como “Grito da Terra Brasil” após 1995 (Schneider et al., 2021, p.15).

Como resultado, o governo federal lançou em 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O programa surgiu como a principal política de suporte econômico e produtivo à agricultura familiar, com o propósito de implementar um novo modelo de desenvolvimento rural e promover a segurança alimentar no país (Nascimento et al., 2021).

No entanto, na sua concepção inicial, o Pronaf não foi criado para atender a todos os segmentos de agricultores familiares existentes no país. Foi projetado com o intuito de suprir as necessidades específicas de um grupo determinado: aqueles que possuíam um sistema produtivo economicamente viável e com potencial para transformar a agricultura em um ambiente rico e diversificado (Abramovay & Piketty, 2005). O programa incentivou modelos produtivos convencionais, os quais possuíam uma capacidade limitada para absorver a mão de obra, e que estavam integrados ao mercado convencional (Gazolla & Schneider, 2013).

Por outro lado, o Pronaf representou um marco na política pública nacional, atendendo duas demandas dos trabalhadores rurais. A primeira refere-se a uma reivindicação histórica dos movimentos sociais para o financiamento de atividades produtivas da agricultura familiar. A segunda demanda reconheceu a importância da agricultura familiar na estrutura produtiva e na organização do setor rural do país. Soma-se a isso o fato de o programa auxiliar na implementação de políticas de reforma agrária, bem como fortalecer a agroecologia e a agricultura orgânica (Schneider et al., 2021).

Grisa et al. (2014) descreveram os múltiplos instrumentos do programa, que incluíam o crédito rural, o apoio financeiro para infraestrutura e serviços básicos municipais, além de programas de formação e profissionalização destinados aos agricultores familiares e outros participantes relacionados a essa categoria social. Contudo, o Pronaf se destaca principalmente como uma política de crédito rural. Assim, dá-se menos importância aos demais instrumentos, os quais também têm o potencial de fomentar o desenvolvimento rural, como a inclusão social, a segurança alimentar e a mitigação da pobreza no campo.

A política de crédito rural atua como um instrumento que viabiliza a produção agropecuária e não agropecuária, manifestando-se na economia agrícola, entre outras formas, por meio do crédito de custeio e crédito de investimento. No Pronaf o crédito de custeio cobre as despesas rotineiras de cada ciclo produtivo, incluindo custos associados ao beneficiamento dos produtos agropecuários. Enquanto o crédito de investimento financia a aquisição de bens de capital, tanto móveis quanto imóveis (Pintor

et al., 2015). Dito isto, o crédito custeio está voltado para o financiamento das despesas desde o plantio até a colheita. Por outro lado, o crédito de investimento é disponibilizado para financiar a aquisição de ativos fixos e semifixos, visando à expansão, modernização e processamento das unidades de produção familiar.

No início, o Pronaf não considerou os agricultores descapitalizados e com baixa produtividade, pois não teriam condições de obter recursos financeiros devido à taxa de juros determinada pelo mercado, a fim de impulsionar a modernização produtiva. Em outras palavras, taxas de juros mais altas conduziriam a uma seleção mais criteriosa dos projetos, pois somente os mais lucrativos seriam viáveis para o pagamento futuro do empréstimo (Guanziroli, 2007).

De acordo com a teoria econômica, a taxa de juros desempenha um papel importante na eficiência da alocação de recursos. Taxas mais baixas tenderiam a diminuir a exigência na avaliação dos projetos, permitindo uma utilização menos rigorosa dos recursos, uma vez que o custo da ineficiência seria relativamente baixo. No entanto, de acordo com a teoria da economia institucional, há outras variáveis a serem consideradas além da taxa de juros, como o contexto, ou seja, o desenho institucional dos programas de crédito nos quais os produtores estão inseridos. Essa abordagem leva em consideração a análise do processo de acumulação e o uso eficiente dos recursos (Guanziroli, 2007).

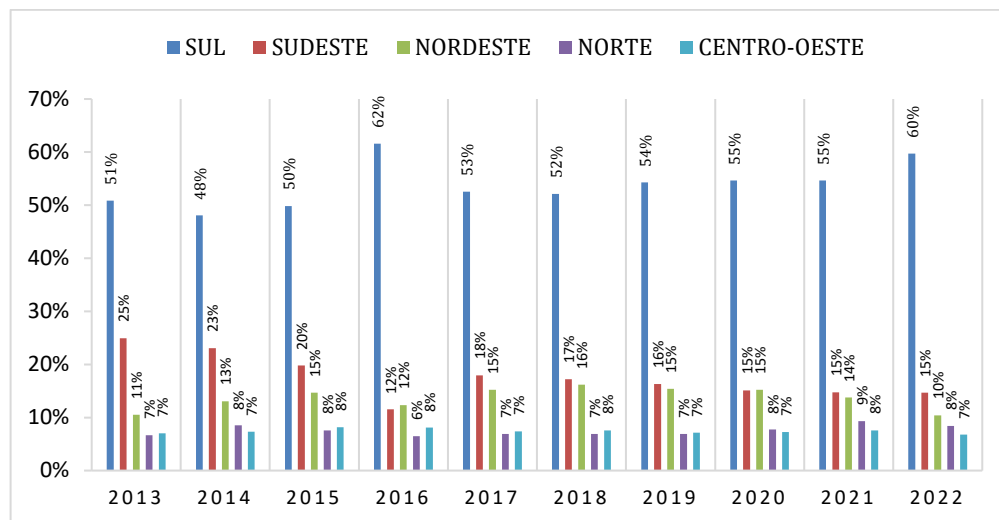
A partir de 1999, o programa passou por transformações com a categorização dos agricultores familiares em grupos distintos. Essa classificação levou em conta a renda bruta mensal de cada agricultor, possibilitando a implementação de linhas de crédito específicas para cada público-alvo, cada uma com diferentes condições de financiamento. Como consequência, agricultores de renda anual mais baixa obtiveram a oportunidade de acessar o crédito necessário para impulsionar suas atividades produtivas (Silva, 2012).

Essa mudança também possibilitou a criação de diversas linhas de crédito para atividades especiais, como agroecologia, produtos florestais, pesca e microcrédito rural para populações mais vulneráveis, além de linhas específicas para mulheres e jovens do campo. A cobrança de juros também foi modificada, com a definição de uma taxa fixa e a dilatação dos prazos para que os produtores familiares quitassem suas dívidas, de acordo com a tipologia da operação de crédito (Silva, 2012).

Dessa forma, o Pronaf se tornou um importante instrumento de inclusão financeira e de desenvolvimento para a agricultura familiar no Brasil, possibilitando que os agricultores de baixa renda tivessem acesso ao crédito e pudessem desenvolver suas atividades produtivas de forma sustentável. Sendo um dos principais programas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar (FAO, 2022). A política pública do programa visa atender as necessidades da população camponesa, abrangendo não apenas os homens, mas também outros grupos como jovens e mulheres.

O Plano Safra 2022/2023 disponibilizou um total de R\$ 340 bilhões para crédito rural, sendo R\$ 246,3 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 94,6 bilhões para investimento, priorizando pequenos e médios produtores. Do total, R\$ 53,61 bilhões foram destinados ao Pronaf, representando um aumento de 36% em relação à safra anterior (Brasil, 2022).

Ao analisar a participação relativa de cada região no total do crédito de custeio e investimento do Pronaf entre 2013 e 2022, observou-se que as variações foram pouco significativas ao longo do período. No entanto, é possível identificar uma acentuada concentração do montante de crédito nas regiões Sul e Sudeste, correspondendo, em média, a 53,8% e 17,5%, respectivamente. As demais regiões – Nordeste, Norte e Centro-Oeste – concentraram menor participação no total de recursos financeiros analisados (Figura 1). Ainda que o Nordeste concentre o maior número de estabelecimentos familiares, 47,2%, segundo o Censo Agropecuário de 2017, esse número está bem acima das demais regiões. No entanto, as regiões Sul e Sudeste se destacam por centralizarem um maior percentual de crédito



**Figura1:**

*Figura 1* Participação Relativa das Regiões do Brasil no Crédito de Custeio e Investimento do Pronaf, de 2013 a 2022

Fonte: Elaboração própria, a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR do Banco Central do Brasil (2023).

Grisa e Schneider (2015) examinaram o acesso ao programa desde sua criação até 2012, destacando que há uma concentração no número de contratos e dos recursos de crédito nas regiões Sul e Sudeste, onde se encontram os agricultores mais capitalizados. O que por sua vez pode estar relacionado ao favorecimento de atividades ligadas a *commodities*, como milho e soja. Ademais, há uma semelhança na reprodução das características do crédito rural brasileiro ocorrido durante o período de modernização da agricultura.

O Sul e o Sudeste têm uma história de agricultura comercial intensiva. Portanto, assim como no período de modernização, os recursos do Pronaf podem estar sendo canalizados para apoiar uma produção mais intensiva. Paralelo a isso a estrutura administrativa e a infraestrutura financeira nessas regiões tornaram o acesso ao crédito mais fácil, refletindo a tendência histórica de centralização de recursos.

Em linha com essa análise, na região Sul, o coeficiente é positivo ( $p\text{-valor} < 0,001$ ), sendo assim os resultados do modelo de regressão indicam uma diferença significativa no valor do crédito de custeio entre a região Sul e a região Nordeste. A região Sul apresenta, em média, um valor de crédito de custeio consideravelmente maior, mantendo todas as outras variáveis constantes. No que concerne às demais regiões – Sudeste, Norte e Centro-Oeste –, não apresentam diferenças expressivas em relação ao Nordeste, pois seus  $p\text{-valores}$  são maiores que 0,05. A análise dos anos indica que a maioria não tem um efeito importante sobre o valor do crédito custeio. No entanto, o ano de 2022 se destaca com um coeficiente positivo significativo, sugerindo que o custeio nesse ano é maior que no ano de referência 2013. (Tabela 1).

**TABELA 1**  
Valor do Crédito Custeio por Região e Ano - Gênero Feminino (Referência: Nordeste)

<b>Feminino/ R<sup>2</sup>=0,808; R= 0,927</b>							
	<b>B</b>	<b>Erro padrão</b>	<b>Beta</b>	<b>T</b>	<b>p-valor</b>	<b>Lower Bound</b>	<b>Upper Bound</b>
Intercepto	128,212,733,274	147,508,617,967		0,869	0,391	-170,948,609,917	427,374,076,465
Sul	1,324,036,244,420	124,667,536,084	0,841	10,621	< 0,001	1,071,198,762,372	1,576,873,726,468
Sudeste	10,794,807,377	124,667,536,084	0,007	0,087	0,931	-242,042,674,671	263,632,289,425
Norte	-111,529,760,659	124,667,536,084	-0,071	-0,895	0,377	-364,367,242,707	141,307,721,389
Centro-Oeste	-67,999,296,457	124,667,536,084	-0,043	-0,545	0,589	-320,836,778,505	184,838,185,591
Ano 2014	16,957,028,428	176,306,520,317	0,008	0,096	0,924	-340,609,167,761	374,523,224,617
Ano 2015	37,311,311,526	176,306,520,317	0,018	0,212	0,834	-320,254,884,663	394,877,507,715
Ano 2016	-51,101,261,418	176,306,520,317	-0,024	-0,29	0,774	-408,667,457,607	306,464,934,771
Ano 2017	19,739,589,606	176,306,520,317	0,009	0,112	0,911	-337,826,606,583	377,305,785,795
Ano 2018	27,168,041,140	176,306,520,317	0,013	0,154	0,878	-330,398,155,049	384,734,237,329
Ano 2019	51,050,604,970	176,306,520,317	0,024	0,29	0,774	-306,515,591,219	408,616,801,159
Ano 2020	126,072,859,212	176,306,520,317	0,06	0,715	0,479	-231,493,336,977	483,639,055,401
Ano 2021	338,300,344,316	176,306,520,317	0,161	1,919	0,063	-19,265,851,873	695,866,540,505
Ano 2022	639,411,072,312	176,306,520,317	0,305	3,627	0,001	281,844,876,123	996,977,268,501

Fonte: Elaboração própria, a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR do Banco Central do Brasil (2023). Valores deflacionados para o ano de 2022 pelo INPC.

Em comparação com os dados da Tabela 1 (gênero feminino), a Tabela 2 (gênero masculino) destaca algumas diferenças. No Sul, o valor do crédito de custeio para homens é quase 8 vezes maior (760% maior) em comparação às mulheres, sendo altamente significativo (p-valor < 0,001). Para o Sudeste, os homens receberam, em média, 15,1% a mais em crédito de custeio em comparação às mulheres, e essa diferença é estatisticamente significativa (p-valor = 0,001). No entanto, entre as mulheres, a diferença no crédito de custeio não é estatisticamente significativa (p-valor = 0,931), em relação a região de referência. As regiões Norte e Centro-Oeste, no entanto, não apresentam diferenças notáveis entre homens e mulheres em relação ao Nordeste.

Com efeito, para o gênero masculino, os anos de 2021 e 2022 destacam-se significativamente em comparação ao ano de referência (2013), sugerindo uma elevação no valor do custeio nesses anos específicos. Ao analisar os efeitos das variáveis “região” e “ano”, essas influenciam de maneira distinta o valor do custeio para homens e mulheres. Além disso, o coeficiente de determinação (R<sup>2</sup>) é substancialmente maior para o grupo masculino (0,937) do que para o feminino (0,808). Indicando que os modelos podem explicar uma proporção maior da variação no custeio entre os homens, sublinhando as diferenças marcantes entre os gêneros nas regiões estudadas (Tabela 2).

**TABELA 2**  
Valor do Crédito Custeio por Região e Ano – Gênero Masculino (Referência: Nordeste)

<b>Masculino/ R<sup>2</sup> = 0,937; R = 0,977</b>							
	<b>B</b>	<b>Erro padrão</b>	<b>Beta</b>	<b>T</b>	<b>p-valor</b>	<b>Lower Bound</b>	<b>Upper Bound</b>
Intercepto	427,421,012,358	547,488,288,076		0,781	0,44	-682,936,700,295	1,537,778,725,010
Sul	10,089,190,971,112	462,712,056,081	0,985	21,804	< 0,001	9,150,767,425,993	11,027,614,516,231
Sudeste	1,641,541,386,996	462,712,056,081	0,16	3,548	0,001	703,117,841,877	2,579,964,932,115
Norte	-104,982,256,098	462,712,056,081	-0,01	-0,227	0,822	-1,043,405,801,217	833,441,289,021
Centro-Oeste	177,357,924,942	462,712,056,081	0,017	0,383	0,704	-761,065,620,177	1,115,781,470,061
Ano 2014	119,151,965,600	654,373,665,183	0,009	0,182	0,857	-1,207,979,339,158	1,446,283,270,358
Ano 2015	185,202,463,390	654,373,665,183	0,014	0,283	0,779	-1,141,928,841,368	1,512,333,768,148
Ano 2016	-722,380,749,058	654,373,665,183	-0,053	-1,104	0,277	-2,049,512,053,816	604,750,555,700
Ano 2017	16,903,476,830	654,373,665,183	0,001	0,026	0,98	-1,310,227,827,928	1,344,034,781,588
Ano 2018	-26,067,506,692	654,373,665,183	-0,002	-0,04	0,968	-1,353,198,811,450	1,301,063,798,066
Ano 2019	111,681,719,720	654,373,665,183	0,008	0,171	0,865	-1,215,449,585,038	1,438,813,024,478
Ano 2020	402,220,512,634	654,373,665,183	0,029	0,615	0,543	-924,910,792,124	1,729,351,817,392
Ano 2021	1,393,190,815,268	654,373,665,183	0,102	2,129	0,04	66,059,510,510	2,720,322,120,026
Ano 2022	2,358,282,576,462	654,373,665,183	0,173	3,604	0,001	1,031,151,271,704	3,685,413,881,220

Fonte: Elaboração própria, a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR do Banco Central do Brasil (2023). Valores deflacionados para o ano de 2022 pelo INPC.

De acordo com o modelo de regressão, o valor do crédito de investimento para o gênero feminino é, em média, menor nas regiões do Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste do que na região Nordeste, quando todas as outras variáveis são mantidas constantes. Além disso, a análise anual dos dados entre 2014 e 2022 não revela uma relação significativa entre o ano e o valor do investimento, indicando que o ano não tem um efeito estatisticamente significativo sobre o valor do crédito de investimento para o gênero feminino (Tabela 3). Para Grisa et al. (2014), embora a região Nordeste concentre grande parte da produção agricultura familiar no Brasil, ainda apresenta uma participação limitada no acesso ao Pronaf.

**TABELA 3**

Valor do Crédito Investimento por Região e Ano – Gênero Feminino (Referência: Nordeste)

Feminino/ R <sup>2</sup> =0,504; R= 0,797							
	B	Erro padrão	Beta	T	p-valor	Lower Bound	Upper Bound
Intercepto	1,280,927,305,634	174,015,396,896		7,361	< 0,001	928,007,723,111	1,633,846,888,156
Sul	-466,231,318,205	147,069,853,075	-0,403	-3,170	0,003	-764,502,804,951	-167,959,831,459
Sudeste	-574,408,955,724	147,069,853,075	-0,497	-3,906	< 0,001	-872,680,442,470	-276,137,468,978
Norte	-857,901,260,289	147,069,853,075	-0,742	-5,833	< 0,001	-1,156,172,747,035	-559,629,773,543
Centro-Oeste	-969,396,850,831	147,069,853,075	-0,839	-6,591	< 0,001	-1,267,668,337,577	-671,125,364,085
Ano 2014	182,365,027,484	207,988,180,834	0,118	0,877	0,386	-239,454,554,341	604,184,609,309
Ano 2015	9,321,374,992	207,988,180,834	0,006	0,045	0,965	-412,498,206,833	431,140,956,817
Ano 2016	-301,050,046,400	207,988,180,834	-0,195	-1,447	0,156	-722,869,628,225	120,769,535,425
Ano 2017	-123,067,804,002	207,988,180,834	-0,08	-0,592	0,558	-544,887,385,827	298,751,777,823
Ano 2018	-65,002,327,528	207,988,180,834	-0,042	-0,313	0,756	-486,821,909,353	356,817,254,297
Ano 2019	-72,894,074,084	207,988,180,834	-0,047	-0,35	0,728	-494,713,655,909	348,925,507,741
Ano 2020	38,526,443,736	207,988,180,834	0,025	0,185	0,854	-383,293,138,089	460,346,025,561
Ano 2021	177,580,290,296	207,988,180,834	0,115	0,854	0,399	-244,239,291,529	599,399,872,121
Ano 2022	-180,604,076,622	207,988,180,834	-0,117	-0,868	0,391	-602,423,658,447	241,215,505,203

Fonte: Elaboração própria, a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR do Banco Central do Brasil (2023). Valores deflacionados para o ano de 2022 pelo INPC.

Para o gênero masculino a região Sul tem um coeficiente positivo, logo o valor do crédito de investimento é, em média, maior nessa região do que na região Nordeste, *ceteris paribus*. Enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam reduções de 0,241 e 0,333 unidades, respectivamente. O coeficiente para a região Sudeste não foi estatisticamente significativo. Com relação aos anos, o ano de 2014 apresenta um aumento significativo de investimento, mas os anos de 2015 a 2022 apresentam reduções de investimento variando de 0,102 a 0,293 unidades. Os valores de R<sup>2</sup> explicam 50,4% da variabilidade do valor de investimento para o gênero feminino e 92,2% para o sexo masculino. Portanto, o modelo é mais adequado para explicar os valores de investimento para o gênero masculino (Tabela 4).

**TABELA 4**

Valor do Crédito Investimento por Região e Ano – Gênero Masculino (Referência: Nordeste)

Masculino/ R <sup>2</sup> =0,922; R= 0,960							
	B	Erro padrão	Beta	T	p-valor	Lower Bound	Upper Bound
Intercepto	1,280,927,305,634	174,015,396,896		7,361	< 0,001	928,007,723,111	1,633,846,888,156
Sul	2,857,825,223,453	248,707,945,711	0,678	11,491	< 0,001	2,353,422,130,761	3,362,228,316,145
Sudeste	190,936,734,069	248,707,945,711	0,045	0,768	0,448	-313,466,358,623	695,339,826,761
Norte	-1,016,388,286,120	248,707,945,711	-0,241	-4,087	< 0,001	-1,520,791,378,812	-511,985,193,428
Centro-Oeste	-1,404,151,074,504	248,707,945,711	-0,333	-5,646	< 0,001	-1,908,554,167,196	-899,747,981,812
Ano 2014	807,009,274,720	351,726,149,894	0,144	2,294	0,028	93,675,580,133	1,520,342,969,307
Ano 2015	-539,946,659,258	351,726,149,894	-0,096	-1,535	0,133	-1,253,280,353,845	173,387,035,329
Ano 2016	-1,647,211,998,790	351,726,149,894	-0,293	-4,683	< 0,001	-2,360,545,693,377	-933,878,304,203
Ano 2017	-1,040,792,548,694	351,726,149,894	-0,185	-2,959	0,005	-1,754,126,243,281	-327,458,854,107
Ano 2018	-832,324,249,848	351,726,149,894	-0,148	-2,366	0,023	-1,545,657,944,435	-118,990,555,261
Ano 2019	-777,829,289,666	351,726,149,894	-0,138	-2,211	0,033	-1,491,162,984,253	-64,495,595,079
Ano 2020	-517,180,541,122	351,726,149,894	-0,092	-1,470	0,15	-1,230,514,235,709	196,153,153,465
Ano 2021	-84,488,482,320	351,726,149,894	-0,015	-0,24	0,812	-797,822,176,907	628,845,212,267
Ano 2022	-573,848,017,996	351,726,149,894	-0,102	-1,632	0,111	-1,287,181,712,583	139,485,676,591

Fonte: Elaboração própria, a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR do Banco Central do Brasil (2023). Valores deflacionados para o ano de 2022 pelo INPC.

Considerando a quantidade e distribuição de contratos de custeio por regiões e gênero, verificou-se uma forte concentração dos contratos nas regiões Sul e Sudeste para o gênero masculino, no período avaliado, sendo que para o gênero feminino a região Sul se destaca, apresentando um percentual mais elevado, seguido da região Nordeste. Além disso, nas regiões há uma diferença significativa entre os sexos. Por outro lado, a região Norte exibe o menor valor percentual, indicando uma menor proporção de contratos nessa região. Há uma associação significativa entre as regiões do país e os gêneros em relação à quantidade de custeio ( $p$ -valor $<0,01$ ). No entanto, essa associação, embora significativa, foi classificada como fraca. Ao examinar a força dessa associação por meio do coeficiente de contingência de Cramér ( $V$  de Cramér), percebe-se que, apesar de sua significância, é categorizada como fraca, com um valor de  $V=0,147$ , sugerindo que a força dessa associação é relativamente tênue (Tabela 5).

Nesse contexto, essa baixa intensidade de associação pode ser influenciada por outros fatores. Tal como a capacidade dos agricultores de captar crédito nas instituições financeiras, que pode variar significativamente entre regiões. A organização e representação dos agricultores, seja por meio de cooperativas ou associações, podem otimizar as condições de financiamento e disponibilizar programas dedicados a seus membros. O histórico de crédito dos agricultores, bem como as garantias disponíveis, como propriedades e outros ativos, são fatores que influenciam a disposição das instituições financeiras em conceder crédito. Além disso, a presença de programas governamentais destinados a facilitar o acesso ao crédito em certas regiões ou para grupos específicos pode ser determinante. Estes fatores, identificados na região Sul, podem contribuir para favorecer o acesso ao crédito (Abramovay & Piketty, 2005).

**TABELA 5**

Quantidade e Proporção dos Contratos de Custeio do Pronaf, por Região e Gênero no Brasil, 2013 a 2022

Grandes regiões	Feminino		Masculino		p-valor
	N	%	N	%	
Sul	414029	53,60%	3011375	66,50%	< 0,001 v=0,147
Sudeste	112126	14,50%	724216	16,00%	
Nordeste	170246	22,00%	424071	9,40%	
Norte	31915	4,10%	150003	3,30%	
Centro-oeste	43807	5,70%	217215	4,80%	

Fonte: Elaboração própria, a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR do Banco Central do Brasil (2023). Teste qui quadrado de independência. Nível de significância estabelecido em 0,05.

A região com o maior percentual de contratos de investimentos é o Nordeste para ambos os sexos, sendo 60,4% para o gênero feminino e 63,4% para o gênero masculino. Por outro lado, a região com o menor percentual é o Centro-Oeste, com 1,2% para o gênero feminino e 2,4% para o gênero masculino. Existe uma associação significativa entre as regiões do país e o gênero no que se refere a quantidade de investimento ( $p$ -valor  $<0,01$ ). Isso significa que a diferença observada na distribuição de investimentos entre homens e mulheres por região é estatisticamente significativa. No entanto, o valor de Cramér ( $V = 0,272$ ) indica que a força dessa associação, embora estatisticamente significativa, é fraca. Sendo assim, há uma diferença observável entre os gêneros em relação à distribuição dos investimentos nas diferentes regiões. Isso sugere a presença de outros fatores, além da região e do gênero, que influenciam na distribuição do crédito (Tabela 6).

Capellessio et al. (2018) analisaram, sob outro olhar, o número de contratos realizados com base no indicador Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos beneficiados nas cinco principais regiões do Brasil. O que resultou no acesso consideravelmente menor do que o indicado pelo número de contratos. Em 2006, foram realizados 2.528.853 contratos do Pronaf, distribuídos entre 1.476.807 CPFs. Isso significa que, em média, cada beneficiário utilizou 1,71 contrato. Já em 2013, foram registrados 2.099.279 contratos do Pronaf, alocados a 1.154.613 CPFs, resultando em uma média de 1,82 contrato por beneficiário. Indicando, portanto, um aumento na concentração dos recursos do Pronaf entre os agricultores familiares.

**TABELA 6**

Quantidade e Proporção dos Contratos de Investimento do Pronaf, por Região e Gênero no Brasil, 2013 a 2022

Grandes Regiões	Feminino		Masculino		p-valor
	N	%	N	%	
Sul	129847	3,30%	907308	14,90%	< 0,001 v=0,272
Sudeste	1271157	32,20%	852870	14,00%	
Nordeste	2382515	60,40%	3850991	63,40%	
Norte	112949	2,90%	315980	5,20%	
Centro-oeste	45481	1,20%	148017	2,40%	

Fonte: Elaboração própria, a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR do Banco Central do Brasil (2023). Teste qui quadrado de independência, nível de significância estabelecido em 0,05.

Nas regiões Sul e Sudeste, observam-se diferenças notáveis nos valores das operações de crédito custeio entre os gêneros, com uma predominância de maiores aportes financeiros direcionados ao gênero masculino. Na região Sul, o valor médio de crédito de custeio para o gênero feminino aproxima-se de R\$ 1.572.739.937, com um desvio padrão de R\$ 699.180.891,3. Para o gênero masculino, o valor médio alcança R\$ 10.900.430.511, com desvio padrão de R\$ 2.594.802.789. Ao examinar a região Sudeste, observa-se um padrão semelhante. O valor médio de custeio para o gênero feminino é de aproximadamente R\$ 259.498.499,7, com um desvio padrão de R\$ 91.957.942,87. Em contraste, o valor médio de custeio para o gênero masculino é consideravelmente mais alto, atingindo cerca de R\$ 2.452.780.927, com um desvio padrão de R\$ 907.663.171,8. A análise indica que essa disparidade é significativa, conforme demonstrado pelo p-valor inferior a 0,001. Contudo, nas demais regiões, as variações entre os valores médios de crédito de custeio para os gêneros feminino e masculino, embora presentes em termos absolutos, não se mostram estatisticamente significativas (Tabela 7).

**TABELA 7**

Valores Médios de Crédito de Custeio (em Reais) do Pronaf, por Regiões e Gênero, 2013 a 2022

Grandes Regiões	Feminino		Masculino		p-valor
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	
Sul	1.572.739.937	699.180.891,3	10.900.430.511	2.594.802.789	< 0,001
Sudeste	259.498.499,7	91.957.942,87	2.452.780.927	907.663.171,8	< 0,001
Nordeste	248.703.692,3	114.231.011,7	811.239.539,8	403.520.011,4	0,178
Norte	137.173.931,6	135.313.600,7	706.257.283,7	517.459.943,8	0,173
Centro-Oeste	180.704.395,8	74.313.203,85	988.597.464,7	241.689.027,2	0,054

Fonte: Elaboração própria, a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR do Banco Central do Brasil (2023). Valores deflacionados para o ano de 2022 pelo INPC. ANOVA de 2 vias, Post Hoc de Bonferroni, nível de significância estabelecido em 0,05.

Nas análises regionais do valor médio do crédito de investimento, percebe-se uma distribuição desigual entre os gêneros, com maiores alocações de capital direcionadas ao gênero masculino. No Sul, o gênero feminino apresentou um valor médio de R\$ 781.213.468,2, em contraste com os R\$ 5.367.006.748 do gênero masculino, ambos com uma significância estatística por um p-valor inferior a 0,001. O Sudeste evidencia uma disparidade semelhante: o gênero feminino com um valor médio de investimento de R\$ 673.035.830,7 e o masculino com R\$ 2.700.118.259. Já no Nordeste, o valor médio de investimento feminino foi de R\$ 1.247.444.786, enquanto o masculino alcançou R\$ 2.509.181.525, ambos com forte significância estatística.

Na região Norte, os valores médios do investimento feminino e masculino são, respectivamente, R\$ 389.543.526,1 e R\$ 1.492.793.239, reforçando a tendência de maior capitalização para o gênero masculino. No Centro-Oeste, o investimento médio feminino foi de R\$ 278.047.935,6, enquanto o masculino atingiu R\$ 1.105.030.450, com uma significância de p-valor de 0,004. Esses dados evidenciam uma polarização não apenas na distribuição de investimentos entre os gêneros, mas também nas alocações de capital entre as diferentes regiões do país (Tabela 8). Com base nos dados analisados, a região Sul apresenta o maior valor médio anual para o crédito de custeio e investimento

do Pronaf, para ambos os gêneros, no período de 2013 a 2022.

**TABELA 8**

Valores Médios de Crédito de Investimento (em Reais) do Pronaf, por Regiões e Gênero, 2013 a 2022

Grandes Regiões	Feminino		Masculino		p-valor
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	
Sul	781.213.468,2	279.098.007,4	5.367.006.748	1.459.907.645	< 0,001
Sudeste	673.035.830,7	454.574.939,5	2.700.118.259	877.184.695,6	< 0,001
Nordeste	1.247.444.786	491.952.621	2.509.181.525	541.515.336,1	< 0,001
Norte	389.543.526,1	120.748.675,5	1.492.793.239	417.182.070,2	< 0,001
Centro-Oeste	278.047.935,6	654.56.042,64	1.105.030.450	229.090.848,4	0,004

Fonte: Elaboração própria, dados da Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR do Banco Central do Brasil (2023). Valores deflacionados para o ano de 2022 pelo INPC. ANOVA de 2 vias, Post Hoc de Bonferroni, nível de significância estabelecido em 0,05.

Para Schneider et al. (2020) alguns fatores contribuem para a concentração dos montantes, como a relevância financeira e as demandas políticas originadas das agroindústrias na região Sul o que reflete um grau de centralização do crédito do Pronaf. Sendo assim, há indicações de que a distribuição do crédito que financiam as atividades rurais no Brasil ocorre de forma desigual, sendo direcionado para os agricultores mais capitalizados e mais bem organizados, possuindo apoio estatal e organizacional, como, por exemplo, acesso a assistência técnica e extensão rural para a elaboração de projetos e atividades de acompanhamento dos agricultores beneficiados. Nesta perspectiva, o Pronaf acaba negligenciando seu papel de inclusão social dos agricultores familiares mais vulneráveis nos processos de desenvolvimento, além de não priorizar a redução das desigualdades entre os grupos de agricultores familiares.

De acordo com Mattei (2001), tem havido uma tendência de direcionar cada vez mais recursos financeiros para os segmentos mais capitalizados da agricultura família, dificultando outros setores, especialmente aqueles oriundos dos assentamentos da reforma agrária, que ainda estão em fase inicial de estabelecimento e estruturação de suas unidades de produção. Ainda se observa certa semelhança e reprodução de características do crédito rural brasileiro ocorrido durante o período de modernização da agricultura.

Schneider et al. (2020, p. 24) destacam que em face da “[...] diversidade social dos agricultores familiares e às diferenças regionais”, o Pronaf passou por mudanças em relação a reformulações legais que propiciaram diferentes modalidades do programa. De fato, para os autores essa política de crédito rural está em construção exigindo adaptações contínuas.

Apesar de ter como foco as unidades de agricultura familiar, deve-se considerar que as desigualdades de gênero estabelecidas na sociedade limitaram a contribuição da política de crédito rural para autonomia financeira e a melhoria da condição de vidas das mulheres rurais. Partindo da compreensão de que a o conceito de gênero apresenta múltiplas facetas, este trabalho seguirá a definição de Fernandes.

Para a Fernandes (2013, p. 165) “[...] gênero se refere a relações de poder assimétricas entre homens e mulheres, as quais foram construídas socialmente em função da divisão sexual do trabalho em nossa cultura”. Nesse sentido, a questão de gênero tem sido definida como o conjunto de normas e valores sociais, estabelecendo diferentes funções para homens e mulheres, as quais são determinadas pela sociedade e não pela biologia.

As questões de gênero, de acordo com o Manual sobre *Gênero en Agricultura*, devem ser abordadas a partir da perspectiva da justiça social e alcançar o desenvolvimento sustentável, conforme refletido no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, que visa à igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. A dimensão de gênero tem um impacto significativo na economia, especialmente no setor agrícola. As disparidades entre homens e mulheres referem-se ao acesso a recursos produtivos, como terra, capital, tecnologia, crédito e conhecimento. Os papéis e as relações de gênero afetam a segurança alimentar e o bem-estar das famílias. A igualdade de gênero é um direito humano fundamental, que tem valor por si só. (Banco Mundial, 2012).

De acordo com Hirata e Kergoat (2007) os princípios que regem a divisão sexual do trabalho surgem do princípio da separação, no qual há trabalhos designados para homens e mulheres; e o

princípio hierárquico, onde o trabalho realizado pelos homens é considerado mais valorizado do que o trabalho realizado pelas mulheres. Vale destacar que a divisão sexual, no contexto rural, está associada à introdução da noção capitalista do trabalho, que reduz o trabalho ao que pode ser trocado no mercado. O resultado da desigualdade dos papéis sociais evidencia uma superioridade masculina prevalecendo sobre a feminina, afetando diferentes aspectos da vida, tal como o trabalho, a saúde, a educação e a política (Faleiro & Farias, 2017).

A valorização feminina teve início com o Movimento das Trabalhadoras Rurais, na década de 1980, por meio da mobilização foram conquistados direitos fundamentais como a aposentadoria rural, antes exclusiva dos homens, e o salário maternidade. Acrescenta-se a esses fatos a inclusão das mulheres no Programa de Reforma Agrária. A partir de 2000, foram incluídas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e nas políticas de crédito (Fernandes, 2013).

Em 2001 o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) através da portaria nº 121, institui a política pública do MDA, que versa sobre “o acesso para mulheres agricultoras rurais aos recursos do crédito do Pronaf, Banco Terra, crédito fundiário de combate à pobreza rural [...]”. Assim como a capacitação, assistência técnica e extensão rural, considerando as especificidades relacionadas as questões de gênero. (MDA, 2001, n.p).

Segundo o MDA as mulheres rurais tinham apenas 12% dos títulos de terra, em relação ao acesso ao crédito não ultrapassavam 10% do total concedido, a renda era equivalente a 29,4% recebida pelos homens em atividades agropecuárias e produção extrativista. Em vista disso foi determinado, no art. 2º da portaria, que no mínimo 30% dos recursos provenientes do Pronaf de cada Plano Safra, fossem destinados para tomadoras, em potencial, dos créditos rurais (MDA, 2001).

Sendo assim, uma das mudanças no programa está relacionada à criação de uma linha de crédito específica para as mulheres. Criado em 2003, o Pronaf Mulher nasce com o propósito de estabelecer igualdade de acesso ao crédito agrícola entre homens e mulheres, contribuir para redução das desigualdades de gênero no campo e proporcionar melhoria das condições socioeconômica. Uma linha de financiamento específica, que surge sob sistema de cotas, viabilizando o investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias (Spanevello et al., 2016).

Paralelo a isso, as mulheres, também, podem recorrer as demais linhas de crédito disponíveis no programa. De acordo com o Plano Safra 2022/2023, além do Pronaf Mulher, fazem parte dos grupos e linhas do Pronaf: Pronaf Grupo A, Pronaf Grupo A/C, Pronaf Grupo B - Plano Safra Semiárido, Pronaf Agroindústria, Pronaf ABC + Agroecologia, Pronaf Jovem, Pronaf ABC + Bioeconomia, Pronaf ABC + Floresta, Pronaf Industrialização para Agroindústria Familiar, Pronaf ABC + Semiárido, Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A, Pronaf Produtivo Orientado e Pronaf Comum (Custeio) (Brasil, 2022).

A linha de crédito, Pronaf-Mulher, é vista como uma conquista significativa para as mulheres no setor rural, proporcionando potenciais oportunidades para acessar financiamento para uma variedade de propósitos. Estes incluem, mas não se limitam, a renovação ou expansão de infraestrutura da propriedade, aquisição de maquinário, equipamentos e implementos, melhoramento de pastagens, proteção e correção do solo.

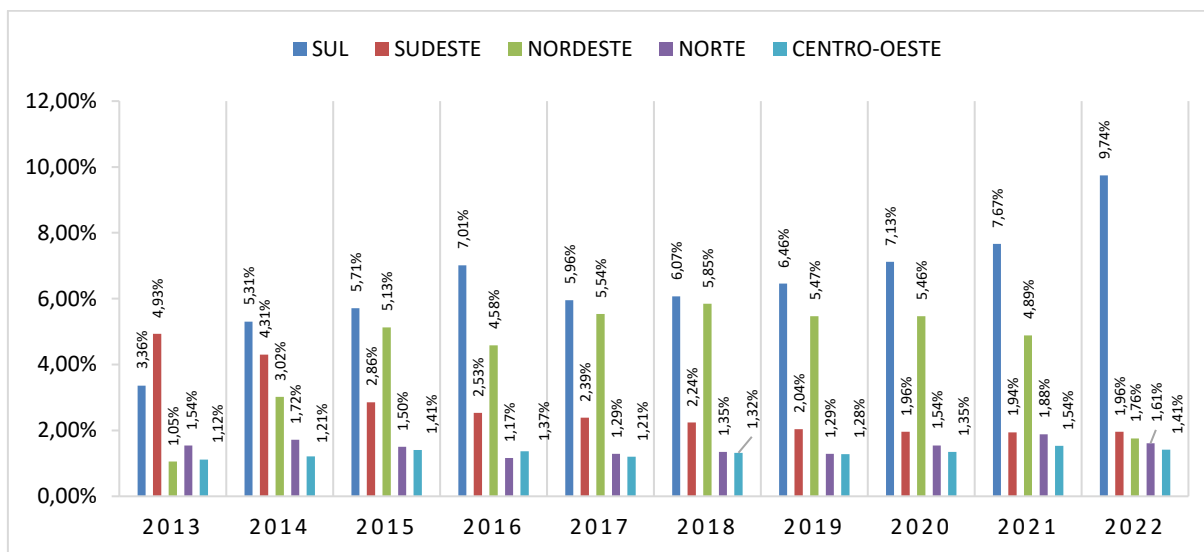
Araújo e Santos (2016) mencionam que, como parte do programa, foi estabelecido um Grupo de Trabalho sobre Gênero e Crédito visando identificar e superar os obstáculos que impediam as mulheres de terem acesso ao crédito. Dentre os principais desafios identificados estavam a falta de autonomia financeira das mulheres, a incapacidade de gerenciar recursos, a ausência de documentação básica e título de propriedade da terra, bem como a necessidade de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf.

No entanto, conforme apontado por Spanevello et al. (2016), mesmo após 20 anos da instituição do programa, o Pronaf Mulher não apresentou diretrizes de gênero claras e não forneceu a mediação necessária para efetivar a autonomia econômica das mulheres. Consequentemente, houve apenas um aumento tímido na participação feminina em termos de número de projetos e no montante total de recursos, insuficiente para atingir a cota de 30% estabelecida.

## **DESIGUALDADE DE GÊNERO E AUTONOMIA ECONÔMICA FEMININA**

No contexto da agricultura familiar, o trabalho feminino é significativo para o sustento familiar, embora muitas vezes seja minimizado como atividades de menor importância, envolvendo uma

variedade de itens como alimentos, plantas medicinais, mudas, sementes e artesanatos, que podem passar despercebidos no levantamento censitário. De maneira geral, os dados sugerem que os estabelecimentos comandados por mulheres continuam tendo acesso restrito a maquinários, equipamentos, assistência técnica, crédito e água (Hora et al., 2021). A análise dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017 evidenciou um crescimento na participação das mulheres no meio rural, passando de 12,7% para 18,7% em relação ao número de estabelecimentos, o que indica uma tendência ascendente da presença feminina na atividade agrícola (IBGE, 2018).



**FIGURA 2**

Participação Feminina no Crédito de Custeio e Investimento do Pronaf, por Região, de 2013 a 2022

Fonte: Elaboração própria, a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR do Banco Central do Brasil (2023).

Durante o período examinado, a participação relativa das mulheres no crédito custeio e investimento oscilou no intervalo de 10,89% a 17,91%, evidenciando uma distribuição heterogênea e refletindo as complexidades inerentes à estrutura de financiamento voltada para o segmento feminino no contexto rural. A região Sul se sobressaiu com maior acessibilidade ao crédito, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste exibiram as menores participações relativas. Sendo assim, o volume de recursos não representou o estipulado pela Portaria 121 do Governo Federal promulgada em 2001, a qual regulamentou que ao menos 30% dos fundos do Pronaf fossem direcionados às mulheres (Figura 2)

Dentre os fatores que contribuem para complexidade inerente a estrutura do financiamento, Silva et al., (2020). identificaram que a restrição no acesso ao Pronaf pode também ser explicada pela deficiência de abordagem de gênero nas entidades que administram o crédito. Os recursos financeiros concedidos às mulheres tendem a ser canalizados para atividades geridas pelos homens, sustentando assim uma configuração de produção já estabelecida.

De forma complementar Brumer e Spanevello (2012) mencionam que os agentes financeiros demonstram uma propensão a privilegiar a escolha de empreendimentos tradicionais, assim os bancos apresentam uma tendência de pouca receptividade aos projetos femininos. A limitação da autonomia econômica em relação à administração dos rendimentos oriundos do seu trabalho, a escassa experiência acumulada nos domínios de comercialização de produtos, bem como a inexistência de documentação pessoal constituem fatores relevantes que contribuem para a compreensão deste fenômeno.

Com efeito, a complexidade das questões de gênero no acesso ao crédito no âmbito do Pronaf revela avanços significativos na inclusão das mulheres, contribuindo para atenuar as desigualdades e fortalecer sua autonomia econômica. Embora esses avanços não tenham alcançado o volume de 30% do crédito destinado ao custeio e investimento, conforme estabelecido, ainda assim representam um progresso. No entanto, permanece a necessidade de considerar iniciativas adicionais que fomentem uma distribuição mais equitativa do crédito, para reforçar a posição das mulheres na agricultura

familiar nas regiões do Brasil.

Nesse contexto, as estatísticas de gênero são aquelas que evidenciam questões que afetam a vida das mulheres e homens, destacando suas necessidades específicas, oportunidades e contribuições. No Brasil, as séries históricas de indicadores sociais consideram aspectos estruturais. Dessa forma, é possível obter uma visão mais detalhada da realidade social ao desagregar informações individuais não apenas por sexo, mas também por características como cor ou raça, faixa etária, regiões e distinção entre áreas urbanas e rurais. Dessa forma, as desigualdades impactam diretamente a capacidade de diferentes grupos exercerem seus direitos de maneira justa e equitativa (IBGE, 2018).

Isto posto, o indicador número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, discriminado por sexo e grandes regiões brasileiras, demonstra uma desigualdade considerável. No Brasil, em 2019, os homens dedicaram em média 10,4 horas por semana a estas tarefas, enquanto as mulheres 18,5 horas, representando cerca de 77,9% a mais de tempo dedicado em comparação aos homens (IBGE, 2021).

Essa diferença é ainda mais acentuada na Região Nordeste, onde as mulheres dedicaram 91% de horas a mais a essas atividades, sinalizando a região como a de maior desigualdade na distribuição do tempo. Por outro lado, a Região Sul apresenta a menor diferença nesse indicador, com os as mulheres dedicando em média 7 horas a mais do que os homens, respectivamente 17,7 e 10,7 horas (IBGE, 2021).

Ainda, na análise do grau de autonomia da mulher o indicador proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, em trabalho por tempo parcial, por gênero, em 2019, demonstra um maior número de mulheres ocupadas em tempo parcial nas Regiões Norte e Nordeste quando comparado com os homens. (IBGE, 2021). Esses dados permitem identificar as diferenças na distribuição do tempo que refletem as desigualdades de gênero existentes na sociedade, com as mulheres assumindo uma carga desproporcional de trabalho não remunerado, limitando suas oportunidades em outras áreas e perpetuando a desigualdade de gênero.

Em 2019, no que se refere a desigualdade salarial entre homens e mulheres, em média os homens ganhavam cerca de 22% a mais do que as mulheres, no Brasil. No Norte e Nordeste, houve a menor desigualdade, com as mulheres auferindo, respectivamente, 86,5% e 92,6% do rendimento médio dos homens. Por outro lado, na Região Sul em particular, verifica-se uma situação ainda mais desfavorável para as mulheres, que receberam em média 72,8% do rendimento dos homens (IBGE, 2021).

Os dados evidenciam a persistência da desigualdade salarial de gênero no país, ressaltando a necessidade de políticas e ações que promovam a equidade salarial e a valorização do trabalho feminino em todas as regiões do Brasil. No campo, a divisão do trabalho familiar segue a tendência nacional, as mulheres respondem pelas atividades produtivas voltadas para o mercado, pela produção destinada ao autoconsumo da família, e por grande parte do trabalho doméstico e dos cuidados familiares.

Nascimento e Santos (2021) observaram que, na comunidade da Baraúna, localizada no município de Juazeiro - Bahia, as mulheres se dedicam a atividades não agrícolas, como o beneficiamento de frutas para produção de licores e doces, com o propósito de auferir renda. Além disso exercem atividades agrícolas, são responsáveis pela criação de animais de pequeno porte e o cultivo de hortas para o consumo da família.

Portanto, diante da significativa desigualdade no acesso ao crédito do Pronaf entre regiões e gêneros no Brasil e apesar de avanços, as mulheres ainda enfrentam obstáculos significativos, desde a distribuição desproporcional de tarefas domésticas até disparidades salariais. Tais constatações destacam a urgência de políticas que promovam equidade e valorizem o trabalho feminino no cenário rural brasileiro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A distribuição dos recursos do Pronaf mostrou-se desigual ao considerar as regiões do Brasil, bem como a questão de gênero. As regiões Sul e Sudeste são as que mais se destacam no acesso ao crédito de custeio e investimento. Em contrapartida, as mulheres, mesmo representando uma parcela significativa da agricultura, enfrentam maior dificuldade de acesso em comparação aos homens.

Com base no modelo estatístico do trabalho existe diferenças regionais no valor do crédito custeio entre homens e mulheres. Para mulheres, a região Sul mostrou uma relação significativa com o valor

do custeio. Para homens, as regiões Sul e Sudeste mostraram associações positivas. Em relação aos anos, apenas os anos de 2021 e 2022, demonstraram uma associação positiva indicando que ocorreu um aumento no valor do crédito de custeio.

Em relação ao valor do crédito investimento as regiões Sul, Sudeste, Norte e Centro Oeste apresentam uma redução significativa no valor de investimento em relação à região Nordeste para o sexo feminino. Embora o modelo explique 50,4% dessa variação, os anos de 2014 a 2022 não apresentam uma relação linear significativa com o valor do investimento. Para o sexo masculino, a região Sul mostrou um aumento significativo no valor de investimento, enquanto as regiões Norte e Centro Oeste apresentam uma redução, todos em relação à região Nordeste. O modelo é altamente explicativo, abrangendo 92,2% da variação. Além disso, o ano de 2014 indica um aumento no investimento em relação ao ano de 2013.

As diferenças de acesso ao crédito do Pronaf nas regiões, identificadas neste estudo, podem ser atribuídas a diversos fatores. Assim como a renda dos agricultores reflete sua capacidade de pagamento junto às instituições financeiras, a questão de gênero, a organização social do trabalho e a ausência de políticas públicas eficazes também influenciam essa realidade. Além disso, as mulheres dedicam mais horas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, uma situação que reduz sua autonomia econômica, uma vez que dedicam mais tempo a essas atividades.

Apesar do aumento na participação relativa das mulheres no crédito de custeio e investimento, ainda se observa uma distribuição heterogênea entre as regiões. A distribuição desigual dos recursos financeiros do Pronaf em relação às mulheres no setor rural não é uma questão simples, mas é influenciada por múltiplas complexidades. Estas incluem aspectos sociais, práticas de instituições financeiras, e possíveis barreiras específicas que as mulheres enfrentam no acesso ao crédito no contexto rural. Mesmo quando trabalham nas mesmas atividades agrícolas que os homens, ou quando produzem alimentos para autoconsumo, indicando que estão igualmente envolvidas e contribuindo para a economia agrícola, elas ainda ganham menos.

No contexto da agricultura familiar, o trabalho feminino se destaca, embora muitas vezes seja minimizado como atividades de menor importância. Embora o Pronaf, ao longo do período estudado, tenha demonstrado seu papel importante como política de crédito, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do campo, ainda há necessidade de avançar para atenuar as desigualdades regionais em relação ao acesso ao crédito. Essa análise ressalta a necessidade de estratégias políticas direcionadas que visem à redução da desigualdade nas relações de gênero e ao aumento da autonomia feminina, em especial na distribuição justa e equitativa de crédito, para promover um desenvolvimento agrário mais inclusivo e sustentável.

## REFERÊNCIAS

- Abramovay, R.; Piketty, M. G. (2005). Política de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2005. [https://agritrop.cirad.fr/530600/1/document\\_530600.pdf](https://agritrop.cirad.fr/530600/1/document_530600.pdf).
- Araújo, M. D. P. S. N., & Santos, E. S. B. (2016). Pronaf Mulher e o empoderamento de trabalhadoras rurais. *Revista Desenvolvimento Social*, 18(1), 135-147. [https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN\\_cdi\\_doaj\\_primary\\_oai\\_doaj\\_org\\_article\\_b6c1c8d6c8734c4a916691a3764bb4fa](https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_b6c1c8d6c8734c4a916691a3764bb4fa)
- Azevedo, F. F., & Pessôa, V. L. S. (2011). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. *Sociedade & Natureza*, 23, 483-496. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132011000300009>.
- Banco Central do Brasil. (2023). *Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR*. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>.
- Banco Mundial. (2012). Agricultura y desarrollo rural. Manual sobre género en agricultura. *Washington DC: World Bank*. <https://lac-conocimientosstc.ifad.org/documents/262275/80ab5ff1-9685-17df-d39c-397746a82baf>.
- Brasil (2022). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano Safra 2022/2023*. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022->

- 2023/cartilha-plano-safra-2022-2023.pdf/
- Brasil. (2001). Ministério Do Desenvolvimento Agrário. *Portaria MDA Nº 121*, de 22 de maio de 2001.  
<https://Www2.Mppa.Mp.Br/Sistemas/Gcsubsites/Upload/25/Portaria%20MDA%20n%C3%82%20C2%BA%20121,%20de%2022%20de%20maio%20de%202001.Doc>
- Capellesso, A. J., Cazella, A. A., & Búrigo, F. L. (2018). Evolução do Pronaf Crédito no Período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56, 437-450. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560305>
- Faleiro, W., & Farias, M. N. (2017). Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. *Educação e Pesquisa*, 43, 833-846. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201707168124>.
- Feijó, R. L. C. (2010). O efeito do título de propriedade da terra na determinação da renda rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48, 673-707.  
<https://www.scielo.br/j/resr/a/ZGHDjfkR5VW8bymVcxFBb4M/?lang=pt>
- Fernandes, S. A. (2013). Entraves para inclusão de gênero no Pronaf Mulher no meio rural de Santa Catarina. *Grifos*, 22(34/35), 157-175. <https://www.redalyc.org/pdf/5729/572967125009.pdf>
- Food and Agriculture Organization - FAO (2022). *Brazil and FAO, the path to cooperation in Latin America and the Caribbean*. Santiago. <https://doi.org/10.4060/cb8915en>.
- Gazolla, M., & Schneider, S. (2013). What is "strengthening" the family farm? An analysis of Pronaf credit costs and investment in Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(1), 45-68. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000100003>.
- Grisa, C., Wesz Junior, V. J., & Buchweitz, V. D. (2014). Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52, 323-346. <https://www.scielo.br/j/resr/a/FfGVnNCzjyTK6JgDCrQFfGg/abstract/?lang=pt>
- Grisa, C.; Schneider, S. (2015) Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 125-146, 2015. <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/>
- Guanziroli, C. E. (2007). PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45, 301-328. <https://www.scielo.br/j/resr/a/HQCrZnGyMHfPZ6NSpGw5Xhk/?lang=pt>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, 37, 595-609. <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?lang=pt>
- Hora, K., Nobre, M., & Butto, A. (2021). As mulheres no censo agropecuário 2017. *Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA): Friedrich Ebert Stiftung*. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550107>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2017). *Censo Agropecuário 2017*. <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2021). *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero.html>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2018). Igualdade de gênero: garantir uma participação igual das mulheres e dos homens rurais no desenvolvimento. *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica*, n.38.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Índice Nacional de Preços ao Consumidor*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?t=conceitos-e-metodos>
- Magalhães, A. M., Silveira Neto, R., Dias, F. D. M., & Barros, A. R. (2006). A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: uma análise por meio de propensity score. *Economia aplicada*, 10, 57-74. <https://www.scielo.br/j/eco/a/a8Pj4t6b3gbPpSGNXQVYkSSk/?lang=pt>
- Mattei, L. (2001). Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. *Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, 4, 200.
- Mattei, L. (2013). Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, 33, 41-59.

- <https://www.scielo.br/j/rep/a/cB7gfmGSFrtFkFvdSJtqbKS/?lang=pt&format=html>
- Nascimento, C. A. D., Aquino, J. R. D., & Delgrossi, M. E. (2021). Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60. <https://www.scielo.br/j/resr/a/H7NFXXwRFXMzVzNNJjgsnsh/?lang=pt>
- Nascimento, D. C ; Santos, M. H. L. C. Pluriatividade feminina na agricultura familiar na comunidade de Baraúna In: *XXIV International Conference of the Society for Human Ecology*, 2021, Juazeiro-BA. Proceedings of the XXIV International Conference of the Society for Human Ecology (SHE).
- Pintor, E. D., Silva, G. M. D., & Piacenti, C. A. (2015). Crédito rural e crescimento econômico no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, 24(1), 5-19. <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/962>
- Schneider, S., Cassol, A., Leonardi, A., & Marinho, M. D. M. (2020). Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. *Estudos avançados*, 34, 167-188. <https://www.scielo.br/j/ea/a/kQdC7V3Fxm8WXzvmY5rR3SP/abstract/?lang=pt>.
- Schneider, S., Cazella, A. A., & Mattei, L. F. (2021). Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *Revista grifos*, 30(51), 12-41. <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>
- Silva, A., Ponciano, N., & Souza, P. (2020). PRONAF e empoderamento das mulheres rurais. Uma análise das dimensões econômica, social e política. *Revista Grifos*, 30(51), 236-256. <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5531>
- Silva, J. G. DA. (2001). Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos avançados*, 15, 37-50. <https://www.scielo.br/j/ea/a/wBhqxk4dx5knGc7bSB8qhJm/>
- Silva, S. P. (2012). Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no Território Médio Jequitinhonha-MG (No. 1693). *Texto para Discussão*. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1013>
- Spanevello, R. M., Matte, A., & Boscardin, M. (2016). Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). *Polis. Revista Latinoamericana*, (44). <https://journals.openedition.org/polis/11963>.

## **CAPÍTULO 2**

### **Mulheres da Agricultura Familiar da Ride Petrolina/Juazeiro: Perfil Socioeconômico Com Base no Censo Agropecuário 2017**

(b) Caracterizar o perfil socioeconômico da mulher na agricultura familiar na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo de Petrolina/PE e Juazeiro/BA (RIDE).

Deise Cristiane do Nascimento  
Maria Herbênia Lima Cruz Santos

Artigo publicado na Revista COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional

Qualis A4



# Mulheres na agricultura familiar da RIDE Petrolina/Juazeiro: perfil socioeconômico com base no censo agropecuário 2017

Deise Cristiane do Nascimento<sup>1</sup>

Maria Herbênia Lima Cruz Santos<sup>2</sup>

Recebido em: 22-04-2024

Aceito em: 06-07-2024

## Resumo

As mulheres desempenham um papel fundamental na agricultura familiar, contribuindo significativamente para a produção e comercialização de alimentos e para a sustentabilidade socioeconômica das comunidades rurais. Em face da sua importância esse artigo se propôs a caracterizar o perfil socioeconômico da mulher na agricultura familiar na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo de Petrolina/PE e Juazeiro/BA (RIDE Petrolina/Juazeiro) a partir das características censitárias disponíveis dos estabelecimentos agropecuários de 2017. A RIDE Petrolina/Juazeiro abrange oito municípios, quatro em Pernambuco e quatro na Bahia, sendo um polo de fruticultura irrigada que vem trazendo uma significativa contribuição para o desenvolvimento rural da região. A investigação fundamentou-se em uma abordagem qualitativa e quantitativa; para tanto, utilizaram-se dados extraídos do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em linhas gerais, o trabalho permitiu a caracterização do perfil socioeconômico das mulheres envolvidas na agricultura familiar, bem como a análise de sua participação e das desigualdades de gênero. As mulheres que vivem no campo enfrentam diferentes formas de discriminações e a falta de reconhecimento de seu trabalho agrícola. Tendo em vista os resultados alcançados espera-se uma maior visibilidade ao trabalho feminino no contexto social e econômico na agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Desigualdade de gênero. Trabalho feminino. Agricultura familiar. Petrolina. Juazeiro.

## *Women in family farming at RIDE Petrolina/Juazeiro: socioeconomic profile based on the 2017 agricultural census*

### Abstract

*Women play a fundamental role in family farming, significantly contributing to food production and the sustainability of rural communities. Given its importance, this article set out to characterize the socioeconomic profile of women in family farming in Integrated Economic Development Region of the Petrolina/PE and Juazeiro/BA Hub (RIDE Petrolina/Juazeiro) based on the available census characteristics of agricultural establishments in 2017. The RIDE Petrolina/Juazeiro covers eight municipalities, four in Pernambuco and four in Bahia, being a hub for irrigated fruit growing and a thriving rural development hub. The investigation was based on a qualitative and quantitative approach; for this purpose, data extracted from the 2017 Agricultural Census, carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), were used. In general terms, the work allowed the characterization of the social and economic profile of women involved in family farming, as well as the analysis of their participation and gender inequalities. Women living in the countryside face discrimination, such as obstacles in accessing land, challenges in obtaining adequate education, and a lack of recognition for their agricultural work. In view of the results achieved, it is expected to give visibility to female work in the social and economic context of family farming.*

**Keywords:** Gender inequality. Women's work. Family farming. Petrolina. Juazeiro.

<sup>1</sup> Doutoranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental na Universidade do Estado da Bahia. Professora da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE) e Professora da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). E-mail: [deisecristiane2005@gmail.com](mailto:deisecristiane2005@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Agronomia (Unesp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: [mhlsantos@uneb.br](mailto:mhlsantos@uneb.br)

## 1 Introdução

No Brasil, a categoria social da agricultura familiar começou a ser reconhecida politicamente a partir da segunda metade da década de 1990. Esta forma de agricultura exhibe características próprias que a distinguem de outras modalidades de produção agrícola, como a agricultura patronal (Schneider, 2003). A gestão na agricultura familiar é realizada por membros da família e se destaca pela forte conexão com a terra e a comunidade local, e pela diversificação da produção e das culturas. De acordo com o censo agropecuário de 2017, a agricultura familiar representa o maior segmento do setor agropecuário, em termos de número de estabelecimentos agrícolas e de pessoas ocupadas nas áreas rurais.

Durante o período que marcou a crise do paradigma produtivista, ocorreu um crescimento da conscientização acerca das repercussões negativas da agricultura intensiva, tanto em termos ambientais quanto sociais. Entre as preocupações discutidas estavam a degradação ambiental, os impactos na saúde e as desigualdades sociais e econômicas. Esta crise destacou a necessidade de desafiar a predominância do modelo produtivista e promover alternativas mais sustentáveis e socialmente justas. Surge, assim, a necessidade de uma nova abordagem para o desenvolvimento rural<sup>2</sup>, tal como a economia feminista.

Segundo Berik e Kongar (2021), a contribuição das mulheres no contexto agrícola é subvalorizada ou não reconhecida, um fenômeno amplamente documentado na literatura de estudos de gênero e desenvolvimento rural. A abordagem da economia feminista analisa as desigualdades de gênero no setor agrícola.

Esta abordagem ressalta a necessidade de assegurar às mulheres acesso equânime ao crédito, à terra e às políticas públicas. Além disso, ela reconhece o trabalho feminino como sendo central para a garantia da segurança alimentar. Estas questões são fundamentais para mitigar as desigualdades no âmbito rural, desafiando as normas e estruturas tradicionais que marginalizam as contribuições e experiências das mulheres.

Adicionalmente, a produção agrícola familiar desempenha um papel significativo no desenvolvimento socioeconômico do país, assim como os movimentos feministas associados às áreas rurais. Estes movimentos colocam no centro das discussões a temática do trabalho feminino, contrapondo à falta de visibilidade das atividades desenvolvidas pelas mulheres no contexto do modelo econômico neoliberal. A invisibilidade do trabalho feminino resulta na

---

<sup>2</sup> Segundo Schneider (2003), o desenvolvimento rural envolve a coordenação de iniciativas que almejam promover mudanças sociais, econômicas e ambientais no meio rural, com o intuito de elevar o bem-estar social e, assim, aprimorar a qualidade de vida da população rural.

exclusão da autonomia econômica das mulheres, pois suas atividades muitas vezes não são plenamente reconhecidas devido à divisão sexual do trabalho nas unidades produtivas familiares (Filipak; Aleixo, 2017).

No que concerne as estatísticas referente aos produtores, 81,3% são do sexo masculino, enquanto 18,7% são do sexo feminino. Isso representa um aumento na participação das mulheres, já que no Censo Agropecuário de 2006 representavam apenas 12,7% do total de produtores (IBGE, 2019). Dentre outros fatores, deve-se considerar os fenômenos relacionados a agricultura familiar e formas de ocupações agrícolas, não agrícolas e pluriativas no trabalho feminino. Essa diversificação de ocupações permite enfrentar as oscilações causadas pelos fatores climáticos, ao mesmo tempo em que outras fontes de renda auxiliam na redução da pressão sobre os recursos naturais.

A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo de Petrolina/PE e Juazeiro/BA (RIDE Petrolina/Juazeiro) se destaca pela conhecida pujança da sua produção agrícola, sendo um polo de fruticultura irrigada, uma região econômica que se destaca no Nordeste brasileiro. Nessa região, foram implantados, desde a década de 1960, Projetos Públicos de Irrigação, conhecidos como Projetos Públicos de Irrigação (PPIs), com financiamento público. A expansão da fruticultura resultou na criação de novas oportunidades de emprego para mulheres no campo. Este avanço foi estimulado pelas práticas de cultivo irrigado e se fortaleceu com o estabelecimento da fruticultura como a atividade econômica dominante na agricultura irrigada (Silva, 2014).

Isso ocorreu com metas de viabilizar o desenvolvimento socioeconômico, através da criação de empregos, aumento de renda e redução dos níveis de pobreza (Dourado, 2014). No entanto, as políticas públicas implementadas também tiveram como resultado a concentração de terras e a consolidação de estruturas de poder. Diante deste cenário, cabe investigar: qual o perfil socioeconômico da mulher na agricultura familiar na RIDE Petrolina/Juazeiro? A análise das características censitárias dos estabelecimentos agropecuários de 2017 pode revelar uma igualdade de gênero na agricultura familiar da região do Polo Petrolina/Juazeiro, refletindo-se em uma distribuição mais equitativa.

Nesses termos, a questão de gênero está se tornando cada vez mais central nas discussões sobre o desenvolvimento rural. A contribuição das mulheres em esferas produtivas e sociais vem recebendo crescente atenção, tanto nas formulações de políticas públicas quanto nas investigações acadêmicas (Ellis e Biggs, 2001).

É nesse sentido que se considera relevante o presente estudo, cujo objetivo é

caracterizar o perfil socioeconômico da mulher na agricultura familiar na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do Polo de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), com base nas características censitárias disponíveis dos estabelecimentos agropecuários de 2017.

Com o propósito de elucidar o perfil socioeconômico das agricultoras familiares da RIDE Petrolina/Juazeiro e detalhar os dados que evidenciam as desigualdades no campo, este estudo se estrutura em três seções, além desta introdução. A seção subsequente detalha o método utilizado; em seguida, dedica-se à compreensão sobre a economia feminista e a agricultura familiar, finalizando com as conclusões finais.

## **2 Metodologia**

A metodologia adotada neste estudo seguiu uma abordagem qualitativa, utilizando fontes bibliográficas e documentais. Estas fontes compreendem: i. textos relacionados ao tema da agricultura familiar, desigualdade de gênero, mulher rural e correlatos acionados, sobretudo, na construção do referencial teórico; ii. pesquisa documental como fontes de registros de entidades públicas, como a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 e o Decreto 9.064/2017; e iii. fontes estatísticas.

A análise qualitativa sob uma perspectiva epistemológica implica que a pesquisa qualitativa deve estar fundamentada no contexto histórico, integrando-se a um conjunto de práticas materiais e interpretativas (Pinto; Paula; 2018). Para a escolha dos textos, foram considerados como critérios de seleção aqueles retrataram o trabalho feminino na agricultura familiar, as desigualdades de gênero no campo, e trouxeram elementos conceituais referente a agricultura familiar.

Na pesquisa bibliográfica, utilizou-se a base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no Brasil. Foram selecionados periódicos revisados por pares, publicados no período de 2000 a 2023. Os critérios de inclusão consideraram a presença de resumos em português, inglês ou espanhol, bem como a descrição de abordagens quantitativas e qualitativas. Foram excluídos os capítulos de livros, resumos de eventos e revisões sistemáticas.

O recorte geográfico da pesquisa corresponde aos municípios da RIDE Petrolina e Juazeiro que foi instituída pela Lei Complementar nº 113 de 19 de setembro de 2001 e regulada Decreto nº 4.366 de 9 de setembro de 2002, a área compreende quatro municípios de Pernambuco: Pernambuco: Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó; e quatro municípios da

Bahia: Juazeiro, Curaçá, Sobradinho e Casa Nova. Estes municípios, localizados na região Nordeste, no Submédio do São Francisco, abrangem uma extensão territorial de 35.436,697 km<sup>2</sup>, onde a caatinga é o bioma preponderante. Segundo o Censo Demográfico de 2022, a população da RIDE é de 840.239 pessoas (IBGE, 2022).

Para caracterizar o perfil das agricultoras familiares da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do Polo de Petrolina/PE e Juazeiro/BA (RIDE Petrolina/Juazeiro), foram extraídos dados quantitativos do censo agropecuário de 2017, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e recuperados por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). A classificação adotada pelo censo divide a agricultura em duas categorias: agricultura familiar e agricultura não familiar ou patronal, e inclui um recorte de gênero.

Após a classificação dos grupos agricultores e o recorte de gênero, procedeu-se à seleção e coleta de dados estatísticos por meio da plataforma SIDRA. Os dados coletados foram posteriormente organizados em tabelas. Para a análise dos dados, considerou-se as contradições históricas, buscando estabelecer conexões, sempre que possível, entre as abordagens específicas e as questões estruturais subjacentes. Essa análise teve como base a literatura de referência, alinhando-se com uma abordagem crítica da realidade.

### **3 Economia Feminista e Agricultura Familiar**

A economia feminista apresenta uma crítica à economia *mainstream*, posicionando-se em consonância com as teorias da economia política marxista e da economia institucional, ao mesmo tempo que incorpora uma perspectiva feminista nessas correntes de pensamento (Berik; Kongar, 2021). Ou seja, “a economia feminista questiona o paradigma dominante e sua abordagem androcêntrica e contribui para dar visibilidade ao aporte econômico das mulheres” (Faria, 2009, p. 12). Esta abordagem focaliza a instabilidade e a insustentabilidade inerentes ao sistema econômico capitalista.

No escopo dessa análise econômica, um dos pressupostos é identificar as condições que podem empoderar mulheres para atenuar desigualdades de gênero. Aspectos como disparidades salariais, restrições institucionais, normativas do local de trabalho, legislações, ações coletivas por parte dos empregadores, e as dinâmicas de poder no âmbito doméstico são analisados por essa corrente do pensamento econômico. Do ponto de vista individual, o acesso à propriedade da terra, a participação no mercado de trabalho formal, e um aumento na representação política

feminina são fatores que potencialmente desafiam as hierarquias existentes nesses domínios e contribuir para o empoderamento feminino (Berik; Kongar, 2021).

Nesse contexto, a luta pelo reconhecimento da mulher rural enquanto trabalhadora possui raízes históricas, revelada por um trecho da carta de Zélia Rigo, enviada à Assembleia Nacional Constituinte em 1988, reivindicando os direitos das mulheres (Almeida, 2021). Na carta a agricultora solicita a oficialização da profissão de trabalhadora rural, a concessão de aposentadoria aos 50 anos de idade, a garantia de aposentadoria por invalidez com um valor não inferior a um salário-mínimo, a provisão de auxílio para acidentes de trabalho, assistência à maternidade e benefício de salário maternidade (Almeida, 2021).

Nesse sentido, a economia feminista, com seu enfoque na equidade e inclusão, lança luz sobre o papel das mulheres na agricultura familiar. Nesta categoria social, a principal fonte de renda geralmente advém da atividade produtiva agropecuária, com a gestão da propriedade frequentemente sendo uma responsabilidade compartilhada pela família. Dentre as características apresentadas pelo(a) agricultor(a), deve-se destacar sua relação própria com a terra, que é seu local de trabalho e moradia.

Além disso, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1996, definem a agricultura familiar pautada em três eixos: a gerência da propriedade é realizada pela família, são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria do gestor, e o trabalho é majoritariamente desempenhado pela família (Brasil, 2023).

Por outro lado, são caracterizados como não familiar ou patronal estabelecimentos com mais de quatro módulos fiscais, a gestão é realizada por administradores, empregam apenas mão de obra assalariada. Assim, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) determinaram que a denominação dos estabelecimentos agrícolas não se baseia apenas no tamanho ou área, mas principalmente na natureza da relação de produção, seja ela familiar ou entre empregador e empregado.

Somente em 2006 que a Lei 11.326 foi criada, estabelecendo as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação do agricultor familiar e os empreendimentos familiares rurais, alterada por meio do Decreto nº 9.064, de 2017. De acordo com o art. 3º para efeito da Lei, alterada nos itens II e III, são considerados agricultores(as) familiares e empreendedores(as) rurais, aqueles que praticam atividades no meio rural e estão em conformidade com os seguintes critérios:

- I.possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- II.utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e degeração de renda;
- III.auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV.ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar. (Brasil, 2017, *online*).

Ainda, de acordo com o Decreto nº 9.064 de 2017, no art. 1º, inc. I, no que se refere aos agricultores(as) familiares e empreendimentos(as) familiares rurais, deve-se considerar a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Sendo definida a UFPA como o conjunto de indivíduos que compõem uma família envolvida na exploração de diversos fatores de produção, com o propósito de atender às suas próprias necessidades de subsistência, bem como à demanda da sociedade por alimentos, outros bens e serviços, família deverá residir no estabelecimento ou em sua proximidade (Brasil, 2017).

A Nações Unidas aprovou em 2017 a década da agricultura familiar (2019-2028, reconhecendo que a troca de conhecimentos e informações potencializa o diálogo político e a formulação de estratégias adaptadas às demandas da sociedade, com especial atenção às agricultoras, pelo seu papel essencial na luta contra a pobreza e na promoção do bem-estar social (United Nations, 2018).

De acordo com Lima e Magalhães (2018), na região Nordeste, a agricultura familiar permaneceu como a principal força na produção rural, apesar dos desafios impostos por uma severa seca que perdurou ininterruptamente de 2012 a 2017. Essa estiagem afetou variadamente os estados da região, destacando a resiliência do setor diante de condições climáticas adversas.

Esta resiliência é evidente ao analisar a história dos desafios relacionados ao acesso à terra, que sempre foi uma questão central no Nordeste, considerando a forma pela qual a distribuição territorial foi estabelecida desde a época colonial. Considerando a questão agrária Mattei (2014, p. 105) destaca que Prado Júnior, em suas diversas análises sobre a formação histórica e econômica brasileira afirmava que “somos hoje o que éramos ontem” [...]. Em uma referência ao papel que a posse da terra teve (e continua tendo) na estruturação social do Brasil, especialmente nas sociedades agrárias, por essa razão, era a favor de uma reforma agrária ampla.

Nesse sentido, existe uma profunda contradição das classes sociais, marcada pela fundiária em extensos latifúndios monocultores, os conflitos, a violência contra o campesinato, os quilombolas expropriação da terra.

---

Cosme (2020, p. 90) destaca que “[...] a concentração e os povos indígenas, a exploração do trabalho, levados à cabo pela burguesia latifundista [...]”. Além disso, ao comparar o censo agropecuário de 2006 e 2017, o autor identificou que a área ocupada pelo agronegócio cresceu em cerca de 17 milhões de ha, um aumento de 5% da área agrícola.

Essas desigualdades sociais, também, se manifestam nas relações entre homens e mulheres, diante da dominação dos primeiros sobre as últimas. Dessa forma, a posse da terra, as relações patrimoniais historicamente refletem um domínio masculino e patriarcal. Isso se originou das convenções sociais em que a transmissão de terras, por meio de herança, era conferida principalmente aos descendentes masculinos, excluindo as mulheres desse direito (Brumer e Anjos, 2012).

As raízes desse fenômeno, e sua manifestação contemporânea no contexto capitalista, estão fundamentadas na “divisão sexual do trabalho”, elemento da exploração e opressão feminina. A divisão sexual do trabalho se consolidou como um princípio fundamental para explicar as distinções de gênero, abrangendo as características masculinas e femininas percebidas como inerentemente humanas (Lusa e Freitas, 2017).

Oliveira *et al.* (2021) destacam que em relação ao acesso terra, pecuária, serviços financeiros, tecnologia, equipamentos, transporte e assistência técnica as agricultoras familiares enfrentam mais limitações em relação aos agricultores. Além do mais cerca de 28% das mulheres à frente da gestão dos estabelecimentos de agricultura familiar são analfabetas. Essas questões intensificam o ciclo vicioso de pobreza das mulheres e suas famílias, colocando-as em uma situação de vulnerabilidade em relação aos homens.

De acordo com a FAO (2023), em diversas nações, ainda é necessário garantir que os direitos de posse da terra para mulheres e homens estejam equilibrados e que sejam estabelecidas estruturas legais de apoio a esses direitos femininos. Para alcançar a equidade, é preciso assegurar que as mulheres tenham igualdade no acesso e controle sobre ativos produtivos, como terra, água e crédito, ampliando e fortalecendo suas oportunidades econômicas no meio rural. Contribuindo para a resiliência das mulheres diante de adversidades, incluindo crises econômicas globais e eventos climáticos extremos.

Filipak e Aleixo (2017) mencionam que as políticas públicas destinadas ao meio rural têm persistência da sua invisibilidade. Em muitas situações, o Estado contribuiu para a aceitação das desigualdades de gênero enfrentadas por essas agricultoras, ao condicionar frequentemente o acesso a direitos e oportunidades de progresso aos homens.

---

De outro modo, as pressões sociais fizeram com que o Estado institucionalizasse políticas públicas através da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, com atribuições definidas pelo Decreto 7255/2010, que compreenderam: o desenvolvimento de ações para inclusão social, com foco no acesso aos direitos econômicos de mulheres rurais e comunidades quilombolas; a implementação de políticas públicas e programas que promovam igualdade de gênero, raça e etnia, destinadas a mulheres trabalhadoras rurais e comunidades quilombolas (Filipak; Aleixo, 2017).

Para as mulheres do campo, a defesa da agricultura familiar e camponesa representa uma possibilidade de produção, contrapondo o agronegócio, e priorizando o cuidado com a vida que se manifesta como uma forma de resistência política no ambiente rural. Essa resistência também reconhece o patriarcado como outro elemento de exploração e dominação que afeta as mulheres no campo. Nesse contexto, reafirmam a luta como sendo antipatriarcal, uma vez que o feminismo, ao buscar a igualdade de gênero, argumenta que essa igualdade permeia todas as esferas das relações entre mulheres e homens (Martins; Barbosa, 2022).

Dada essa conjuntura, as agricultoras familiares, ao longo de sua trajetória histórica, têm-se dedicado não apenas à atividade agrícola tradicional, mas também ao cuidado da casa e dos filhos. De igual modo, muitas produzem para autoconsumo da família e desenvolvem outras atividades, caracterizando dessa forma a pluriatividade na agricultura familiar, uma estratégia de sobrevivência e geração de renda, respondendo aos desafios econômicos e sociais.

A pluriatividade é um fenômeno caracterizado pela combinação de múltiplas atividades, quando membros da família decidem integrar a atividade agrícola com outras atividades (agrícola ou não agrícola), que podem ser desempenhadas tanto dentro quanto fora da unidade de produção familiar (Schneider, 2003). O conceito de pluriatividade frequentemente é associado à diversificação de atividades, envolvendo tanto agrícolas quanto não agrícolas, pois essa diversificação é uma estratégia comum para lidar com a incerteza e volatilidade associadas à agricultura.

Ademais, para Sakamoto, Nascimento e Maia (2016), a cultura da pluriatividade tem se estabelecido como resistência à pobreza. As mulheres contribuem significativamente para a produção de alimentos, preservação da biodiversidade, ocupando uma posição central para o desenvolvimento rural. No entanto, elas ainda permanecem entre os grupos mais vulneráveis da sociedade.

### 3.1 Perfil econômico e social das agriculturas familiares na RIDE Petrolina/Juazeiro

A RIDE Petrolina/Juazeiro consolidou-se como o principal polo de fruticultura irrigada, com a produção voltada para atender a demanda do mercado internacional. Esta região é catalisadora de crescimento em diversos setores econômicos, influenciando a dinâmica territorial. Da mesma forma, agricultura familiar destaca-se pela produção de frutas, legumes e hortaliças atendendo aos mercados locais e regionais, contribuindo assim para o desenvolvimento rural e a agricultura sustentável.

A expansão agrícola da região foi impulsionada pela implantação de perímetros irrigados entre as décadas de 1970 e 1990, com incentivos do governo federal, o que levou a supressão em algumas áreas da vegetação original. O Rio São Francisco é a principal fonte hídrica que abastece essas atividades (Dourado, 2014).

Conforme apresentado na tabela 1, em 2017, a agricultura familiar se destacou como um dos principais modos de trabalho agrícola na RIDE, ocupando 48,1% da área total. Esta modalidade gerou empregos para 50,30% das pessoas no setor e representou cerca de 71,3% dos produtores agrícolas, isto é, em cada 100 produtores, 71 são familiares.

Por outro lado, a agricultura patronal representada por apenas 28,7% dos produtores recenseados ocupa 51,9% da área total, e emprega 49,70% do pessoal ocupado. Indicando que a quantidade de agricultores familiares é aproximadamente 2,5 vezes maior do que a de agricultores patronais. No entanto, em termos de área ocupada, os valores são, respectivamente, 498.660 e 538.928 hectares. Isso representa uma diferença de 8,07% a mais em hectares ocupados pelos estabelecimentos agropecuários patronais (Tabela 1).

Tabela 1 - Número estabelecimentos área total e pessoal ocupado nos diferentes tipos de agricultura da RIDE Petrolina/Juazeiro

Tipo de agricultor	Estabelecimentos		Área Total		Pessoal ocupado	
	Número	%	Hectares	%	Número	%
Familiar	24.472	71,3	498.660	48,1	70.911	50,30
Não familiar	9.865	28,7	538.928	51,9	70.071	49,70
Total	34.337	100,0	1.037.588	100,0	140.982	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2023).

De acordo com a tabela 2, em 2017, na RIDE, o número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres foi de aproximadamente 7.078 mil, o que corresponde a 20,7% do total. O percentual de homens à frente de estabelecimentos agropecuários é superior, representando 79,3%, quase quatro vezes o percentual de estabelecimentos dirigidos por

mulheres. Ao desagregar os dados entre agricultura familiar e não familiar, observou-se que agricultura familiar tem o maior número de estabelecimentos dirigidos por mulheres chegando a 5.301, na agricultura patronal totalizam 1.777.

Dentre os municípios integrantes da RIDE, Casa Nova (BA) destaca-se pelo maior número de estabelecimentos de agricultura familiar dirigidos por mulheres, com 1.367, isto é 23,9 %. Em sequência, se tem Petrolina (PE) com 23,2%, Juazeiro (BA) registrando 20,4%, Curaçá (BA) com 21,1% e Santa Maria da Boa Vista (PE) totalizando 19,6%. Em todos os municípios, o percentual de mulheres liderando estabelecimentos agropecuários é menor quando comparado ao dos homens (Tabela 2).

Dessa forma, foi possível constatar que existem desigualdades no mundo do trabalho, pois os dados indicam uma persistência dos homens frente a direção dos estabelecimentos rurais. De acordo com Herrera (2016), fatores como a estrutura patriarcal da família e a falta de reconhecimento do trabalho feminino no campo como atividade produtiva contribuem para a desigualdade de gênero.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, com a distinção de agricultura familiar e não familiar e sexo do produtor, RIDE Petrolina-Juazeiro, 2017

Municípios		Mulheres	%	Homens	%	Total
RIDE						
Petrolina/Juazeiro		<b>7.078</b>		<b>27.176</b>		<b>34.254</b>
Casa Nova	Familiar	1.367	23,9	4.362	76,1	5.729
	Não familiar	346	19,6	1423	80,4	1.769
	Total de Estabelecimentos	1.713	22,9	5.785	77,1	7.498
Curaçá	Familiar	761	21,1	2.841	78,9	3.602
	Não familiar	198	18,8	853	81,2	1.051
	Total de Estabelecimentos	959	20,6	3.694	79,4	4.653
Juazeiro	Familiar	897	20,4	3.505	79,6	4.402
	Não familiar	537	18,7	2.329	81,3	2.866
	Total de Estabelecimentos	1.434	19,7	5.834	80,3	7.268
Sobradinho	Familiar	76	21,7	275	78,3	351
	Não familiar	35	16,7	174	83,3	209
	Total de Estabelecimentos	111	19,8	449	80,2	560
Lagoa Grande	Familiar	235	26,0	668	74,0	903
	Não familiar	107	21,4	393	78,6	500
	Total de Estabelecimentos	342	24,4	1.061	75,2	1.403
Orocó	Familiar	198	15,3	1.096	84,7	1.294
	Não familiar	31	12,9	210	87,1	241
	Total de estabelecimentos	229	15,0	1.306	85,0	1.535
Petrolina	Familiar	1.046	23,2	3.463	76,8	4.509
	Não familiar	400	16,2	2.071	83,8	2.471
	Total de Estabelecimentos	1.446	20,7	5.534	79,3	6.980
Santa Maria da Boa Vista	Familiar	721	19,6	2.961	80,4	3.682
	Não familiar	123	18,2	552	81,8	675
	Total de Estabelecimentos	844	19,4	3.513	80,6	4.357

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Adicionalmente, Hora, Nobre e Butto (2021) apontam que há uma subnotificação da participação do trabalho feminino nos estabelecimentos agropecuários, visto que, popularmente, essa atividade é percebida como predominantemente masculina. Nesta perspectiva, para alcançar uma redução da desigualdade de gênero é essencial compreender que esta questão é acometida por diversos fatores, incluindo desigualdades raciais, relações de poder, educação dos filhos e autonomia econômica. Diante das constatações da tabela 2, é preciso buscar alternativas na agricultura para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU em 2015, especificamente o ODS 5, o qual visa a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas até 2030.

A ONU propôs dezessete objetivos que foram adotados por todos os membros Estados-nação. O ODS 5 é composto por onze metas, das quais nove têm aplicação global, inclusive no Brasil, enquanto duas foram personalizadas para o contexto nacional (Mostafa e Rezende, 2019). Sendo que uma das metas do ODS 5 visa garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública, e o indicador 5.5.2 mede a proporção de mulheres em posições gerenciais no mercado de trabalho (IBGE, 2023).

Em relação à situação legal das terras, uma vez que se trata de áreas onde foram implementados projetos públicos de irrigação, no território da RIDE, a maioria das mulheres rurais envolvidas na agricultura familiar declarou que possui a propriedade da terra. Em seguida, há aquelas que estão com terras concedidas por órgãos fundiários, porém, ainda sem titulação, e algumas estão em regime de comodato (Tabela 3). De acordo com a meta 5.a dos ODS 5, é essencial promover reformas que garantam às mulheres direitos iguais em relação aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra, outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais, conforme estabelecido pelas leis nacionais (IBGE, 2023).

No contexto rural, é relevante mencionar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) emitiu a Portaria nº 981/2003, que estabelece, em seu artigo 3º, as condições para a outorga do Título de Domínio ou do Contrato de Concessão de Uso. O artigo 3º afirma que a titulação conjunta é obrigatória para homens e mulheres, desde que estejam casados ou em união estável.

Em caso de alteração das situações estabelecidas, será dada prioridade à titulação em favor da mulher, especialmente quando ela detiver a guarda dos filhos (Brasil, 2003). Essas

disposições da Portaria visam garantir a igualdade de direitos e considerar a situação das mulheres em relação à posse da terra, com o objetivo de promover a equidade de gênero no contexto agrário.

Conforme os dados do censo agropecuário de 2017, o número total de pessoas ocupadas<sup>3</sup> em estabelecimentos no Brasil e na região Nordeste foi respectivamente 15.105.125 e 6.376.764. Desse total, as mulheres representaram 4.379.019 e 1.905.903, o que corresponde a aproximadamente 29% no Brasil e 30% no Nordeste do total de pessoas ocupadas (IBGE, 2017).

Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários e condição das agricultoras familiares em relação à condição legal da terra

Município	Condição legal das terras						Ocupadas
	Total	Próprias	Concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Em regime de comodato	
RIDE Petrolina/Juazeiro	<b>5.315</b>	<b>4.299</b>	<b>323</b>	<b>80</b>	<b>52</b>	<b>301</b>	<b>260</b>
Casa Nova	1370	1283	6	15	2	5	59
Curaçá	773	646	8	23	8	83	5
Juazeiro	888	796	26	2	21	39	4
Sobradinho	77	62	3	-	-	2	10
Lagoa Grande	227	167	29	-	2	25	4
Orocó	202	151	-	8	6	23	14
Petrolina	1050	711	124	17	7	36	155
Santa Maria da Boa Vista	728	483	127	15	6	88	9

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2023).

Em relação aos trabalhadores do setor rural do território da RIDE, há um expressivo contingente de pessoas ocupadas, totalizando 140.982 indivíduos, dos quais 33,4% são mulheres. Este índice está acima do registrado no Brasil e na região Nordeste. Dentre essas ocupações, as agricultoras familiares somam 22.679, representando 32% do total de agricultores familiares. Por outro lado, os homens constituem a maioria, com 68% ocupações na RIDE. Na agricultura patronal, as mulheres representam um total de 24.451, o que corresponde a 35% (Tabela 4).

Isso ocorre porque a RIDE possui características peculiares. Há diversas unidades de produção voltadas para a fruticultura, e essas características são determinadas pelo porte da exploração, pelo potencial de investimento dos proprietários e pelas estratégias adotadas – seja de especialização ou diversificação da produção. Além disso, o posicionamento no mercado,

<sup>3</sup> A variável ocupação total reflete a quantidade total de trabalhadores nas propriedades rurais, considerando tanto aqueles com contratos formais quanto os sem contratos formais.

Tabela 4 - Mulheres ocupadas em estabelecimentos agropecuários na RIDE Petrolina/Juazeiro, agricultura familiar e não familiar

Municípios		Familiar		Não familiar	
		N	%	N	%
RIDE Petrolina/Juazeiro	Total*	70.911		70.071	
	Mulheres	22.679	32%	24.451	35%
Casa Nova	Total	16.952		13.385	
	Mulheres	6.218	36,7%	5.128	38,3%
Curaçá	Total	8.377		2.965	
	Mulheres	2.587	30,9%	684	23,1%
Juazeiro	Total	13.580		21.356	
	Mulheres	3.730	27,5%	4.949	23,2%
Sobradinho	Total	929		564	
	Mulheres	257	27,5%	120	21,3%
Lagoa Grande	Total	2.063		2.771	
	Mulheres	771	37,4%	1.223	44,1%
Orocó	Total	2.721		626	
	Mulheres	716	26,3%	160	25,6%
Petrolina	Total	14.899		25.791	
	Mulheres	5.169	34,7%	11.411	44,2%
Santa Maria da Boa Vista	Total	11.390		2.613	
	Mulheres	3.231	28,4%	776	29,7%

\*O total representa a soma de mulheres e homens.

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2023).

Igualmente importante, cabe mencionar que a diferenciação tem rebatimentos sobre as relações de trabalho na dinâmica do mercado de mão de obra na fruticultura. As culturas da uva, manga, goiaba e acerola estão entre as que mais demandam mão de obra feminina no território. Especificamente, a uva, seguida da manga, destaca-se tanto nas atividades relacionadas ao ciclo produtivo no campo quanto nas tarefas pós-colheita realizadas no *packing house*, mesmo que exista uma menor proporção nas atividades de campo (Silva, 2014).

Conforme observado por Hora, Nobre e Butto (2021), o censo agropecuário de 2017 classifica a produção de acordo com duas finalidades principais: o consumo próprio e o de pessoas vinculadas por laços de parentesco com o produtor, bem como a comercialização da produção, que abrange até mesmo trocas ou escambos.

Essa classificação, por sua vez, oferece uma perspectiva sobre o grau de participação de mulheres e homens na economia de mercado. Em geral, os homens estão mais engajados em culturas de grande escala, especialmente quando altamente mecanizadas. As mulheres, por outro lado, tendem a ser responsáveis pela produção de alimentos e cultivos comerciais em pequena escala (Hora, Nobre e Butto, 2021).

A partir dessa compreensão, a tabela 5 apresenta informações sobre o consumo próprio e a comercialização em estabelecimentos agropecuários, tanto familiares quanto não familiares, dirigidos por mulheres. A agricultura familiar se destaca com uma maior proporção na maioria dos estabelecimentos nas formas de direção. Em Casa Nova, observa-se uma ênfase na produção agrícola que se destina principalmente para consumo próprio das famílias.

Dos 1.367 estabelecimentos de agricultura familiar dirigidos por mulheres, 79% são direcionados para esse fim. Em Curaçá e Lagoa Grande, também, há um número significativo de estabelecimentos familiares voltados para consumo próprio. Isso significa que a maioria das atividades agrícolas nesses municípios é voltada para o bem-estar da família, antes mesmo do interesse em alcançar maior lucratividade (Tabela 5).

Juazeiro e Petrolina apresentaram uma distribuição mais equitativa entre a produção para consumo próprio e a comercialização da produção, com 51% e 57% de estabelecimentos familiares, respectivamente. Esses números indicam que esses municípios atendem tanto às necessidades locais quanto à comercialização de produtos agrícolas. Por outro lado, Orocó e Santa Maria da Boa Vista são os únicos municípios que se destacam por sua ênfase na comercialização da produção agrícola, direcionando 68% de suas unidades para atender à demanda do mercado ou para realizar trocas (Tabela 5).

A análise dos dados revelou que, nos municípios não familiares, a maioria dos estabelecimentos está envolvida em atividades de consumo próprio. Com exceção de Juazeiro, onde o número de estabelecimentos não revelou diferenças significativas em relação à finalidade da produção. De um modo geral a comercialização é menos comum em comparação com o consumo próprio. Isso sugere que esses estabelecimentos estão produzindo principalmente para atender o consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor. É importante observar que as quantidades de estabelecimentos podem variar significativamente entre os municípios.

Tabela 5 - Finalidade principal da produção agropecuária em estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres na RIDE do Polo Petrolina/Juazeiro

Municípios	Tipologia	Consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor	Comercialização da produção (inclusive troca ou escambo)	Total
Casa Nova	Familiar	1.079	288	1.367
	Não Familiar	255	92	347
Curaçá	Familiar	560	201	761
	Não Familiar	96	103	199
Juazeiro	Familiar	457	440	897
	Não Familiar	287	251	538
Sobradinho	Familiar	25	51	76
	Não Familiar	9	26	35
Lagoa Grande	Familiar	172	63	235
	Não Familiar	85	25	110
Orocó	Familiar	64	134	198
	Não Familiar	10	21	31
Petrolina	Familiar	596	450	1.046
	Não Familiar	280	123	403
Santa Maria da Boa Vista	Familiar	232	489	721
	Não Familiar	78	45	123

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2023).

A tabela 6 apresenta informações sobre a renda obtida a partir de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários. Ou seja, evidencia basicamente o número de estabelecimentos dirigidos por mulheres e inclui se esta renda é maior do que outros rendimentos obtidos pelo produtor (respostas “sim” ou “não”), abrangendo tanto a agricultura familiar quanto a não familiar. Dos 1.367 estabelecimentos de agricultura familiar de Casa Nova, 72% têm como principal fonte de renda aquela obtida por meio das atividades desenvolvidas fora do estabelecimento. Ao considerar os agricultores patronais, que totalizam 346 estabelecimentos, esse percentual aumentou para 82%.

Nos municípios que compõem a RIDE, a análise revelou que, embora os produtores obtenham alguma renda das atividades nos estabelecimentos agropecuários, esta não é sua principal fonte de renda. A maioria desses estabelecimentos apresenta outras fontes de renda que superam em valor o que é ganho com a atividade agrícola. Essencialmente, essa categorização é relevante para compreender que, para as famílias agricultoras, a renda da agricultura não é a principal, destacando a necessidade de outras fontes de renda. Essa realidade tem implicações importantes nas políticas de apoio à agricultura familiar.

Tabela 6 - Renda obtida com as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres na RIDE Petrolina/Juazeiro

Municípios	Tipologia	Renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento		Total
		Maior que as outras rendas obtidas pelo produtor – sim	Maior que as outras rendas obtidas pelo produtor – não	
Casa Nova	Familiar	386	981	1.367
	Não Familiar	62	284	346
Curaçá	Familiar	217	544	761
	Não Familiar	91	107	198
Juazeiro	Familiar	260	637	897
	Não Familiar	154	383	537
Sobradinho	Familiar	15	61	76
	Não Familiar	4	31	35
Lagoa Grande	Familiar	37	198	235
	Não Familiar	4	103	107
Orocó	Familiar	117	81	198
	Não Familiar	7	24	31
Petrolina	Familiar	396	650	1.046
	Não Familiar	108	292	400
Santa Maria da Boa Vista	Familiar	371	350	721
	Não Familiar	18	105	123

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2023).

A agricultura familiar, em particular, apresenta uma tendência à diversificação das ocupações no mercado de trabalho, combinando atividades não agrícolas e agrícolas, ou seja, a pluriatividade. Além disso, há uma parcela desse segmento dedicada às atividades voltadas para o consumo próprio. Nesse sentido, a diversificação no âmbito do setor não agrícola pode decorrer de diversas motivações por parte das famílias que residem em áreas rurais. O que pode sugerir que essas motivações têm como fator determinante a manutenção da renda. Esse cenário é corroborado por Akamoto, Nascimento e Maia (2016), que, ao analisarem as famílias pluriativas, demonstraram que estas possuem níveis mais elevados de pobreza rural.

Contudo, Balsadi *et al.* (2019) mencionam que a modernização das estruturas de produção agropecuária resultou na redução da variedade de ocupações agropecuárias e no número de estabelecimentos agrícolas familiares, principalmente aqueles de agricultores que trabalham por conta própria. A revisão da Lei nº 11.326/2006 definiu os parâmetros de categorização para famílias, como os produtores que trabalham por conta própria, estabelecendo que os estabelecimentos sejam capazes de gerar renda pelo menos equivalente àquela que poderia ser obtida por algum membro da família fora do estabelecimento.

Segundo Carneiro (2008), à medida que as mulheres conquistaram novas oportunidades

de vida, o campo deixou de ser atrativo. Uma das razões para isso está relacionada à tradicional função da família, que costumava intermediar as relações entre o indivíduo e a sociedade, mas gradualmente perdeu relevância ao longo do tempo.

Além disso, a proximidade entre as áreas rurais e urbanas proporcionou novos padrões de socialização para as mulheres. Isso resultou em uma diversificação das opções disponíveis, de modo que o casamento e a atividade religiosa deixaram de ser as únicas alternativas oferecidas às mulheres. Esse fenômeno de afastamento das mulheres do campo pode ser compreendido à luz dos processos sociais pelos quais elas passaram na história recente, que resultaram na conquista de espaços no mercado de trabalho que anteriormente eram negados ou restritos exclusivamente aos homens (Carneiro, 2008).

### 3.1.1 Análise da idade e formação educacional das agricultoras familiares

Pode-se observar na tabela 7 a quantidade de estabelecimentos familiares, distribuídos por classes de idade das produtoras na RIDE, variando desde menos de 25 anos até mais de 75 anos. É possível verificar que há um maior contingente de produtoras nas faixas etárias de 45 a 55 anos e de 55 a 65 anos, sobretudo nos municípios de Juazeiro, Petrolina e Casa Nova. Esses números apontam para uma tendência de envelhecimento entre as produtoras agrícolas, já que as faixas etárias mais avançadas possuem um número significativo de estabelecimentos com a presença das agricultoras, enquanto as faixas mais jovens têm uma representatividade menor. A tendência geral é de que a maioria das agricultoras está nas faixas etárias intermediárias, com poucas nas faixas mais jovens. Isso sugere um envelhecimento das produtoras agrícolas.

Tabela 7 - Distribuição por faixa etária das agricultoras familiares da RIDE Petrolina/Juazeiro

Municípios	Classe de Idade da Produtora							Total
	< 25	≥25 e <35 anos	≥35 e <45 anos	≥45 e <55 anos	≥55 e <65 anos	≥65 e <75 anos	≥75 anos	
RIDE								
Petrolina/Juazeiro	115	576	844	1039	1126	923	659	5282
Casa Nova	42	157	198	206	278	270	216	1367
Curaçá	20	86	133	165	127	125	105	761
Juazeiro	11	38	85	166	231	211	155	897
Sobradinho	-19	4	7	9	29	15	12	57
Lagoa Grande	5	32	30	27	60	53	28	235
Orocó	2	18	58	48	40	17	15	198
Petrolina	35	104	166	254	232	159	96	1046
Santa Maria da Boa Vista	19	137	167	164	129	73	32	721

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2023).

No contexto da agricultura familiar, determinadas condições, como a posse da terra e o acesso à educação, contribuem para a reduzir as desigualdades sociais e econômicas, influenciando a capacidade de geração de emprego e renda. Além disso, a falta de acesso a escolas e condições adequadas para viabilizar a aprendizagem tem contribuído para o analfabetismo no meio rural. Isso dificulta a organização social e aumenta a vulnerabilidade das pessoas diante da dominação social. Essa situação permite o controle exercido pelos latifundiários e empresários, perpetuando a subalternidade, a submissão e a extração da mais-valia (Souza, 2020).

Paralelamente, a Tabela 8, refere-se ao nível de escolaridade das produtoras agricultoras familiares na RIDE. Dentre os quatro municípios baianos analisados, Juazeiro apresenta a maior proporção de agricultoras familiares que sabem ler e escrever, com 74,3%. Em contraste, Casa Nova registra o maior percentual de agricultoras familiares que não sabem ler e escrever entre os municípios estudados, atingindo 32,6%. Em Casa Nova, apenas 32 mulheres agricultoras possuem graduação superior, enquanto em Juazeiro, o número é de 25.

Além disso, observa-se que um número considerável de mulheres nos municípios analisados não concluiu o curso superior em que estavam inscritas. No caso de Juazeiro, quase metade das agricultoras não finalizou seus cursos, enquanto em Sobradinho, a taxa de não conclusão atinge metade. Em Curaçá, a situação é ainda mais acentuada, com mais da metade das agricultoras não completando a graduação (Tabela 8).

Nos municípios pernambucanos analisados, os dados indicam que em Lagoa Grande aproximadamente 33,19% das mulheres não sabem ler e escrever, o maior índice entre os municípios estudados. Orocó segue com 26,77%, e Santa Maria da Boa Vista com 22,75%, enquanto Petrolina apresenta o menor percentual, com 22,47%. Menos da metade das agricultoras desses municípios concluíram o curso superior em que estavam inscritas (Tabela 8).

Tabela 8 - Nível de escolaridade das agricultoras familiares: RIDE Petrolina-Juazeiro, 2017  
(continua)

Nível de instrução	Casa Nova	Curaçá	Juazeiro	Sobradinho
<b>Total</b>	<b>1367</b>	<b>761</b>	<b>897</b>	<b>76</b>
Sabe ler e escrever – sim	872	546	664	52
Sabe ler e escrever – não	495	215	233	24
Nunca frequentou escola	434	115	188	17
Classe de alfabetização – CA	153	149	121	8
Alfabetização de jovens e adultos – AJA	4	8	18	2
Antigo primário (elementar)	365	201	229	14
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	77	70	37	8
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	165	73	143	13

(conclusão)

Nível de instrução	Casa Nova	Curaçá	Juazeiro	Sobradinho
<b>Total</b>	<b>1367</b>	<b>761</b>	<b>897</b>	<b>76</b>
Sabe ler e escrever – sim	872	546	664	52
Sabe ler e escrever – não	495	215	233	24
Nunca frequentou escola	434	115	188	17
Classe de alfabetização – CA	153	149	121	8
Alfabetização de jovens e adultos – AJA	4	8	18	2
Antigo primário (elementar)	365	201	229	14
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	77	70	37	8
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	165	73	143	13
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	1	1	5	2
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	5	7	4	1
Regular de ensino médio ou 2º grau	124	116	120	6
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	7	4	7	3
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	-	1	-	-
Superior – graduação	32	16	25	2
Mestrado ou doutorado	-	-	-	-
Conclusão do curso – sim	419	239	282	21
Conclusão do curso – não	514	407	427	38
Nível de instrução	Lagoa Grande	Orocó	Petrolina	Santa Maria da Boa Vista
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>198</b>	<b>1046</b>	<b>721</b>
Sabe ler e escrever – sim	157	145	811	557
Sabe ler e escrever – não	78	53	235	164
Nunca frequentou escola	75	25	171	56
Classe de alfabetização – CA	16	29	101	114
Alfabetização de jovens e adultos – AJA	3	12	26	26
Antigo primário (elementar)	52	17	211	120
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	4	4	40	10
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	37	37	220	163
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	-	9	8	5
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	-	-	1	-
Regular de ensino médio ou 2º grau	40	49	209	195
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	-	3	9	3
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	-	1	1	2
Superior – graduação	8	12	49	27
Mestrado ou doutorado	-	-	-	-
Conclusão do curso – sim	65	77	394	271
Conclusão do curso – não	95	96	481	394

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2023).

Os dados dos municípios da RIDE expõem a realidade educacional das mulheres na agricultura familiar. Embora a maioria tenha adquirido habilidades de leitura e escrita, uma

parcela significativa das agricultoras ainda permanece sem aprender a ler e escrever. Esta lacuna educacional pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo a escassez de oportunidades educacionais em áreas rurais e a necessidade de priorizar o trabalho agrícola em detrimento da educação formal.

Diante deste cenário, percebe-se a precariedade da educação de uma população feminina em processo de envelhecimento. Cabe ao governo realizar os investimentos necessários para viabilizar a educação, que pode trazer luz na redução das desigualdades de gênero e na melhoria da qualidade de vida, além de promover a autonomia econômica e o empoderamento das mulheres.

#### **4 Considerações finais**

A agricultura é relevante para a sociedade, uma vez que contribui tanto para o desenvolvimento social quanto econômico. As mulheres realizam uma variedade de atividades agrícolas, desempenham um papel fundamental na produção de alimentos para suas famílias assim como para comunidades. Além disso, muitas mulheres na agricultura familiar combinam suas atividades agrícolas com outras atividades. Em muitos casos, as mulheres têm um papel ativo na gestão das propriedades rurais. No entanto, é importante destacar que o modelo econômico neoliberal coopera para agravar a desigualdade vivenciada pelas mulheres na agricultura familiar.

A estrutura patriarcal e a falta de reconhecimento do trabalho feminino no campo como atividade produtiva podem ser observadas ao examinar o número de estabelecimentos agrícolas dirigidos por mulheres em comparação com aqueles dirigidos por homens. Observou-se que a representatividade feminina ainda é bastante reduzida. O número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres foi de aproximadamente 7.078 mil, o que corresponde a 20,7% do total. O percentual de homens à frente de estabelecimentos agropecuários é superior, representando 79,3%, bem superior ao dirigidos por mulheres. Na agricultura familiar o maior número de estabelecimentos dirigidos por mulheres foi de 5.301 bem superior a patronal que possui 1.777.

Em relação à situação legal das terras, uma vez que se trata de áreas onde foram implementados projetos públicos de irrigação a maioria das mulheres rurais da agricultura familiar declarou que possui a propriedade da terra. Há um expressivo contingente de pessoas ocupadas, totalizando 140.982 indivíduos, dos quais 33,4% são mulheres. As culturas da uva,

manga, goiaba e acerola estão entre as que mais demandam mão de obra feminina. A maioria dos estabelecimentos está envolvida em atividades de consumo próprio. Com exceção de Juazeiro, onde o número de estabelecimentos não revelou diferenças significativas em relação à finalidade da produção.

A renda obtida na produção agrícola é menor que outras fontes de renda, ou seja, os produtores desenvolvem outras atividades. Das agricultoras familiares, foi possível constatar que 28,2% das mulheres não sabem ler e escrever, 20,3% nunca frequentaram a escola, 15% tiveram algum grau de educação até o nível de alfabetização e 58% não concluíram o ensino formal.

Este estudo buscou caracterizar o perfil das mulheres, agriculturas familiares nos municípios da RIDE. Para alcançar esse objetivo, foi realizado o exame dos dados do Censo Agropecuário de 2017 e a condução de uma revisão bibliográfica com o propósito de contextualizar e elucidar os resultados obtidos. Destarte, diante das constatações, verificou-se que, para minimizar as desigualdades sociais no campo, é preciso realizar ações e direcionar investimentos, principalmente nos dados estatísticos que evidenciaram resultados menos satisfatórios, como educação e a gestão dos estabelecimentos agropecuários.

## Referências

- ALMEIDA, Marisangela Lins de. Mulheres do campo, sindicalismo e ação política: a construção histórica da categoria trabalhadora rural. **Caminhos da História**, vol. 26, núm. 1, 2021. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/507/5072336011/5072336011.pdf>. Acesso em: ago. 2023.
- AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 56, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>. Acesso em: ago. 2023.
- BALSADI, Otavio; BELIK, Walter; DELGROSSI, Mauro Eduardo. (2019). The rural of São Paulo state in perspective: evolution of agricultural and non-agricultural occupations in the 2004-2014 period. **Revista da ABET**, 18. Disponível: <https://www.researchgate.net/publication/336339500>. Acesso em: out. 2023.
- BERIK, Günseli; KONGAR, Ebru (Ed.). **The Routledge handbook of feminist economics**. Routledge, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780429020612>. Acesso em: nov. 2023
- BRASIL, República Federativa. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 [...]. Brasília: Presidência da República, 2017. Acesso em: set. 2023.
- BRASIL, República Federativa. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes

para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. **Portaria INCRA nº 981 de 02 de outubro de 2003**. Altera a norma de execução SDA nº 29 de 2002. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 3 out. 2003. Disponível: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>. Acesso em: jul. 2023.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, n. 12, p. 6-17, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso em: ago. 2023

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar. Mundo Rural Brasileiro. **Ensaios Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X-EDUR, 2008.

COSME, Claudemir Martins. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo censo agropecuário

2017. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7336>. Acesso em: ago. 2023.

DOURADO, José Aparecido Lima. Projetos desenvolvimentistas nas terras do sem-fim: expansão do agronegócio e precarização do trabalho no semiárido baiano. **Sociedade & Natureza**, v. 26, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-45132014010>. Acesso em: set. 2023.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s **Development Policy Review**, 2001. Disponível em: <https://www.staff.ncl.ac.uk/david.harvey/AEF806/Ellis&Biggs2001.pdf>. Acesso em: set. 2023.

FAO. **The status of women in agrifood systems**. Rome, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc5343en>. Acesso em: out. 2023.

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Economia-feminista-e-agenda-de-luta-das-mulheres-no-meio-rural-Nalu.pdf>. Acesso em: set. 2023.

FILIPAK, Alexandra; ALEIXO, Sany Spínola. **Economia feminista e políticas públicas para mulheres rurais no Brasil**. Disponível em: [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499468847\\_ARQUIVO](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499468847_ARQUIVO). Acesso em: out. 2023.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. As mulheres no censo agropecuário 2017. **Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**: Friedrich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954-20210816.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

IBGE. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2023. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br>. Acesso em: out. 2023.

IBGE. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022**. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Previa\\_da\\_Populacao/POP2022\\_Municipios\\_20230622.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios_20230622.pdf). Acesso em: jun. 2023

IBGE/SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. . Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov>. Acesso em: jun. 2023.

- LIMA, José Roberto de; MAGALHÃES, Antonio Rocha. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parcerias Estratégicas**, v. 23, n. 46, 2018. Disponível em: <https://web.p.ebscohost.com/>. Acesso em: set. 2023.
- LUSA, Mailiz Garibotti; FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. Mulheres camponesas e lutassociais: Entre as expressões da questão social no campo e a produção da vida. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. 2017.
- MARTINS, Ydávila Vasconcelos; BARBOSA, Lia Pinheiro. A participação das mulheres na Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária do Território Inhamuns e Crateús-Ceará. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7, p. e12924-e12924, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/12924>. Acesso em: set. 2023.
- MATTEI, Lauro. Teses favoráveis e contrárias à reforma agrária brasileira no limiar do século XXI. **Revista da ABRA**, ano, v. 35, 2014. Disponível em: [https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/247/revista\\_abra\\_35\\_vol1-e-2.pdf#page=87](https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/247/revista_abra_35_vol1-e-2.pdf#page=87). Acesso em: set. 2023.
- MOSTAFA, Joana; REZENDE, Marcela Torres; FONTOURA, Natália de Oliveira. **Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas: o que mostra o retrato do Brasil?** 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9378>. Acesso em: ago. 2023.
- PINTO, Juliana de Fátima; PAULA, Ana Paula Paes de. Contribuições da epistemologia qualitativa de González rey para estudos transdisciplinares. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30166100>. Acesso em: jul. 2023.
- SAKAMOTO, Camila Strobl; NASCIMENTO, Carlos Alves; MAIA, Alexandre Gori. As famílias pluriativas e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/wQLcWDnHZtdhxp999W3DjKh/?lang=pt>. Acesso em jun. 2023.
- SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>. Acesso em: set. 2023.
- SILVA, Pedro Carlos Gama da. Trabalho feminino na fruticultura irrigada no Submédio do Vale do São Francisco. **Capítulo em Livro Técnico (CPATSA)**, 2014. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1001207>. Acesso em: set. 2023.
- SOUZA, Maria Antônia de. Pesquisa educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil. **Educação em Revista**, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/363HrbqmcT5KzQqJBGTBGtb/?format=html>. Acesso em: ago. 2023.
- UNITED NATIONS – UN. **Resolution adopted by the General Assembly on 20 December 2017**. Seventy-second session, 2018. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/72/239>. Acesso em: jun.2023.

## **CAPÍTULO 3**

### **Protagonismo Feminino na Agricultura Familiar: Impactos no Desenvolvimento Local**

(c) Analisar como as mulheres da agricultura familiar impactam a dinâmica socioeconômica e identificar as atividades pluriativas desenvolvidas nas comunidades rurais.

Deise Cristiane do Nascimento  
Maria Herbênia Lima Cruz Santos  
Qualis A4

## **Protagonismo Feminino na Agricultura Familiar: Impactos no Desenvolvimento Local**

### **Resumo**

O trabalho feminino fortalece a estrutura econômica da agricultura familiar e reconfigura as dinâmicas sociais e laborais no contexto rural. Diante da importância do trabalho feminino na agricultura familiar, este estudo busca responder à seguinte questão: como as mulheres da agricultura familiar impactam a dinâmica socioeconômica e quais são as atividades pluriativas desenvolvidas nas comunidades rurais da Ride Petrolina/Juazeiro? Dessa forma, o objetivo consiste em analisar como as mulheres da agricultura familiar impactam a dinâmica socioeconômica e identificar as atividades pluriativas desenvolvidas nas comunidades rurais da Ride Petrolina/Juazeiro. Os métodos utilizados incluíram uma revisão bibliográfica realizada através do Portal de Periódicos da CAPES e pesquisa documental com consulta de leis. A classificação da pluriatividade tem por base o método adotado por Staduto, Nascimento e Souza (2017). Além disso, foi conduzida uma pesquisa de campo nos Projetos Públicos de Irrigação Maria Tereza (Petrolina, PE) e Salitre (Juazeiro, BA), empregando uma técnica de amostragem aleatória e análise de poder post hoc. Os dados foram submetidos à análise estatística por meio do teste qui-quadrado de independência. Dentre os resultados alcançados, destacam as disparidades de gênero e a necessidade de políticas públicas direcionadas para promover a igualdade de acesso à terra, educação, comercialização e oportunidades econômicas para mulheres nos projetos de irrigação. A pluriatividade feminina na agricultura familiar é um locus importante não apenas para a geração de renda para as próprias mulheres, mas também para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agricultora. Projeto Público Irrigado. Pluriatividade. Desenvolvimento Socioeconômico.

### **Abstract**

Female work strengthens the economic structure of family farming and reshapes social and labor dynamics in the rural context. Given the importance of female work in family farming, this study seeks to answer the following question: how do women in family farming impact socioeconomic dynamics and what are the pluriactive activities developed in the rural communities of Ride Petrolina/Juazeiro? Therefore, the objective is to analyze how women in family farming impact socioeconomic dynamics and identify the pluriactive activities developed in the rural communities of Ride Petrolina/Juazeiro. The methods used included a bibliographic review carried out through the CAPES Periodicals Portal and documentary research with consultation of laws. The classification of pluriactivity is based on the method adopted by Staduto, Nascimento and Souza (2017). Furthermore, field research was conducted in the Public Irrigation Projects Maria Tereza (Petrolina, PE) and Salitre (Juazeiro, BA), employing a random sampling technique and post hoc power analysis. The data were subjected to statistical analysis using the chi-square test of independence. Among the results achieved, gender disparities and the need for public policies aimed at promoting equal access to land, education, commercialization and economic opportunities for women in irrigation projects stand out. Female pluriactivity in family farming is an important locus not only for generating income for the women themselves, but also for local development.

Keywords: Farmer. Public Irrigated Project. Pluriativity. Socioeconomic Development.

### **Introdução**

O sistema capitalista através de políticas estatais promoveu a expansão da propriedade e a agroindustrialização, as práticas agrícolas familiares muitas vezes resistiram à total absorção da lógica capitalista. Para Schneider (2003), isso revelou uma complexidade nas relações econômicas no campo, onde formas tradicionais de produção coexistiram e

interagiram com as estruturas capitalistas.

Apesar da pressão exercida pelo sistema capitalista e a transformação agrícola induzida por políticas estatais, a agricultura familiar persistiu, sendo uma presença constante e desempenhando um papel importante na produção de alimentos. No entanto, somente em 2006, por meio da Lei nº 11.326, foi formalmente reconhecida pelo Estado como uma categoria social e política (Brasil, 2006).

A legislação foi o resultado de mais de vinte anos de intensos movimentos sociais, que contaram com a participação de entidades acadêmicas e organizações sindicais, bem como da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (Grisa e Schneider, 2014).

No meio rural, a participação das mulheres em diversos movimentos, como o Movimento de Mulheres Camponesas, foi essencial para a conquista dos direitos sociais das trabalhadoras rurais. Durante o período da ditadura militar, as agricultoras se engajaram na luta pela terra (Brumer, 2004). Essa mobilização ocorreu em um contexto nacional de 1968 a 1973, período marcado pelo rápido aumento do Produto Interno Bruto (PIB), conhecido como milagre econômico. Esse crescimento foi acompanhado de um aumento na concentração de renda e de repressão política, resultando em uma acentuada exclusão social (Barone; Bastos; Mattos, 2015). Na década de 1980, suas reivindicações se concentraram nos direitos das mulheres à previdência social e ao atendimento médico e hospitalar (Brumer, 2004).

Em resposta a essas dinâmicas sociais e ao ambiente econômico desafiador marcado por desigualdades crescentes, o governo federal buscou impulsionar o desenvolvimento regional por meio de políticas desenvolvimentistas focadas na agricultura. Nesse contexto, na região do Submédio São Francisco, a estratégia incluiu a implementação dos Projetos Públicos de Irrigação (PPI), conduzidos pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) (2023).

Na lógica da acumulação e de um modelo pautado em grandes propriedades monocultoras destinadas à exportação de produtos agrícolas. Os PPIs foram implementados com o propósito de fomentar uma agricultura moderna e têm sido fundamentais para o dinamismo da economia dos municípios Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (Ride) do Polo Petrolina e Juazeiro. No entanto, segundo Graziano Silva, a modernização foi conservadora, especialmente em relação à estrutura fundiária; a base técnica foi modernizada, mas as questões fundiárias se agravaram com a concentração de terra (Araújo, 2004).

Diante das transformações ocorridas no espaço agrário, os pequenos produtores familiares adotaram estratégias sociais e econômicas para assegurar sua integração e evitar a marginalização no sistema capitalista. Nesse cenário, destaca-se o trabalho feminino, que não apenas fortalece a estrutura econômica da agricultura familiar, mas também reconfigura as dinâmicas sociais e laborais no meio rural.

Tendo em vista a importância do trabalho feminino na agricultura familiar, tem-se o seguinte questão: como as mulheres da agricultura familiar impactam a dinâmica socioeconômica e quais são as atividades pluriativas desenvolvidas nas comunidades rurais da Ride Petrolina/Juazeiro? Para responder a essa questão, o objetivo deste estudo consiste em analisar como as mulheres da agricultura familiar impactam a dinâmica socioeconômica e identificar as atividades pluriativas desenvolvidas nas comunidades rurais da Ride Petrolina/Juazeiro.

Com o propósito de alcançar os objetivos propostos, este artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. Na primeira seção, detalham-se os métodos de pesquisa adotados, contextualizando a área de estudo, bem como a forma de coleta e análise dos dados. Na segunda seção, apresentam-se os resultados e as discussões, explorando os impactos sociais e econômicos do trabalho feminino nos PPI Maria Tereza e Salitre da Ride Petrolina/Juazeiro, com base nas evidências e discussões emergentes do estudo. Por fim, a terceira seção, de caráter conclusivo, dedica-se a uma reflexão sobre as principais impressões obtidas ao longo da pesquisa.

## **Métodos**

A fase inicial deste estudo compreendeu uma revisão bibliográfica sistemática realizada por meio do Portal de Periódicos da CAPES. Para a busca, combinaram-se os descritores "pluriatividade", "mulheres", "agricultura familiar", "desenvolvimento do nordeste do Brasil" nos idiomas português e inglês, respectivamente identificados como "pluriactivity", "women", "family farming" and "development of the northeastern brazil".

Como critérios de inclusão, selecionaram-se livros e artigos publicados entre 2000 e 2023, de acesso livre e revisados por pares. Artigos cujos resumos não apresentavam pertinência com o tema foram excluídos. Além disso, realizou-se consulta no banco de dados da Codevasf, visando aprofundar o entendimento sobre a Ride do Polo Petrolina/Juazeiro, a pesquisa documental incluiu a Lei nº 11.329, de 24 de julho de 2006.

Para caracterizar a pluriatividade, adotou-se a classificação das famílias conforme o ramo de atividade de seus membros (agrícola, não agrícola, pluriativa), de acordo com o

método adotado por Staduto, Nascimento e Souza (2017): a) Famílias agrícolas são aquelas em que pelo menos um membro está ocupado na agricultura e nenhum membro fora da agricultura; b) Famílias pluriativas são caracterizadas por ter pelo menos um membro ocupado na agricultura e outro em diferentes setores econômicos, ou por membros que desempenham simultaneamente atividades principais e secundárias; c) Famílias não agrícolas: pelo menos um membro está ocupado em setores não agrícola, nenhum outro membro da família está envolvido em atividades agrícolas.

O estudo obteve autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB), sob o Parecer nº 5.892.826, emitido em fevereiro de 2023. As atividades de campo ocorreram no período de fevereiro a dezembro de 2023. A Ride é composta pelos municípios baianos de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, além de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, no lado pernambucano. Para a pesquisa de campo, foram selecionados dois Projetos Públicos de Irrigação (PPI) na Ride Petrolina/Juazeiro: os projetos Maria Tereza e Salitre, localizados nos municípios de Petrolina, PE, e Juazeiro, BA, respectivamente.

O projeto Maria Tereza concentra 48 grandes empresas, 20 médias empresas e 550 lotes destinados a pequenos produtores, cada um com aproximadamente 6 hectares. Os lotes destinados aos agricultores familiares foram distribuídos mediante indicação. Por outro lado, no projeto Salitre a seleção dos agricultores familiares foi realizada por meio de um edital nº. 18/2009<sup>6</sup>. Esse processo implementou o Novo Modelo de Irrigação, ajustado à Lei de Irrigação nº 6.692/79 e seus regulamentos. A construção do projeto Salitre foi dividida em cinco etapas; a primeira etapa, já em operação, conta com 255 lotes para irrigantes familiares, cada um com área média de 6,6 hectares, e 67 lotes empresariais.

Para calcular o tamanho mínimo da amostra necessário para este estudo, utilizou-se a equação para populações finitas, a amostra foi coletada de forma aleatória. Nesse sentido, os critérios para a escolha dos entrevistados foram: (a) apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; (b) ser agricultor familiar dos perímetros irrigados Maria Tereza e Salitre.

De acordo com Bruce e Bruce (2019), o tamanho da amostra é determinado considerando o tamanho total da população (N), o Z-Score associado ao nível de confiança desejado (z) de 1,96 para 95% de confiança, a proporção estimada na população (p) - para a qual se adotou 0,5 - e a margem de erro (e) de 9,6%. Com isso, a amostra foi de aproximadamente 89 entrevistados para o projeto Maria Tereza e 75 para o projeto Salitre, como demonstrado nas equações 1 e 2.

---

<sup>6</sup> Divulgado no Diário Oficial, nº. 59, de 27 de março de 2009.

Eq. 1 – Amostra Projeto Maria Tereza

$$n = \frac{N \cdot z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{N \cdot e^2 + z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}$$

$$n = \frac{550 \cdot 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{550 \cdot 0,096^2 + 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}$$

$$n \cong 89$$

Eq. 2 – Amostra Projeto Salitre

$$n = \frac{N \cdot z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{N \cdot e^2 + z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}$$

$$n = \frac{250 \cdot 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{250 \cdot 0,096^2 + 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}$$

$$n \cong 75$$

Para avaliar a adequação das amostras coletadas em termos de poder estatístico, foi realizada uma análise de poder Post hoc utilizando o software G\*Power 3.1.9.7. A análise foi configurada para o teste Mean: Difference from constant (one sample case) da família de testes T, utilizando um teste unilateral com os seguintes parâmetros: tamanho de efeito de 0,5, nível de significância de 0,05, e tamanhos de amostra de 89 para o projeto Maria Tereza e 75 para o projeto Salitre. Os resultados demonstraram que o tamanho da amostra foi adequado, alcançando um poder estatístico de 99,8% para o projeto Maria Tereza e de 99,5% para o projeto Salitre, o que indica uma alta probabilidade de detectar efeitos estatisticamente significativos.

Os dados foram coletados por meio de um formulário com questões semiestruturadas, e a análise foi conduzida utilizando o software estatístico Python 3.10. A análise das variáveis sociais, econômicas, bem como das ocupações agrícolas, não agrícolas e pluriativas, foi realizada com o propósito de identificar diferenças ou semelhanças entre os projetos Maria Tereza e Salitre e entre os gêneros<sup>7</sup>, dos(as) agricultores(as) familiares desses projetos. Em todas as análises, estabeleceu-se um nível de significância de 0,05 para o teste qui-quadrado de independência. Os resultados dos testes são apresentados em termos de p-valores, que indicam a probabilidade de observar as distribuições de dados sob a suposição de independência entre as variáveis analisadas. Além disso, para avaliar a força da associação entre as variáveis categóricas analisadas utilizou-se o v de Cramer.

Para o tratamento de dados ausentes na análise, optou-se pela exclusão de casos completos, removendo as linhas do conjunto de dados apenas quando todos os valores estavam ausentes. Esta abordagem foi escolhida por ser menos restritiva e por preservar uma quantidade maior de dados para a análise, comparada à exclusão *listwise*, que remove qualquer linha contendo um valor ausente em qualquer variável.

<sup>7</sup> [...] gênero refere-se às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações e relações sociais entre homens e mulheres (IBGE, 2024, p. 02).

## Área de Estudo

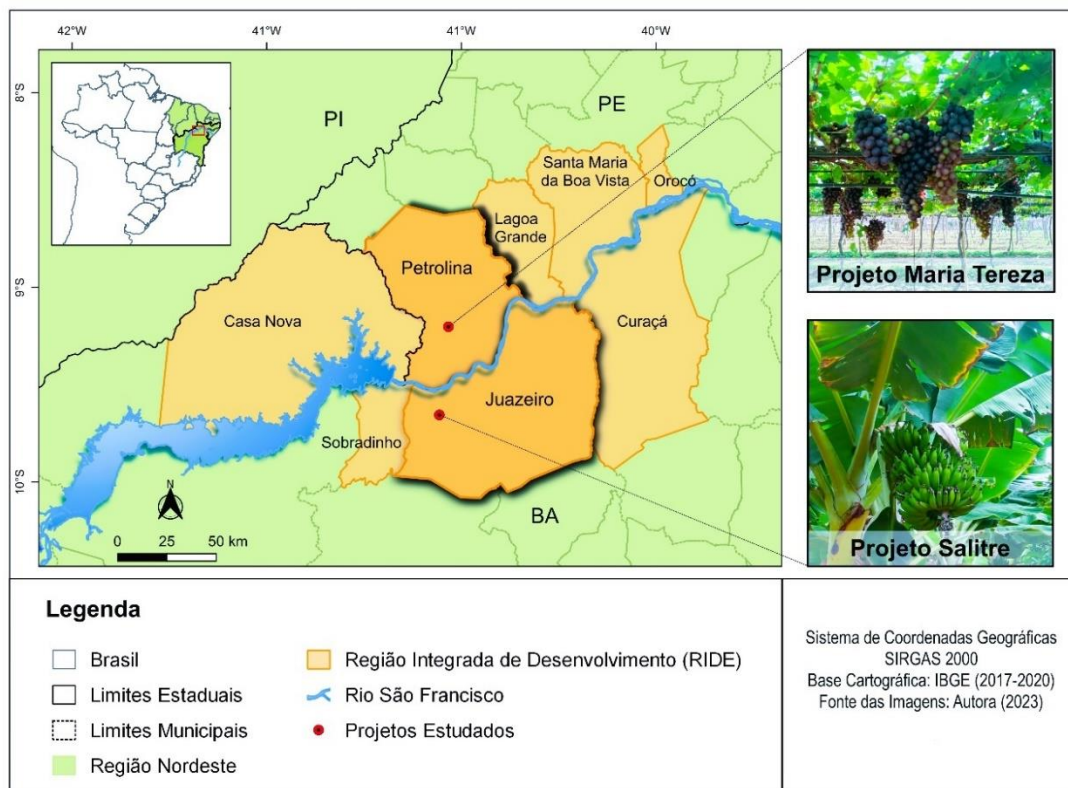


Figura 1: Localização geográfica da área de estudo. Projeto Salitre, Juazeiro, Bahia, Brasil; Projeto Maria Tereza, Petrolina, Pernambuco, Brasil.

Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas SIRGAS, 2000; Base Cartográfica IBGE (2017-2022); Imagens Autora.

## Resultados e Discussão

### Dados Socioeconômicos e o trabalho da mulher na agricultura familiar

Na Ride Petrolina/Juazeiro, a implementação dos Projetos Públicos de Irrigação (PPI) iniciou-se em meados da década de 1960, pelo Governo Federal. O pioneiro entre esses projetos foi o PPI Bebedouro em Petrolina, estabelecido em 1968, seguido pelo PPI Mandacaru em Juazeiro em 1971. A expansão dessas iniciativas de irrigação foi marcada pela implementação de projetos adicionais na região. Em Petrolina, destacam-se o PPI Senador Nilo Coelho, Maria Tereza e Pontal, enquanto em Juazeiro foram desenvolvidos os projetos Curaçá, Maniçoba, Tourão e Salitre (Codevasf, 2023a; Codevasf, 2023b).

Em 1996, o projeto Maria Tereza foi implementado em Petrolina, marcando uma ruptura em relação à inércia das políticas públicas de irrigação da década de 1990. Esta iniciativa incrementou a área cultivável da região, adicionando 5.000 hectares destinados à agricultura. Funcionando como uma extensão do PPI Senador Nilo Coelho, o perímetro de Maria Tereza aproveita as águas do Rio São Francisco para irrigação (Ortega; Sobel, 2010).

O projeto inclui cinco núcleos de serviços, que abrigam instalações como escolas, um posto policial, postos telefônicos, a Associação dos Produtores do Projeto de Irrigação Maria Tereza, um prédio administrativo e áreas comerciais. Esses núcleos formam as agrovilas, estruturadas para oferecer suporte a comunidade local. Em 2022, a Codevasf divulgou que as principais culturas do projeto incluíam uva, manga, goiaba e acerola (Codevasf, 2023b).

Iniciado em 1998, o projeto Salitre foi projetado para abranger uma área irrigável estimada em 29.588 hectares e idealizado para ser implementado em cinco etapas. A primeira etapa do projeto, que abrange 5.099 hectares, já foi concluída e está em operação. A água para os projetos é captada do Rio São Francisco. Sendo um dos mais novos da região, o projeto foi implantado pela Codevasf e sua produção teve início em 2010. As principais culturas em 2022 incluíam banana, a manga, a cana-de-açúcar, a uva, e a cebola, (Codevasf, 2023c). Embora o projeto possua a infraestrutura básica, é importante destacar que não há uma agrovila com serviços e comércios para atender as necessidades dos trabalhadores, agricultores e suas famílias.

Desde 1970, a Ride tem experimentado um elevado crescimento populacional; o Censo Demográfico de 2022 registrou uma população de 834.632 habitantes. Em relação à cor/raça, a maioria da população da Ride se identifica como parda, representando aproximadamente 508.935 pessoas, ou seja, 61%. Além disso, 204.863 habitantes, ou 24,5%, declaram-se brancos, enquanto 113.101, que representam 13,5% da população, se identificam como pretos (IBGE, 2023).

Os dados apresentados na Tabela 1 indicam que a maioria dos agricultores(as) dos projetos Maria Tereza (47% mulheres, 50% homens) e Salitre (40% mulheres, 46% homens) se autodeclara como pardos, seguidos por aqueles que se identificam como brancos e, em menor número, como pretos. Entretanto, é relevante destacar que nenhum dos agricultores(as) se identificou como indígena ou amarelo(a). Esses dados refletem a composição demográfica regional, com uma predominância de autodeclaração como pardos entre os agricultores dos projetos Maria Tereza e Salitre. O tamanho do efeito, medido pelo  $v$  de Cramer (0.155), e o  $p$ -valor (0.247) indicam que não há diferenças estatisticamente significativas entre os projetos.

Em relação ao estado civil, observa-se que a maioria dos(as) agricultores(as) é casado(a) nos projetos Salitre (84,0% das mulheres e 84,0% dos homens) e Maria Tereza (56,9% das mulheres e 68,4% dos homens). A proporção de pessoas casadas é significativamente maior no projeto Salitre, que também apresenta a menor proporção de mulheres solteiras em comparação com o Maria Tereza. Esses dados sugerem variações nas dinâmicas sociais entre os dois projetos. Diferenças significativas foram observadas entre os projetos, com um  $p$ -valor de 0.028. Além disso, o valor de  $v$  de Cramer (0.216) indica que há

uma associação moderada entre as variáveis analisadas.

A Política nacional de irrigação determina que a seleção de irrigantes para os projetos seja realizada conforme edital específico. O edital nº 19/2009 estabeleceu os critérios para a seleção dos irrigantes no projeto Salitre, dos quais se destacam: experiência em agricultura irrigada e de sequeiro, condições econômico-financeiras e nível de instrução. Em situações de empate, os critérios adicionais para desempate incluíam: documentos que comprovassem a experiência em agricultura irrigada e de sequeiro; capacidade econômica; escolaridade; e estado civil, dando preferência a candidatos casados.

Tabela 1: Cor/ Raça e Estado Civil por Gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre

Cor/Raça	Projeto Maria Tereza		Projeto Salitre		p-valor
	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Mulheres n (%)	Homens n (%)	
Branca	16 (31,4)	9 (23,7)	13 (52,0)	20 (40,0)	p= 0.247 v= 0.155
Preta	11 (21,6)	10 (26,3)	2 (8,0)	7 (14,0)	
Parda	24 (47,0)	19 (50,0)	10 (40,0)	23 (46,0)	
Amarela	-	-	-	-	
Indígena	-	-	-	-	
Total	51 (100)	38 (100)	25 (100)	50 (100)	
Estado Civil	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Mulheres n (%)	Homens n (%)	p-valor
Solteiro (a)	7 (13,7)	4 (10,5)	2 (8,0)	5 (10,0)	p=0.028 v= 0.216
Casado (a)	29 (56,9)	26 (68,4)	21 (84,0)	42 (84,0)	
Divorciado (a)	4 (7,8)	3 (7,9)	2 (8,0)	3 (6,0)	
Separado (a)	7 (13,7)	5 (13,2)	-	-	
Viúvo (a)	4 (7,8)	-	-	-	
Total	51 (100)	38 (100)	25 (100)	50 (100)	

Fonte: Elaboração própria (2024). Teste qui quadrado de independência. Nível de significância estabelecido em 0,05.

Considerando os dados da Tabela 2, as análises estatísticas realizadas nos Projetos Maria Tereza e Salitre indicam a presença de diferenças educacionais significativas entre os gêneros. No Maria Tereza, as mulheres predominam nos níveis da educação no ensino fundamental e médio, enquanto os homens demonstram maior participação no ensino técnico. Por outro lado, no Salitre, as mulheres não apenas atingem os níveis mais altos de educação, como ensino superior completo e pós-graduação, mas também superam os homens, que mostram maior inclinação para o ensino técnico e superior completo.

Os dados indicam que as diferenças observadas entre gênero e níveis de educação alcançados nos dois projetos são estatisticamente significativas, com um p-valor muito baixo ( $7,94 \times 10^{-10}$ ) e um v de Cramer de 0.419, sugerindo uma associação moderada entre estas variáveis. Esses resultados apontam para a persistência de desigualdades estruturais na sociedade que impactam diferentemente as trajetórias educacionais de homens e mulheres nos projetos analisados.

A análise da Estatística de Gênero do IBGE de 2022 corrobora os dados, apresentados no projeto Salitre, que de um modo geral no Brasil, os níveis de educação das mulheres

superam os dos homens, assim como a frequência desde as etapas iniciais da educação, com um aumento progressivo dessa vantagem ao longo do percurso educacional (IBGE, 2024).

Porém, o fato de as mulheres no projeto Maria Tereza não apresentarem proporções maiores nos níveis de educação superior pode ser atribuído às múltiplas responsabilidades frequentemente impostas às mulheres, que limitam suas oportunidades educacionais.

Tabela 2: Nível de educação por gênero nos Projeto Maria Tereza e Salitre

Nível de Educação	Projeto Maria Tereza		Projeto Salitre		p-valor
	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Mulheres n (%)	Homens n (%)	
Ens. Fundamental Incompleto	10 (19,6)	6 (16,2)	-	-	p=7.94 x 10 <sup>-10</sup> v=0.419
Ens. Fundamental Completo	12 (23,5)	9 (24,3)	-	-	
Ens. Médio Incompleto	7 (13,7)	3 (8,1)	-	-	
Ens. Médio Completo	9 (17,6)	4 (10,8)	5(20,0)	4 (8,0)	
Técnico	4 (7,8)	10 (27,0)	1 (4,0)	15 (30,0)	
Ens. Superior Incompleto	4 (7,8)	2 (5,4)	5 (20,0)	6 (12,0)	
Ens. Superior Completo	5 (9,8)	3 (8,1)	9 (36,0)	17 (34,0)	
Pós-Graduação	-	-	5 (20,0)	8 (16,0)	
Total	51 (100)	38 (100)	25 (100)	50 (100)	

Fonte: Elaboração própria (2024). Teste qui quadrado de independência. Nível de significância estabelecido em 0,05.

O acesso à terra é fundamental para o desenvolvimento de atividades produtivas e, para as mulheres, representa uma forma importante de garantir sua autonomia. No Maria Tereza, 60,8% das mulheres adquiriram suas terras mediante compra, enquanto 33,3% beneficiaram-se da reforma agrária, e somente 5,9% herdaram suas terras. Entre os homens, 52,6% adquiriram terras através do regime de posse compra, 26,3% por reforma agrária, enquanto 10,5% obtiveram suas terras tanto por herança quanto por arrendamento. De forma semelhante, no projeto Salitre, a compra representou o método predominante para 80,0% das mulheres, com 20,0% adquirindo terras por arrendamento, sendo que os homens, 68,0% adquiriram suas terras por compra e 32,0% por arrendamento (Tabela 3).

Os resultados estatísticos confirmam uma associação significativa entre os regimes de posse de terra e os grupos definidos por projeto e gênero, com um p-valor baixo ( $p = 9.51 \times 10^{-8}$ ). O v de Cramer, avaliado em 0.320, indica uma associação moderada, sugerindo que as variáveis não são independentes. Ou seja, existem diferenças significativas entre homens e mulheres quanto ao tipo de posse de terra.

Nessa perspectiva, no Maria Tereza o regime de posse de terra por meio da reforma agrária em uma proporção significativamente menor do que a aquisição por compra, reflete o contexto histórico brasileiro. Segundo Wanderley (2009, p.46), “[...] a modernização da agricultura foi o resultado de um “pacto social”, assumido entre o Estado e os grandes proprietários de terra do país”, decorrente de uma política que privilegia os latifundiários e é centrada na produção em larga escala, especialmente para exportação.

Para Prado Júnior (2014), a abordagem das políticas de desenvolvimento, em vez de reduzir as tensões e promover a equidade, intensificou a exploração das terras e marginalizou as comunidades rurais e indígenas. Pois a reforma agrária era vista pelo governo como uma questão ligada à tecnologia e ao aperfeiçoamento da exploração da terra, negligenciando a necessidade de uma distribuição de terras mais equitativa e de suporte adequado às comunidades que dependem da agricultura para sua sobrevivência e cultura.

A natureza estrutural do capitalismo agrário moldou a modernização da agricultura e das políticas públicas que poderiam atenuar as desigualdades no acesso à terra. Dessa forma, as pequenas propriedades agrícolas têm, por vezes, se mantido à margem do desenvolvimento socioeconômico.

Outro modo de aquisição de terra que merece destaque é a herança, modalidade que registra o menor percentual entre as mulheres do projeto Maria Tereza. Segundo Brumer (2005), as tradições culturais conferem aos homens prioridade sobre as mulheres nos papéis mais especializados, tecnificados e mecanizados da agricultura, assim como na liderança dos estabelecimentos e na comercialização dos produtos. As mulheres são frequentemente excluídas da herança de terras agrícolas, perpetuando um ciclo de desigualdades econômicas e limitando sua capacidade de se tornarem proprietárias de terras e alcançarem autonomia financeira.

Tabela 3: Regimes de Posse de Terra por Gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre

Regime de posse de terra	Projeto Maria Tereza		Projeto Salitre		p-valor
	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Mulheres n (%)	Homens n (%)	
Herança	3 (5,9)	4 (10,5)	0	0	
Compra	31(60,8)	20 (52,6)	20 (80,0)	34 (68,0)	
Reforma Agrária	17 (33,3)	10 (26,3)	-	-	$p = 9.51 \times 10^{-8}$
Arrendamento	-	4 (10,5)	5 (20,0)	16 (32,0)	$v = 0.320$
Total	51 (100)	38 (100)	25 (100)	50 (100)	

Fonte: Elaboração própria (2024). Teste qui quadrado de independência. Nível de significância estabelecido em 0,05.

A criação de aves é mais comum entre as mulheres, no projeto Maria Tereza, enquanto a maioria dos homens não possui nenhum tipo de criação animal, que geralmente ocorre para o consumo da família. Em relação à produção de hortaliças, quase três quartos das mulheres dedicam-se a essa cultura, principalmente para autoconsumo, como alface, tomate e diversos temperos. A fruticultura é a principal atividade, sendo as mais produzidas a uva, a acerola, a goiaba, destinadas tanto ao mercado nacional quanto ao internacional. Além disso, as mulheres dedicam-se à produção agrícola e também estão envolvidas em outras atividades não agrícolas (Brumer, 2004).

No projeto Salitre, uma proporção menor de mulheres (40%) está envolvida no cultivo

de hortaliças em comparação ao projeto Maria Tereza (72,5%), embora seja maior do que a proporção dos homens no mesmo projeto (22%). As principais hortaliças produzidas incluem pimentão, alface, tomate, cebola e coentro, sendo comercializadas no mercado local. A produção de frutas é diversa, abrangendo banana, acerola, romã, limão, coco e melão, todas destinadas ao mercado nacional.

Análises estatísticas dos Tipos de Criação de Animais e Tipos de Culturas por Gênero nos Projetos revelaram diferenças estatisticamente significativas. O p-valor de 0.000226 para criação de animais e 0.011 para tipos de culturas indica associações significativas entre gênero e as atividades agrícolas examinadas. Os valores de v de Cramer, 0.246 para criação de animais e 0.218 para tipos de culturas, sugerem associações moderadas. Esses resultados apontam para diferenças nos tipos de atividades agrícolas desempenhadas por homens e mulheres (Tabela 4).

Tabela 4: Tipos de Criação de Animais e Tipos de Culturas por Gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre

Variáveis	Projeto Maria Tereza		Projeto Salitre		p-valor
	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Mulheres n (%)	Homens n (%)	
<b>Criação de Animais</b>					
Nenhum	10 (19,6)	21 (55,3)	13 (52,0)	30 (60,0)	
Bovinos	-	-	-	-	
Suínos	11 (21,6)	4 (10,5)	-	2 (4,0)	p=0.000226 v=0.246
Aves	29 (56,9)	9 (23,7)	7 (28,0)	11 (22,0)	
Caprinos	11 (21,6)	5 (13,1)	5 (20,0)	7 (14,0)	
Outros	-	-	-	-	
<b>Tipos de Culturas</b>					
Hortaliças	37 (72,5)	12 (31,6)	10 (40,0)	11 (22,0)	p=0.011 v=0.218
Frutas, quais?	51 (100)	38 (100)	25 (100)	50 (100)	
Nenhuma	-	-	-	-	

Fonte: Elaboração própria (2024). Teste qui quadrado de independência. Nível de significância estabelecido em 0,05.

As agricultoras no Projeto Maria Tereza adotam múltiplas formas de comercialização, sendo as mais relevantes a participação em cooperativas (62,7%) e no Mercado do Produtor de Juazeiro (37,2%). Adicionalmente, observa-se uma significativa adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com 27,5% das agricultoras participando do programa, assim como em feiras livre no município (23,5%). Os agricultores seguem a mesma tendência em relação à comercialização, porém com menor envolvimento no PAA (18,4%) (Tabela 5).

As agricultoras do Projeto Salitre comercializam seus produtos principalmente através de atravessadores (84,0%), têm uma participação discreta em feiras do município de domicílio e municípios vizinhos (20,0%) e menor envolvimento em feiras locais (8,0%). O Mercado do Produtor de Juazeiro é também um local de comercialização importante para as agricultoras (26,0%). Os agricultores apresentam uma tendência similar, comparado às mulheres, porém

com maior participação em feiras locais (24,0%) e menor nas feiras do município de domicílio e municípios vizinhos (6,0%). Além disso, têm uma presença significativa, mas relativamente menor, no Mercado do Produtor de Juazeiro, representando 24,0% (Tabela 5).

A maior diversidade de formas de comercialização proporciona aos (as) agricultores (as), do Maria Tereza, oportunidades para negociar preços mais vantajosos. A participação no PAA pode também indicar um melhor suporte organizacional e governamental. Ademais, os (as) agricultores (as) cooperados (as) optam por vender seus produtos também através da Cooperativa de Produção Agroindustrial do Projeto Maria Tereza.

Por outro lado, no Salitre, a comercialização é realizada em maior proporção através de atravessadores, pode limitar a autonomia dos agricultores e reduzir seus ganhos. A ausência de envolvimento com o PAA e cooperativas sugere áreas onde intervenções poderiam ser benéficas para melhorar o acesso ao mercado e a sustentabilidade econômico-financeira.

Nos dados estatísticos relacionados à comercialização por gênero nos projetos, observou-se que as diferenças nas abordagens adotadas são significativas, conforme indicado por um p-valor muito baixo e o  $\chi^2$  de Cramer (0.281). Este resultado sugere variações nas práticas de comercialização entre os gêneros nesses projetos.

Tabela 5: Formas de Comercialização por Gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre

Comercialização	Projeto Maria Tereza		Projeto Salitre		p-valor
	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Mulheres n (%)	Homens n (%)	
Vende para atravessadores	16 (31,4)	11 (28,9)	21 (84,0)	40 (80,0)	p=1.03x10 <sup>-7</sup> v=0.281
Feira livre no município	12 (23,5)	9 (23,7)	2 (8,0)	12 (24,0)	
Feira livre no município de domicílio e nos municípios vizinhos	-	-	5 (20,0)	3 (6,0)	
Mercado do Produtor de Juazeiro (BA)	19 (37,2)	15 (39,4)	9 (36,0)	12 (24,0)	
Comercializa via PAA - Programa	14 (27,5)	7 (18,4)	-	-	
Aquisição de Alimentos					
Outros (Cooperativa)	32 (62,7)	24 (63,1)	-	-	

Fonte: Elaboração própria (2024). Teste qui quadrado de independência. Nível de significância estabelecido em 0,05.

Para Schneider (2003, p. 114) a pluriatividade<sup>8</sup> é uma estratégia utilizada por famílias agrícolas para diversificar suas fontes de renda e sua reprodução econômica e social, combinando atividades agrícolas com não agrícolas. “A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de

<sup>8</sup> A pluriatividade surgiu sendo evocada para compreender as formas através das quais as explorações de caráter familiar reagem diante das adversidades do ambiente social e econômico em que se acham inseridas, bem como das pressões internas decorrentes da necessidade de assegurar o atendimento das necessidades materiais do núcleo familiar, não fazendo sentido, portanto, falar de pluriatividade na agricultura patronal ou empresarial, conforme descrito por um parecerista da Revista SOBER, segundo Escher *et al.* (2014, p. 650).

ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos”. Uma família é considerada pluriativa se ao menos um de seus membros se dedica a atividades não agrícolas, dentro ou fora da propriedade. Dessa forma, a pluriatividade sempre incluirá o trabalho agrícola, o que por sua vez não significa que esta atividade seja a mais importante.

Os dados relativos às ocupações agrícolas no contexto do projeto Maria Tereza evidenciam uma disparidade significativa na distribuição de gênero. Observa-se que 81,6% dos homens dedicam-se exclusivamente a atividades agrícolas na agricultura familiar, contudo as mulheres representam apenas 23,5%. Esta diferença demonstra a predominância masculina nas atividades agrícolas na região.

Adicionalmente, não foram identificados (as) agricultores (as) em ocupações exclusivamente não agrícolas. No entanto, nas ocupações pluriativas, que combinam atividades agrícolas e não agrícolas, as mulheres demonstram uma presença dominante, constituindo 76,5%, em comparação a participação masculina com apenas 18,4%. Dessa forma, a pluriatividade é percebida como uma estratégia que, ao gerar renda para as agricultoras, fomenta a economia local e promove o desenvolvimento da Ride. Além de obterem renda de ocupações não agrícolas, as agricultoras também são responsáveis por produzir para o consumo familiar, agregando ao seu trabalho cuidados de pessoas e/ou afazeres doméstico não remunerado, mantendo-se ativas na produção agrícola.

No projeto Salitre, a participação em ocupações agrícolas também é predominantemente masculina; no entanto, a diferença de gênero é menos acentuada do que no Maria Tereza. Tanto mulheres quanto homens no Salitre estão mais envolvidos em ocupações pluriativas, com 64% das mulheres e 52% dos homens participando, o que indica uma diversidade nas fontes de renda. Não foram registradas ocupações estritamente não agrícolas entre os agricultores e agricultoras. O baixo p-valor indica que as diferenças observadas nos tipos de ocupação entre os gêneros em ambos os projetos são estatisticamente significativas. O  $v$  de Cramer, calculado em 0,433, sugere uma associação moderada a forte entre o tipo de ocupação e o gênero (Tabela 6).

Tabela 6: Tipos de Ocupações por gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre

Tipos de ocupações	Projeto Maria Tereza		Projeto Salitre		p-valor
	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Mulheres n (%)	Homens n (%)	
Agrícola	12 (23,5)	31 (81,6)	9 (36,0)	24 (48,0)	$p=9.46 \times 10^{-7}$
Não agrícola	-	-	-	-	
Pluriativo	39 (76,5)	7 (18,4)	16 (64,0)	26 (52,0)	$v=0.433$
Total	51 (100)	38 (100)	25 (100)	50 (100)	

Fonte: Elaboração própria (2024). Teste qui quadrado de independência. Nível de significância estabelecido em 0,05.

No projeto Maria Tereza, as agricultoras participam (25,5%) das atividades informais,

como beneficiamento de doces, costura, aulas particulares, cozinha e artesanato. Além disso, destacam-se no comércio, bancos, transporte, hotelaria e outros serviços (15,7%) e como funcionárias do governo federal, estadual ou municipal (11,8%). Os agricultores demonstram uma maior inclinação para o trabalho agrícola, representando 81,6% (Tabela 7).

Menos da metade dos (as) agricultores (as) estão envolvidos em atividades somente agrícolas, no projeto Salitre. Ocupações vinculadas a órgãos do governo federal, estadual e municipal também são significativas, representando 32% das mulheres e 34% dos homens. O p-valor (0,0015) indica uma diferença estatisticamente significativa na distribuição das categorias de ocupação entre homens e mulheres, bem como entre os projetos analisados.

Dessa forma, observa-se que a pluriatividade desenvolvida nos projetos é marcada por desigualdades e envolve uma diversidade de atividades econômicas. De acordo com, Antunes (2017, p. 260) o "camponês trabalha como pequeno proprietário durante seis meses do ano e como proletário rural nos outros seis meses". Na concepção de Wanderley (2003) o agricultor familiar agrega características do camponês, uma vez que a família permanece como o foco central que orienta as estratégias de produção e reprodução, bem como a principal instância de tomada de decisão.

Tabela 7: Categorias de Ocupação por Gênero nos Projetos Maria Tereza e Salitre

Categorias de Ocupação	Projeto Maria Tereza		Projeto Salitre		p-valor
	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Mulheres n (%)	Homens n (%)	
Agricultura	12 (23,5)	31(81,6)	9 (36,0)	24 (48,0)	
Indústria	-	-	-	-	
Construção civil	-	1 (2,6)	-	-	
Comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços	8 (15,7)	2 (5,3)	3 (12,0)	4 (8,0)	
Funcionário/a do governo federal, estadual ou municipal	6 (11,8)	3 (7,9)	8 (32,0)	17 (34,0)	p=0.0015 v=0.254
Profissional liberal	5 (9,8)	1 (2,6)	2 (8,0)	3(6,0)	
Trabalho em casa informalmente (beneficiamento de doces, costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria, outras)	13 (25,5)	-	-	-	
Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, outras)	-	-	-	2 (4,0)	
Trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, jardineiro/a, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as outros)	4 (7,8)	-	-	-	
Lar (sem remuneração)	3 (5,9)	-	3 (12,0)	-	

Fonte: Elaboração própria (2024). Teste qui quadrado de independência. Nível de significância estabelecido em 0,05.

Para as mulheres do projeto Maria Tereza, a faixa de renda familiar mensal não agrícola mais representativa é de mais de 1 até 2 salários mínimos, correspondendo a 35,3%,

sendo que 23,5% não obtêm nenhuma renda de ocupações não agrícolas. Entre os homens, 10,5% auferem uma renda superior a 3 salários mínimos. No entanto, é importante mencionar que 81,6% dos homens não possuem nenhuma renda não agrícola. No Salitre, a maior proporção de renda familiar mensal não agrícola encontra-se na faixa acima de 3 salários mínimos, tanto para mulheres (32,0%) quanto para homens (30,0%). No mesmo projeto, 36,0% das mulheres e 48% dos homens não possuem nenhuma renda não agrícola. O p-valor extremamente baixo ( $p=2.9 \times 10^{-8}$ ) indica que as diferenças na renda familiar mensal por gênero em atividades não agrícolas entre os dois projetos são estatisticamente significativas. Isso confirma a existência de disparidades entre os gêneros, que estão associadas de maneira moderada (Tabela 8).

No Maria Tereza, 64,7% das mulheres ganham mais de 3 salários mínimos em renda familiar mensal agrícola, enquanto uma proporção ainda maior de homens, 76,3%, alcança essa faixa de renda. No Projeto Salitre, as maiores proporções de renda entre 2 e 3 salários mínimos são observadas tanto entre mulheres (40,0%) quanto entre homens (38,0%). O p-valor muito baixo ( $p=1.325 \times 10^{-5}$ ) indica que há diferenças estatisticamente significativas na renda familiar mensal proveniente de ocupações agrícolas entre os gêneros nos dois projetos, além disso, o v de Cramer de 0.280 sugere uma associação moderada (Tabela 8).

Tabela 8: Renda Familiar Mensal por Gênero, por Ocupações Não Agrícolas e Agrícolas nos Projetos Maria Tereza e Salitre

Renda Familiar Não Agrícola	Projeto Maria Tereza		Projeto Salitre		p-valor
	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Mulheres n (%)	Homens n (%)	
Nenhuma Renda	12 (23,5)	31 (81,6)	9 (36,0)	24 (48,0)	$p=2.9 \times 10^{-8}$  $v=0.347$
Até 1 salário mínimo	5 (9,8)	0	2 (8)	0	
Mais de 1 até 2 salários mínimos	18 (35,3)	1 (2,6)	2 (8,0)	3 (6,0)	
Mais de 2 até 3 salários mínimos	11 (21,6)	2 (5,3)	4 (16,0)	8 (16,0)	
Mais de 3 salários mínimos	5 (9,8)	4 (10,5)	8 (32,0)	15 (30,0)	
<b>Renda Familiar da Agricultura</b>	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Mulheres n (%)	Homens n (%)	$p=1.325 \times 10^{-5}$  $v=0.280$
Nenhuma Renda	-	-	-	-	
Até 1 salário mínimo	3 (5,9)	1 (2,6)	5 (20,0)	7 (14,0)	
Mais de 1 até 2 salários mínimos	5 (9,8)	3 (7,9)	6 (24,0)	11 (22,0)	
Mais de 2 até 3 salários mínimos	10 (10,6)	5 (13,2)	10 (40,0)	19 (38,0)	
Mais de 3 salários mínimos	33 (64,7)	29 (76,3)	4 (16,0)	13 (26,0)	

Fonte: Elaboração própria (2024). Teste qui quadrado de independência. Nível de significância estabelecido em 0,05.

Isto posto, os(as) agricultores(as) apresentaram uma proporção maior na faixa de renda mensal acima de 3 salários mínimos em ocupações não agrícolas no Projeto Salitre. Esse fato

pode estar relacionado ao nível de escolaridade dos(as) agricultores(as). Um nível de escolaridade mais elevado pode proporcionar melhores oportunidades de emprego e, conseqüentemente, rendimentos mais altos em atividades não agrícolas. Nesse aspecto, Giannakis, Efstratoglou e Antoniadis (2018), corroboram com essa visão, e acrescentam que os níveis mais elevados de escolaridade têm sido positivamente associados a salários mais altos fora da agricultura, implicando uma maior disposição para procurar emprego fora desse setor.

A renda familiar mensal dos agricultores do Projeto Maria Tereza, que frequentemente ultrapassa três salários mínimos, pode estar associada à presença de uma Agrovila e à diversidade nas formas de comercialização. Ademais, a falta de infraestrutura adequada, como escolas, postos de saúde e comércios, dificulta a permanência dos trabalhadores no projeto, uma vez que suas famílias não têm acesso a esses serviços essenciais.

### **Considerações Finais**

Os aspectos discutidos nos projetos, que apresentam duas formas de implantação - o modelo tradicional e o novo modelo de irrigação -, permitiram analisar o trabalho feminino na agricultura familiar e o impacto na dinâmica socioeconômica das comunidades rurais da Ride Petrolina/Juazeiro.

Nos projetos, os dados demográficos evidenciaram que a maioria dos(as) agricultores(as) se autodeclararam pardos e a proporção de agricultores casados é mais representativa, especialmente no Salitre, possivelmente devido ao processo de seleção dos irrigantes. Os resultados apontam para a persistência de desigualdades estruturais de gênero que impactam diferentemente as trajetórias educacionais de homens e mulheres, com um nível educacional mais elevado entre as mulheres no projeto Salitre. No Maria Tereza, as múltiplas responsabilidades atribuídas às mulheres limitam suas oportunidades educacionais.

O acesso à terra é fundamental para o desenvolvimento de atividades produtivas e, para as mulheres, representa uma forma importante de garantir sua autonomia. Nesse contexto, aquisição por meio da compra ainda é a forma mais representativa; no entanto, a reforma agrária e a herança, que podem mitigar as desigualdades entre mulheres e homens, são formas ainda em menor proporção, o que condiz com a ausência de políticas públicas efetivas. As mulheres, por vezes, são excluídas da herança de terras agrícolas.

As diferenças em relação às atividades econômicas são marcantes e refletem na forma de aquisição da renda. No Salitre, a renda oriunda de outras atividades fora da agricultura, ou seja, mais de 3 salários mínimos, é maior, enquanto no Maria Tereza, a renda proveniente da

agricultura é mais significativa. Com efeito, as análises destacam as disparidades de gênero e a necessidade de políticas públicas direcionadas para promover a igualdade de acesso à terra, educação e oportunidades econômicas para mulheres nos projetos de irrigação.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho (imaterial), valor e classes sociais**: diálogos com pesquisadores contemporâneos [online]. Interview. In: AMORIM, Henrique., ed. São Carlos: EdUFSCar, 2017, pp. 247-282. Doi:<https://doi.org/10.7476/9786580216185.0022>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/s78j9/pdf/amorim-9786580216185-22.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. “Northeast, Northeast: What Northeast?” **Latin American perspectives** 31.2 (2004): 16–41. Print. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582X03261184?journalCode=lapa>. Acesso em: fev. 2024.

BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, FAM de. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. **Texto Para Discussão, IE/Unicamp**, n. 251, 2015. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3386/TD251.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: jan. 2024.

BRUCE, Andrew; BRUCE, Peter. **Estatística prática para cientistas de dados**. Alta Books, 2019.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 205-227, 2004. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN95Kj5QQkqFCR/#>. Acesso em: dez. 2023.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Projeto Público de Irrigação Mandacaru**. Publicado 31/07/2018, última modificação 2023a. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/em-producao/mandacaru>. Acesso em: fev. 2024.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho**. Publicado 31/07/2018, última modificação 2023b. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/em-producao/nilo-coelho>. Acesso em: fev. 2024.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Projeto Público de Irrigação Salitre**. Publicado 31/07/2018, última modificação 2023c. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/em-producao/salitre>. Acesso em: fev. 2024.

ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sergio; SCARTON, Luciana Maria; CONTERATO, Marcelo Antonio. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 643-668, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000400002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zDDK4zsbcFyYnKGHgBt8Mnr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jan. 2024.

GIANNAKIS, Elias; EFSTRATOGLU, Sophia; ANTONIADES, Artemis. Off-farm employment and economic crisis: evidence from Cyprus. **Agriculture**, v. 8, n. 3, p. 41, 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-0472/8/3/41/pdf>. Acesso em: fev. 2024.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDSndRqMPtmf/>. Acesso em: dez. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: nov. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estud Pesq [Internet]**, n.38, p. 1-15, 2024.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. Pluriatividade e política pública: o caso do Sul do Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 27, p. 452-471, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572007000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/rNpmzN7Rs8t9Sqs3GqHHdhP/?lang=pt>. Acesso em: fev. 2024.

ORTEGA, Antônio César; SOBEL, Tiago Farias. Desenvolvimento Territorial e Perímetros Irrigados:: Avaliação das Políticas Governamentais Implantadas nos Perímetros Irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE). **Planejamento e políticas públicas**, n. 35, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/198>. Acesso em: dez. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira: A questão agrária no Brasil**. Companhia das Letras, 2014

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, p. 99-122, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?lang=pt>. Acesso em: set. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em: dez. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232612/000740449.pdf?sequence=1>. Acesso em: jan. 2024.

## **CAPÍTULO 4**

### **Mulheres e a sustentabilidade ambiental na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do Polo de Petrolina-PE e Juazeiro-BA**

(d) Identificar as práticas agrícolas adotadas por mulheres na agricultura familiar e analisar como essas práticas influenciam a sustentabilidade dos recursos naturais .

Deise Cristiane do Nascimento  
Maria Herbênia Lima Cruz Santos

Artigo Submetido à Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Qualis B1

# Mulheres e a sustentabilidade ambiental na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do Polo de Petrolina-PE e Juazeiro-BA

Deise Cristiane do Nascimento<sup>1,2</sup> e Maria Herbênia Lima Cruz Santos<sup>1,3</sup>

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em *Ecologia Humana e Gestão Socioambiental*; Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil deisecristiane2005@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1517-9675>

<sup>2</sup>Profa. Faculdade de Petrolina.

<sup>3</sup>Profa. Dra. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil. mhlsantos@uneb.br <https://orcid.org/0000-0002-8453-5242>

**Resumo.** As mulheres na agricultura familiar contribuem não apenas através de seu trabalho diário, mas também para a conservação dos recursos naturais. O objetivo deste estudo é, portanto, identificar as práticas agrícolas adotadas por mulheres na agricultura familiar e analisar como essas práticas influenciam a sustentabilidade dos recursos naturais na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do Polo de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Em relação aos materiais e métodos adotados, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica no portal *Google Scholar*, seguida de pesquisa documental e, por fim, pesquisa de campo nos Projetos Públicos de Irrigação (PPI) Maria Tereza e Salitre. Entre os principais resultados, foi constatado que as mulheres adotam práticas agrícolas sustentáveis, como a incorporação de matéria orgânica no solo e o uso de esterco como fertilizante. Além disso, a diversificação das práticas sugere uma abordagem mais integrada para o manejo de pragas e ervas daninhas. Quanto ao descarte de embalagens de pesticidas, a maioria das mulheres não utiliza esses produtos. As que utilizam, devolvem as embalagens aos pontos de coleta especializados. No entanto, deve-se notar que a efetiva melhoria dos resultados, como as práticas sustentáveis, depende do desenvolvimento e implementação de políticas públicas que forneçam a infraestrutura necessária e apoiem as iniciativas das mulheres agricultoras.

**Palavras-chave:** Riscos ambientais; Trabalho feminino na agricultura; Polo de Fruticultura Irrigada.

**Abstract.** Women and environmental sustainability in the Integrated Region of Economic Development (RIDE) of the Petrolina-PE and Juazeiro-BA Hub, NE Brazil. Women in family farming contribute not only through their daily work but also to the conservation of natural resources. The aim of this study is, therefore, to identify the agricultural practices adopted by women in family farming and to analyze how these practices influence the sustainability of natural resources in the Integrated Region of Economic Development (RIDE) of the Petrolina-PE and Juazeiro-BA Hub, NE Brazil. Regarding the materials and methods adopted, a bibliographic research was initially carried out on the Google Scholar portal, followed by documentary research, and finally, field research at the Public Irrigation Projects Maria Tereza and Salitre. Among the main results, it was found that women adopt sustainable agricultural practices, such as incorporating organic matter into the soil and using manure as fertilizer. Additionally, the diversification of practices suggests a more integrated approach to pest and weed management. Regarding the disposal of pesticide packaging, most women do not use these products. Those who do, return the packaging to specialized collection points. However, it should be noted that the effective improvement of results, such as sustainable practices, depends on the development and implementation of public policies that provide the necessary infrastructure and support the initiatives of women farmers.

**Keywords:** Environmental risks; Women's work in agriculture; Irrigated Fruit Growing Hub.

## Introdução

O Brasil é caracterizado por profundas desigualdades econômicas, que levam a problemas sociais como pobreza e acesso restrito a serviços básicos por parte da população. O modelo hegemônico de produção agrícola não só resultou em um elevado grau de degradação ambiental e acumulação de renda, mas também é uma consequência direta da acumulação capitalista. Esta, por sua vez, tem intensificado a precarização estrutural do trabalho e intensificado o sobretabalho enfrentado pelas mulheres na vida cotidiana.

Conforme Hora, et al. (2021), apesar deste cenário adverso no século XXI, as mulheres perseveram em sua luta por direitos básicos e igualdade de gênero. No contexto da agricultura familiar, as mulheres desempenham um papel importante não apenas na soberania alimentar, mas também no desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, que minimizem o impacto ambiental. Dessa forma, este estudo tem como questão norteadora: quais práticas agrícolas são adotadas pelas mulheres da agricultura familiar e como essas práticas influenciam a sustentabilidade dos recursos naturais na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo de Petrolina-PE e Juazeiro-BA (RIDE Petrolina/Juazeiro).

A RIDE Petrolina/Juazeiro, estabelecida pela Lei Complementar nº 113/2001 (Brasil, 2001), é atualmente regulamentada pelo Decreto nº 10.296/2020 (Brasil, 2020) e integra oito municípios, divididos entre os Estados de Pernambuco e Bahia. Em Pernambuco, os municípios são Petrolina, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista, e na Bahia, Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho. Juntos abrangem área de 35.436,697 km<sup>2</sup> (Brasil, 2020).

A RIDE Petrolina/Juazeiro está localizada no submédio São Francisco, é um polo pujante da fruticultura irrigada e é reconhecida como uma região do agronegócio, em razão das inovações tecnológicas, como a irrigação, e da dinâmica econômica. Esta área não só lidera na produção de frutas como manga e uva, mas também se destaca por sua capacidade de exportação e de abastecer o mercado internacional.

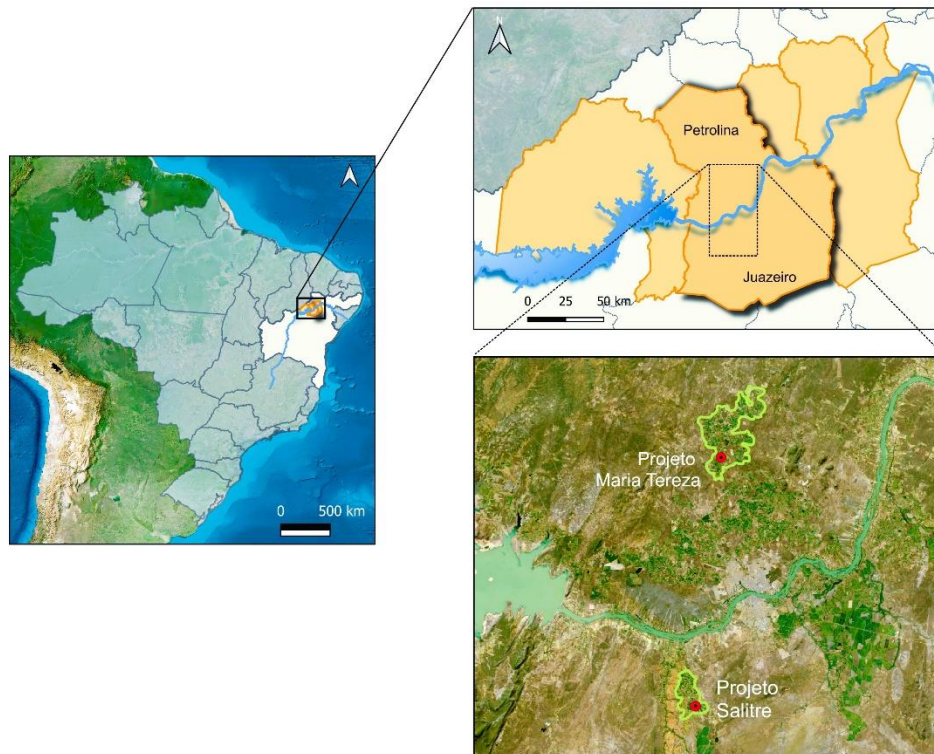
Por outro lado, a agricultura familiar é caracterizada pela diversidade da produção, refletindo seu papel na segurança alimentar da população. Além disso, também se destaca por sua importância na geração de emprego e renda. Ao diversificar suas culturas, os(as) agricultores(as) não só atendem ao consumo regional, mas também fortalecem a resiliência econômica e ambiental da comunidade.

A degradação ambiental representa um desafio complexo que abrange questões como a qualidade do ar, da água, do solo e da vida da população. Nesse panorama, as mulheres são centrais nas atividades produtivas e no modelo de produção agrícola. Para tanto, o objetivo deste estudo consiste em identificar as práticas agrícolas adotadas pelas mulheres da agricultura familiar e analisar como essas práticas influenciam a sustentabilidade dos recursos naturais na RIDE Petrolina/Juazeiro.

## Métodos

Este estudo compreendeu uma revisão bibliográfica realizada por meio do Google Scholar. A busca combinou os descritores “mulheres”, “agricultura familiar” e “recursos naturais nos projetos irrigados”, no idioma português. Como critérios de inclusão, selecionaram-se livros e artigos publicados entre 2000 e 2023, de acesso livre e revisados por pares. Artigos cujos resumos não apresentavam pertinência com o tema foram excluídos. Além disso, realizou-se pesquisa documental, que incluiu a Lei Complementar nº 113/2001 (Brasil, 2001), regulamentada pelo Decreto nº 10.296/2020 (Brasil, 2020), a Lei nº 11.329/2006 (Brasil, 2006), a Lei nº 12.651/2012 (Brasil, 2012) e a Lei nº 12.787/2013 (Brasil, 2013).

A pesquisa de campo foi realizado em colaboração com agricultores(as) familiares dos Projetos Públicos de Irrigação (PPI) Maria Tereza e Salitre. O PPI Maria Tereza está localizado no Município de Petrolina, Pernambuco, enquanto o PPI Salitre localiza-se em Juazeiro, Bahia; os municípios fazem parte da RIDE Petrolina/Juazeiro (Figura 1). Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB), sob o Parecer nº 5.892.826, emitido em fevereiro de 2023, realizada entre fevereiro e dezembro de 2023.



**Figura 1.** Localização geográfica da área de estudo: Projeto Público de Irrigação Salitre, Juazeiro, Bahia, Brasil; Projeto Público de Irrigação Maria Tereza, Petrolina, Pernambuco, Brasil.  
Fonte: Imagens de satélite Esri (2022).

Dessa forma, considerou-se a população estimada dos projetos, com 550 agricultores(as), no PPI Maria Tereza, e 255, no PPI Salitre, e, para calcular o tamanho da amostra, utilizou-se a equação para populações finitas. A seleção da amostra foi realizada de forma aleatória. Nesse sentido, os critérios para a escolha dos entrevistados foram: (a) assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; (b) ser agricultor(a) familiar dos PPI Maria Tereza ou Salitre; (c) ser maior de 18 anos.

De acordo com Bruce e Bruce (2019), o tamanho da amostra é determinado considerando o tamanho total da população ( $N$ ), o Z-Score associado ao nível de confiança desejado ( $z$ ) de 1,96, para 95% de confiança, a proporção estimada na população ( $p$ ) — para a qual se adotou 0,5 — e a margem de erro ( $e$ ) de 9,6%. Com isso, a amostra mínima foi de 89 entrevistados para o PPI Maria Tereza e 75 para o PPI Salitre.

Para avaliar a adequação das amostras coletadas em termos de poder estatístico, foi realizada uma análise de poder *Post hoc*, utilizando o software G\*Power, versão 3.1.9.7. Os resultados demonstraram que o tamanho da amostra foi adequado, alcançando um poder estatístico de 99,8%, para o Projeto Público de Irrigação Maria Tereza, e de 99,5% para o Projeto Público de Irrigação Salitre, indicando alta probabilidade de detectar efeitos estatisticamente significativos. Os dados foram coletados por meio de um questionário semiestruturado e analisados através do software estatístico Python 3.10.

A análise das práticas agrícolas com ênfase nos recursos naturais foi realizada com o propósito de identificar diferenças ou semelhanças entre o PPI Maria Tereza e o PPI Salitre e entre os gêneros. Em todas as análises, estabeleceu-se um nível de significância de 0,05 para o teste qui-quadrado de independência. Os resultados dos testes são apresentados em termos de p-valores, que indicam a probabilidade de observar as distribuições de dados sob a suposição de independência entre as variáveis analisadas. Além disso, para avaliar a força da associação entre as variáveis categóricas analisadas utilizou-se o  $\chi^2$  de Cramer.

Para o tratamento de dados ausentes na análise, optou-se pela exclusão de casos completos, removendo as linhas do conjunto de dados apenas quando todos os valores estavam ausentes. Esta abordagem foi escolhida por ser menos restritiva e por preservar uma quantidade maior de dados para a análise, comparada à exclusão *listwise*, que remove qualquer linha contendo um valor ausente em qualquer variável.

Os Projetos Públicos de Irrigação (PPI), em sua infraestrutura, preservam as áreas de preservação permanente (APP), conforme estabelecido pela Lei nº 12.651/2012 (Brasil, 2012), conhecida como o Novíssimo Código Florestal, que visa a garantir a proteção dos recursos hídricos e a sustentabilidade ambiental. Conforme o art. 4º, que inclui as faixas marginais de cursos d'água e áreas em torno de reservatórios artificiais, que devem ser respeitadas em qualquer tipo de uso do solo, incluindo projetos de irrigação. De forma complementar, a Lei nº 12.787/2013 (Brasil, 2013), que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, reforça a necessidade de sustentabilidade ambiental e da preservação de recursos naturais em projetos de irrigação.

## Resultados e discussão

Em 2006, o Estado brasileiro formalmente reconheceu a agricultura familiar como uma categoria social e política. São considerados agricultores familiares os pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores que atendem aos requisitos do art. 3º, da Lei nº 11.326/2006 (Brasil, 2006), define agricultor familiar e empreendedor familiar rural como aquele que desenvolve atividades no meio rural e cumpre, simultaneamente, os seguintes requisitos, (a) não possui, sob qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, (b) utiliza, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento, (c) garante que uma parcela mínima da renda familiar seja proveniente das atividades econômicas do próprio estabelecimento ou empreendimento, conforme critérios definidos pelo Poder Executivo (modificação introduzida pela Lei nº 12.512/2011), bem como (d) realiza a gestão do estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006, 2011).

Embora o reconhecimento formal da agricultura familiar pelo Estado brasileiro só tenha ocorrido em 2006, suas raízes remontam às décadas de 1970 e 1980, um período caracterizado por intensas lutas sociais contra as desigualdades e pela democracia, marcando uma oposição à ditadura militar vigente no país. As demandas por parte da população estavam relacionadas à distribuição de terras e ao acesso ao crédito — questões defendidas tanto em congressos acadêmicos quanto em manifestações públicas (Grisa e Schneider, 2014).

As mobilizações ocorridas não só desafiaram as estruturas políticas existentes, mas também fomentaram a reflexão acerca da identidade e das práticas agrícolas camponesas. No contexto brasileiro, Wanderley (2014) observou que a formação da identidade camponesa foi influenciada pela participação em movimentos sociais voltados à luta pela terra. Assim, a persistência do campesinato nas sociedades contemporâneas contrariou a noção de que estaria em vias de desaparecimento.

Sabourin (2009, p. 16) menciona que “no âmbito da vasta categoria agricultura familiar, os estudos de caso abordados confirmam a existência de uma agricultura com características camponesas [...]”. Essas práticas são marcadas pela autonomia em relação ao mercado capitalista de trocas e pela preservação de estruturas de reciprocidade. Essa

autonomia é caracterizada por uma inserção nos mercados locais e regionais, práticas de autoconsumo e intercâmbio interfamiliar.

Ainda, as estruturas de reciprocidade envolvem formas de troca baseadas na cooperação, apoio mútuo e na solidariedade, em vez de transações estritamente econômicas. Isso pode incluir a troca de trabalho, sementes e conhecimentos entre membros da comunidade, reforçando laços sociais.

O reconhecimento da agricultura familiar envolveu um esforço para redefinir a maneira como os camponeses e os pequenos agricultores eram classificados. De acordo com Schneider e Cassol (2014, p. 228), “trata-se também de atribuir um novo sentido analítico e político, pois a agricultura familiar passa a ser entendida como uma categoria social diversa e heterogênea [...]”, tanto por acadêmicos e pesquisadores quanto por gestores públicos e agentes sociais, reconhecendo seu papel estratégico na dinâmica do desenvolvimento social e econômico.

Em verdade, o desenvolvimento da agricultura brasileira resultou da aplicação de um modelo considerado moderno e produtivista, que nasce de uma estrutura considerada atrasada, que é predatória dos recursos naturais e socialmente excludente. A agricultura que emerge desta junção se torna economicamente pujante, mas nasce sob o estigma de uma desigual concentração de terras, com a permanência de latifúndios e monoculturas, e de um camponês e agricultor familiar resiliente que, através das lutas sociais, consegue seu reconhecimento.

Sendo assim, durante as décadas de 1970 e 1980, políticas de modernização agrícola foram implementadas no Nordeste, incluindo o desenvolvimento de infraestrutura hídrica e na estrutura de projetos de irrigação, segundo Sabourin (2008). Como resultado dessas políticas, a RIDE Petrolina/Juazeiro, situada na Região do Submédio São Francisco - no semiárido nordestino —, transformou-se em um grande produtor de frutas, alcançando um lugar de destaque no cenário nacional.

Isto posto, Dourado (2014) menciona a disponibilidade de recursos naturais, como água, terra e luminosidade, que contribuem para o aumento da produção agrícola. Esses fatores, combinados com a disponibilidade de mão de obra barata e de fácil acesso, têm facilitado o crescimento econômico e atraído investimentos, consolidando a região como um importante polo agrícola.

Em vista disso, Elias (2022) menciona que a modernização conservadora, implementada em um sistema que manteve as estruturas econômicas e sociais pré-existentes, expandiu as monoculturas do agronegócio por meio da difusão do pacote tecnológico e da política de irrigação. Isso exacerbou desigualdades, como a concentração fundiária, e intensificou as disputas pelo acesso à água. Além disso, em muitas regiões, propiciou devastação ambiental, destruindo conhecimentos e práticas historicamente construídos.

Neste cenário, está inserida a mulher agricultora familiar, que realiza múltiplas atividades, sendo responsável por realizar tarefas domésticas, cuidar dos filhos, produzir alimentos para autoconsumo (incluindo criação de animais de pequeno porte e manter uma horta), além de desenvolver atividades agrícolas e não agrícolas.

Silva e Schneider (2010) observam que o trabalho feminino nas unidades de agricultura familiar frequentemente é subvalorizado e considerado de menor importância, chegando a ser desprezado e visto meramente como “ajuda”. No entanto, é fundamental para a geração de renda e para manter o equilíbrio e a estabilidade do orçamento doméstico durante os períodos de entressafra.

Nos debates sobre agricultura familiar, as reflexões destacam a importânciadas mulheres na produção agroalimentar, na agroecologia, no manejo sustentável dos recursos naturais e no associativismo solidário, visando ampliar a visibilidade do trabalho feminino. No entanto, as desigualdades de gênero no meio rural frequentemente minimizam a contribuição econômica das mulheres na produção, tratando a família como uma entidade homogênea e única (Hora et al., 2021).

Neste estudo, as práticas analisadas compreendem agroecologia, agricultura orgânica, subsistência, agricultura de precisão e agricultura convencional. Entre essas práticas, a agroecologia se destaca por sua abordagem abrangente. Além de sua

preocupação ambiental, a agroecologia valoriza a dimensão social da agricultura, promovendo a soberania alimentar e territorial, relações de mercado justas, autonomia camponesa, o uso de insumos obtidos nos próprios estabelecimentos rurais familiares e a oferta de alimentos de qualidade para os consumidores (Candiotto, 2023).

A agricultura orgânica tem como objetivo obter solos e lavouras saudáveis por meio de práticas de reciclagem de nutrientes e matéria orgânica, como a compostagem ou a restituição dos resíduos culturais ao solo, a rotação de culturas e técnicas adequadas de preparo do solo. Na contramão, a agricultura convencional depende em grande medida de insumos químicos sintéticos e sementes geneticamente modificadas, seguindo um modelo produtivista e economicista (Candiotto, 2023). A agricultura de subsistência é centrada na produção de alimentos para a sobrevivência e o sustento da própria família do agricultor, com pouca ênfase na produção para o mercado. Já a agricultura de precisão visa à utilização de tecnologia avançada para maximizar a produção e a eficiência.

Nesse contexto, Hora, et al. (2021) afirmam que o trabalho das mulheres nos roçados é frequentemente visto como meramente complementar ao do homem, e elas continuam enfrentando limitações significativas no acesso à terra. Ademais, a análise de estatísticas agropecuárias sob uma perspectiva de gênero representa um fenômeno recente. A ausência de dados oficiais continua perpetuando a invisibilidade das mulheres e complicando o planejamento de políticas públicas específicas.

Os desafios enfrentados pelas mulheres na agricultura familiar incluem a falta de valorização social, além da busca por autonomia e empoderamento. Encontrando dificuldades ao transitar de métodos de agricultura convencionais para práticas mais sustentáveis, muitas mulheres na agricultura familiar continuam a enfrentar barreiras estruturais. Ao analisar os PPI Maria Tereza e Salitree comparar os tipos de agricultura por gênero, percebe-se que a agricultura convencional ainda predomina como o método de cultivo mais adotado.

No PPI Maria Tereza, 45,1% das mulheres utilizam métodos convencionais, enquanto 73,7% dos homens fazem o mesmo. No entanto, é destaca-se que 37,3% das mulheres implementaram práticas de agricultura agroecológica e 17,6% adotaram a agricultura orgânica. Entre os homens, apenas 10,5% estão praticando agricultura agroecológica e 15,8% optaram pela orgânica. No PPI Salitre, a agricultura convencional é prevalente, com 68% das mulheres e 66% dos homens optando por esta prática (Tabela 1).

A agroecologia foi adotada por 24% das mulheres e 18% dos homens, enquanto a agricultura orgânica foi praticada por 8% das mulheres e 16% dos homens. O coeficiente  $v$  de Cramer, calculado em 0,192 para os tipos de agricultura, reflete uma associação fraca entre gênero e tipo de agricultura nos projetos. Essas diferenças não são estatisticamente significativas ao nível de 0,05 ( $p = 0,059$ ) (Tabela 1).

A aparente falta de significância estatística não deve ofuscar o fato de que as mulheres estão adotando práticas agrícolas sustentáveis, como a agroecologia e a agricultura orgânica, em proporções maiores que os homens, de um modo geral. As dificuldades enfrentadas, como o acesso a capacitação que vise a práticas sustentáveis, limitam o acesso das mulheres. É necessário reconhecer e valorizar o papel das mulheres na agricultura, promovendo políticas que incentivem o acesso equitativo a recursos e capacitação. Tradicionalmente, os homens sempre tiveram acesso a capacitação, terra e crédito, enquanto as mulheres enfrentaram barreiras significativas.

**Tabela 1.** Tipos de Agricultura por gênero no PPI Maria Tereza e PPI Salitre.

Tipos de agricultura	PPI Maria Tereza				PPI Salitre				p-valor e v de cramer
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Agroecologia	19	37,3	4	10,5	6	24,0	9	18,0	p=0,059 v=0,192
Orgânica	9	17,6	6	15,8	2	8,0	8	16,0	
Subsistência	-	-	-	-	-	-	-	-	
Precisão	-	-	-	-	-	-	-	-	
Convencional	23	45,1	28	73,7	17	68,0	33	66,0	

Teste qui-quadrado de independência. Nível de significância = 0,05.

Diante dos complexos desafios socioecológicos e da necessidade de responder às desigualdades sociais, econômicas e ambientais resultantes de políticas ineficazes no tratamento dessas questões, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (IPEA, 2019a). Dentre os 17 ODS, o Objetivo 6 visa assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, e a falta desses recursos impacta desproporcionalmente as mulheres, afetando sua qualidade de vida, saúde e bem-estar (IPEA, 2019b).

Considerando a importância do acesso à água potável e ao saneamento básico para as comunidades rurais, observou-se nos PPI Maria Tereza e Salitre que há disponibilidade de água encanada tratada no Maria Tereza, enquanto no Salitre a água não é tratada. Além disso, não existe uma rede de coleta e tratamento de esgoto, indicando a ausência de uma infraestrutura completa de saneamento. Dessa forma, nos dois PPI, a fossa séptica é utilizada como meio de coleta primário de esgoto.

Roland, et al. (2019) argumentam que as redes de abastecimento de água e as soluções coletivas de esgotamento sanitário deveriam evoluir conjuntamente, pois as aglomerações que facilitam o serviço de água também tendem a viabilizar serviços similares para a coleta e tratamento de esgotos. No entanto, enquanto as políticas públicas nacionais priorizaram o abastecimento de água, o esgotamento sanitário foi relegado a um segundo plano, geralmente sem direcionamento claro ou definição de metas, resultando em um significativo déficit no serviço.

Dentre as práticas de descarte de resíduos nos projetos, a compostagem destaca-se como uma das técnicas mais utilizadas no PPI Maria Tereza, sendo adotada por aproximadamente 38,5% dos homens, em menor proporção pelas mulheres, 37,7%. A coleta pública é também uma forma de descarte; especificamente, 40,2% das mulheres e 35,9% dos homens deslocam-se até a agrovila para descartar resíduos em locais específicos. Sendo que 22,1% das mulheres e 25,6% dos homens recorrem à queima de resíduos, incluindo embalagens de agrotóxicos e outros materiais descartados da agricultura e das residências (Tabela 2).

É importante destacar também as práticas de descarte adotadas no PPI Salitre, onde 47,7% dos homens e 44,4% das mulheres utilizam a coleta pública em caçambas específicas para resíduos. Dentre os destinos dos resíduos, a queima é uma prática comum, empregada por 30,2% dos homens e 26,7% das mulheres. Já a compostagem é praticada por 22,1% dos homens e 28,9% das mulheres (Tabela 2). A participação ativa tanto de homens quanto de mulheres em todas as formas de descarte indica uma aceitação significativa das práticas de descarte de resíduos. Entretanto, a prevalência da queima de resíduos, incluindo materiais potencialmente tóxicos como embalagens de agrotóxicos, acarreta riscos ambientais e de saúde.

**Tabela 2.** Destino dos resíduos por gênero no PPI Maria Tereza e PPI Salitre.

Destino dos resíduos	PPI Maria Tereza				PPI Salitre				p-valor e v de cramer
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Coleta pública	31	40,2	14	35,9	20	44,4	41	47,7	p = 0,403 v = 0,112
Coleta seletiva	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reciclagem (cooperativas ou empresas)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Compostagem	29	37,7	15	38,5	13	28,9	19	22,1	
Queima	17	22,1	10	25,6	12	26,7	26	30,2	
Descarte em lixões ou aterros	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outro destino	-	-	-	-	-	-	-	-	

Teste qui-quadrado de independência. Nível de significância = 0,05.

Outro aspecto que merece atenção é o manejo dos resíduos provenientes das atividades agrícolas e pecuárias. Cerca de 35,0% das mulheres, do PPI Maria Tereza, utilizam a técnica de incorporação de resíduos agrícolas ao solo, o que é uma prática sustentável de manejo. Por outro lado, 31,7% delas usam esterco como adubo, o que também contribui para a fertilização do solo. Uma maior proporção de homens (44,7%) utiliza métodos categorizados como “Outros”, que incluem práticas como queimadas controladas, o que indica práticas adotadas menos sustentáveis, além de 26,3% que também fazem uso do esterco como adubo (Tabela 3).

No PPI Salitre aproximadamente 40,0% das mulheres optam por métodos alternativos “Outros”, que abrange o uso de resíduos como alimentação animal e a realização de queimadas. Ademais, 32,0% utilizam esterco como adubo, mantendo a preferência por práticas tradicionais de fertilização. Igualmente, 40,0% dos homens recorrem a métodos alternativos similares aos escolhidos pelas mulheres, enquanto 26% praticam a incorporação de resíduos ao solo (Tabela 3). As práticas utilizadas são relativamente similares entre os(as) agricultores(as) dos PPIs, não apresentando variações significativas, de acordo com o teste estatístico realizado.

A incorporação de resíduos ao solo e o uso de esterco como adubo são práticas mais sustentáveis e benéficas para o solo. As queimadas, mesmo controladas, podem ter impactos ambientais negativos, como “[...] emissão de gases para a atmosfera, esterilização dos solos, destruição dos ecossistemas, morte dos microrganismos fundamentais para o solo, perda dos minerais, destruição da fauna e da flora e o empobrecimento do solo (Silva, et al, 2015, p. 155).

**Tabela 3.** Resíduos dos cultivos e/ou da pecuária por gênero no PPI Maria Tereza e PPI Salitre.

Resíduos dos cultivos e/ou da pecuária	PPI Maria Tereza				PPI Salitre				p-valor v de Cramer
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Incorpo no solo	21	35,0	9	23,7	2	8,0	13	26,0	p = 0,141 v = 0,184
Enterra os resíduos	7	11,7	2	5,3	5	20,0	5	10,0	
Utilizo o esterco como adubo	19	31,7	10	26,3	8	32,0	12	24,0	
Outros	13	21,7	17	44,4	10	40,0	20	40,0	

Teste qui-quadrado de independência. Nível de significância estabelecido em 0,05.

O manejo integrado de controle de insetos-praga e ervas daninhas consiste na combinação racional de diversas estratégias dentro de um agroecossistema, com o objetivo de prevenir, controlar e, se necessário, erradicar essas ameaças. O controle visa a minimizar a competição das ervas daninhas para evitar prejuízos econômicos nos cultivos. As medidas incluem estratégias preventivas e de erradicação (Albrecht, et al., 2021). Dentre as técnicas adotadas nos PPI Maria Tereza e Salitre encontram-se métodos culturais, físicos, biológicos e químicos.

O controle cultural é uma das alternativas utilizadas pelos produtores que envolve a rotação de culturas em diferentes estações ou anos para quebrar ciclos de pragas e doenças. Assim como, plantar diferentes tipos de culturas juntas ajuda a reduzir a incidência de pragas específicas a uma cultura. Uma das formas muito utilizadas é a cerca viva, outra é a cobertura morta, que envolve cobrir o solo com restos vegetais, utilizando uma variedade de materiais. As barreiras físicas, como redes e telas, são adotadas para bloquear fisicamente o acesso dos insetos-praga; também incluem armadilhas adesivas e a cobertura de plantas individuais ou de áreas inteiras.

Já o controle biológico visa a preservar e a promover populações de inimigos naturais já existentes no ambiente, como predadores, parasitoides e patógenos, para manter as populações de pragas sob controle. O controle químico, realizado por meio de agrotóxicos, conhecidos entre os produtores como “veneno”, permite o crescimento da produtividade e a maximização do sistema produtivo (Albrecht, et al., 2021). O uso intensivo de produtos químicos no setor agrícola apresenta riscos para a saúde, podendo causar intoxicações entre os trabalhadores agrícolas, comprometendo a sustentabilidade das práticas agrícolas.

A Tabela 4 ilustra as práticas de controle de insetos-praga e ervas daninhas no PPI Maria Tereza. Os métodos culturais são as formas de controle mais utilizadas pelas mulheres (29,6%) em comparação com os homens (19,0%). Além disso, 27,5% das mulheres utilizam barreiras físicas como forma de controle, frente a 25,3% dos homens. Embora essas práticas sejam geralmente mais sustentáveis, o uso de produtos químicos persiste, sendo um método de controle utilizado por 23,5% das mulheres e 35,4% dos homens.

No PPI Salitre, 51,5% das mulheres e 55,9% dos homens utilizam produtos químicos para controle. As práticas mais sustentáveis, como as barreiras culturais, são adotadas por 20,0% das mulheres e 20,3% dos homens. Métodos culturais são usados por 12,1% das mulheres e 20,3% dos homens, enquanto barreiras físicas são empregadas por 12,1% das mulheres e 10,1% dos homens.

O p-valor 0,042 indica diferenças estatisticamente significativas nas práticas de manejo, que variam não apenas entre projetos, mas também entre gêneros no uso combinado das práticas de controle de insetos-praga e ervas daninhas. A associação moderada observada sugere que o gênero pode ser um fator relevante nas decisões de controle de pragas. O uso mais diversificado de práticas no PPI Maria Tereza pode indicar uma abordagem mais integrada no manejo de pragas e ervas daninhas.

**Tabela 4.** Práticas de controle de pragas por gênero no PPI Maria Tereza e PPI Salitre.

Controle de insetos-praga e ervas daninhas	PPI Maria Tereza				PPI Salitre				p-valor v de Cramer
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Controle biológico	19	19,4	16	20,2	7	20,0	12	20,3	p = 0,042 v = 0,15
Métodos culturais	29	29,6	15	19,0	4	12,1	12	20,3	
Produtos químicos	23	23,5	28	35,4	17	51,5	33	55,9	
Barreiras físicas	27	27,5	20	25,3	4	12,1	6	10,2	
Outros métodos	-	-	-	-	-	-	-	-	

Teste qui-quadrado de independência. Nível de significância = 0,05.

Os Municípios de Juazeiro e Petrolina são atendidos pela Associação do Comércio Agropecuário do Vale do São Francisco (ACAVASF), que implementou um projeto de coleta itinerante para recolher embalagens vazias de agrotóxicos diretamente dos(as) agricultores(as). O projeto visa a otimizar a logística de coleta, assim como a promover uma adesão mais ampla às práticas de descarte sustentável. A gestão inadequada das embalagens vazias de agrotóxicos representa a contaminação do solo, do ar e dos recursos hídricos.

A análise das práticas de descarte das embalagens de produtos químicos nos PPI Maria Tereza e Salitre revela diferenças na maneira como homens e mulheres lidam com esse resíduo. No PPI Maria Tereza, observa-se que 36,8% dos homens e 29,4% das mulheres devolvem suas embalagens em pontos de coleta. Esta prática é mais comum entre os homens, que mostram maior adesão em comparação com as mulheres. Além disso, a prática de utilizar um sistema de recolhimento de embalagens é adotada por 23,7% dos homens e 15,7% das mulheres (Tabela 5).

No PPI Salitre, a situação é similar, com 32,0% dos homens e 40,0% das mulheres escolhendo devolver suas embalagens em pontos de coleta. Por outro lado, 22,0% dos homens e 16,0% das mulheres adotam o sistema de recolhimento de embalagens. Essas diferenças indicam uma tendência de maior adesão por parte dos homens em ambos os projetos, embora a prática seja bastante comum e equilibrada entre os gêneros. O uso de outros métodos nos projetos, que corresponde a 12,0% e 13,1%, revela que, embora essas práticas não sejam predominantes, ainda persistem práticas que impactam negativamente o meio ambiente, como a queima e o descarte descontrolado em lixões (Tabela 5).

Essa regularidade sugere que, embora existam diferenças, não são acentuadas, permitindo concluir que a devolução de embalagens em pontos de coleta é uma prática bem-estabelecida nos dois projetos. A associação estatisticamente significativa, como indicado pelo p-valor (0,001), confirma que as diferenças observadas entre os projetos e gêneros não são aleatórias, mas sim influenciadas por aspectos específicos dos municípios, pois a ACAVASF tem um alcance nesses e outros municípios da RIDE.

**Tabela 5.** Descarte de embalagens químicas por gênero no PPI Maria Tereza e PPI Salitre.

Descarte de Embalagem	PPI Maria Tereza				PPI Salitre				p-valor v de Cramer
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Não utilizo	28	54,9	10	26,3	8	32,0	17	34,0	p = 0,001 v = 0,649
Devolvo as embalagens em pontos de coleta	15	29,4	14	36,8	10	40,0	16	32,0	
Utilizo um sistema de recolhimento embalagens	8	15,7	9	23,7	4	16,0	11	22,0	
Reutilizo as embalagens	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outro método	-	-	5	13,1	3	12,0	6	12,0	

Teste qui-quadrado de independência. Nível de significância = 0,05.

Destarte, a agricultura familiar desempenha um papel de destaque e é amplamente discutida na academia, especialmente considerando o papel social e ambiental das mulheres nas comunidades onde vivem e como podem modificar o meio através de um

modelo de produção sustentável, mitigando os impactos ambientais. Em geral, destacando-se nos métodos de produção, nas práticas de manejo de resíduos e nos tipos de agricultura adotados.

### Considerações finais

O acesso à água potável e ao saneamento básico é importante para as comunidades rurais, garantindo não apenas condições adequadas para a vida humana, mas também viabilizando a produção agrícola. Nos PPI Maria Tereza e Salitre, observou-se que, apesar da disponibilidade de água encanada tratada em apenas um dos projetos, não existe uma rede de coleta de esgoto. No PPI Salitre, a água disponível não é tratada, o que dificulta seu consumo seguro pelos(as) agricultores(as). Devido à ausência de sistemas de coleta e tratamento de esgoto, os(as) agricultores(as) dos dois projetos utilizam fossas sépticas como método de saneamento, o que impacta desproporcionalmente as mulheres, afetando diretamente sua qualidade de vida, saúde e bem-estar.

Nos PPI Maria Tereza e Salitre as mulheres da agricultura familiar se destacam nas práticas sustentáveis, como a agricultura agroecológica e orgânica. Em relação ao descarte de resíduos, as práticas adotadas pelas mulheres sobressaem, demonstrando um compromisso com a sustentabilidade ambiental. Dessa forma, é possível concluir que as mulheres desempenham um papel fundamental na preservação dos recursos naturais. No entanto, a melhoria desses indicadores depende de políticas públicas que promovam a infraestrutura necessária e apoiem as iniciativas sustentáveis das mulheres agricultoras.

### Referências

Albrecht, L. P., Albrecht, A. J. P., Danilussi, M. T. Y., Lorenzetti, J. B. Métodos de controle de plantas daninhas. **Matologia: estudos sobre plantas daninhas** / Arthur Arrobas Martins Barroso (Organizador); Afonso Takao Murata (Organizador). - Jaboticabal: Fábrica da Palavra, 2021.

Brasil. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)> . Acesso em: 12 fev. 2024.

Brasil. **Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Disponível em: <[http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp113.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp113.htm)>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Brasil. **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm)>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Brasil. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Brasil. **Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013**. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662,

de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2013/lei/l12787.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/l12787.htm)>. Acesso em: 18 maio de 2024.

Brasil. **Decreto nº 10.296, de 30 de março de 2020.** Dispõe sobre a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro e institui o seu Conselho Administrativo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10296.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2023.

Bruce, A.; Bruce, P. **Estatística prática para cientistas de dados.** Alta Books, 2019.

Candiotto, L. Z. P. Refletindo sobre o conceito de agricultura orgânica. **Geografia em Questão**, v. 16, n. 2, p. 47-66, 2023. <https://doi.org/10.48075/geoq.v16i02.30679>.

Dourado, J. A. L. Projetos desenvolvimentistas nas terras do sem-fim: expansão do agronegócio e precarização do trabalho no semiárido baiano. **Sociedade & Natureza**, v. 26, p. 7-23, 2014. <https://doi.org/10.1590/1982-451320140101>

Elias, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP**, v. 25, p. e-182640, 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892>

Grisa, C.; Schneider, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>.

Hora, K.; Nobre, M.; Butto, A. **As mulheres no censo agropecuário 2017.** São Paulo: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Friedrich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954-20210816.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.** 2019a. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6. Água Potável e Saneamento.** 2019b. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods6.html>>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Roland, N.; Tribst, C. C. L.; Senna, D. A.; Santos, M. R. R.; Rezende, S. A ruralidade como condicionante da adoção de soluções de saneamento básico. **Revista DAE**, v. 67, n. 220, p. 15-35, 2019. <https://doi.org/10.4322/dae.2019.053>

Sabourin, E. Será que existem camponeses no Brasil? In Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Porto Alegre, Brasil, 26-30 de julho de 2009.

Schneider, S.; Cassol, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014. <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2014.v31.20857>.

Silva, C. B. C.; Schneider, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. **Gênero e geração em contextos rurais**, p. 183-208, 2010

Silva, D. D. E.; Felizmino, F. T. A.; Oliveira, M. G. Avaliação da degradação ambiental a partir da prática da cultura do feijão no Município de Tavares-PB. **Holos**, v. 8, p. 148-165, 2015. <https://doi.org/10.15628/holos.2015.2063>

Wanderley, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 25-44, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>.

## 6 DISCUSSÃO GERAL

As discussões nesta tese são delineadas a partir das contradições inerentes ao sistema capitalista, exploradas sob a ótica da economia feminista. Esta perspectiva reconhece que, embora os(as) agricultores(as) familiares possam reter aspectos da vida camponesa e práticas sustentáveis de cultivo, eles(as) também enfrentam as dinâmicas de mercado do capitalismo, que acentuam as desigualdades de gênero. A economia feminista, apesar de utilizar algumas ferramentas analíticas semelhantes às do marxismo, como a crítica à acumulação capitalista, incorpora outras perspectivas críticas que abordam especificamente as experiências e desigualdades de gênero.

O primeiro capítulo analisou o acesso aos recursos do Pronaf, entre 2013 e 2022, nas regiões do Brasil; assim como a proporção de mulheres rurais que tiveram acesso ao crédito do programa; bem como avaliou o impacto desse acesso na sua autonomia econômica. Embora a intenção inicial do Pronaf fosse apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar, na prática, o programa favoreceu desproporcionalmente os(as) agricultores(as), priorizando aqueles(as) economicamente mais viáveis.

Segundo Grisa e Schneider (2015), que examinaram o acesso ao programa desde sua criação até 2012, destacam que há uma concentração no número de contratos e dos recursos de crédito nas regiões Sul e Sudeste, onde se encontram os agricultores e agricultoras mais capitalizados. Esse favorecimento parece estar relacionado ao suporte para atividades ligadas a *commodities*, como milho e soja, reproduzindo características do crédito rural brasileiro durante o período de modernização da agricultura.

Azevedo e Pessôa (2011) analisaram os dados do Pronaf e observaram que o volume de recursos aumentou consideravelmente nos últimos anos, resultando atenuando as disparidades regionais, embora estas ainda permaneçam significativas. Em relação à expansão nacional dos recursos destinados ao programa, houve um aumento aproximado de 266%. O Nordeste, que possui o maior número de estabelecimentos familiares, apresentou o maior crescimento percentual, com um aumento de cerca de 430%.

De acordo com Filipack, Sapiensa e Aleixo (2012), a criação do Pronaf Mulher, uma linha de crédito específica para as mulheres, em 2004, foi motivada pelo reconhecimento da necessidade de oferecer apoio financeiro a esse público. Nesse contexto, o crédito é visto como um importante aliado na redução das disparidades entre homens e mulheres na gestão e no trabalho das propriedades familiares.

Spanevello, Matte, Boscardin (2016) observaram que, em todas as regiões, o acesso ao programa foi predominantemente masculino. Exceto na região Nordeste, as demais regiões não atingiram o percentual de 30% do Pronaf destinado às mulheres, de acordo com dados do

programa de 2015. Quanto aos valores, a região Nordeste totalizou 32% dos recursos para as mulheres, ficando à frente das demais regiões.

As autoras destacam que as maiores desigualdades de gênero no acesso ao crédito se encontram principalmente na região Sul, seguidas pelas regiões Centro-Oeste e Sudeste. Embora a região Nordeste tenha mostrado menor desigualdade, o afastamento das mulheres das atividades principais explicaria a baixa demanda por crédito por parte das mulheres em todo o Brasil e a relativa dificuldade de acesso aos recursos disponibilizados.

Os resultados desse estudo indicam desigualdades entre as regionais e de gênero significativas no acesso ao crédito. O Sul e o Sudeste têm uma história de agricultura comercial intensiva. Portanto, assim como no período de modernização, os recursos do Pronaf podem estar sendo canalizados para apoiar uma produção mais intensiva. Paralelo a isso a estrutura administrativa e a infraestrutura financeira nessas regiões tornaram o acesso ao crédito mais fácil, refletindo a tendência histórica de centralização de recursos.

Sendo assim, na região Sul, o valor do crédito de custeio para as mulheres apresenta um coeficiente positivo (p-valor < 0,001). Isso indica que, de acordo com os resultados do modelo de regressão, há uma diferença significativa no valor do crédito de custeio entre as regiões Sul e Nordeste. A região Sul apresenta, em média, um valor de crédito de custeio consideravelmente maior, mantendo todas as outras variáveis constantes. Em relação às demais regiões – Sudeste, Norte e Centro-Oeste –, não apresentam diferenças expressivas em relação ao Nordeste, pois seus p-valores são maiores que 0,05. A análise dos anos indica que a maioria não tem um efeito importante sobre o valor do crédito custeio. No entanto, o ano de 2022 se destaca com um coeficiente positivo, sugerindo que o custeio nesse ano é maior que no ano de referência 2013. As desigualdades entre homens e mulheres que mais se destacam estão nas regiões Sul e Sudeste. No Sul, o valor do crédito de custeio para homens é quase oito vezes maior (760% maior) em comparação com o das mulheres, sendo essa diferença altamente significativa (p-valor < 0,001). Para o Sudeste, os homens receberam, em média, 15,1% a mais em crédito de custeio em comparação às mulheres, e essa diferença é estatisticamente significativa (p-valor = 0,001).

O valor do crédito de investimento para o gênero masculino na região Sul tem um coeficiente positivo, indicando que, em média, o valor é maior nessa região do que na região Nordeste, *ceteris paribus*. Por outro lado, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam reduções de 0,241 e 0,333 unidades, respectivamente. O coeficiente para a região Sudeste não foi estatisticamente significativo. Em relação aos anos, 2014 apresenta um aumento significativo de investimento, enquanto os anos de 2015 a 2022 mostram reduções no investimento, variando de 0,102 a 0,293 unidades. Os valores de R<sup>2</sup> explicam 50,4% da

variabilidade do valor de investimento para o gênero feminino e 92,2% para o sexo masculino. Portanto, o modelo é mais adequado para explicar os valores de investimento para o gênero masculino

Considerando a quantidade e distribuição de contratos de custeio por regiões e gênero, verificou-se uma forte concentração dos contratos nas regiões Sul e Sudeste para o gênero masculino, no período avaliado, sendo que para o gênero feminino a região Sul se destaca, apresentando um percentual mais elevado, seguido da região Nordeste. Além disso, nas regiões há uma diferença significativa entre os sexos. Por outro lado, a região Norte exibe o menor valor percentual, indicando uma menor proporção de contratos nessa região. A região com o maior percentual de contratos de investimentos é o Nordeste para ambos os sexos, sendo 60,4% para o gênero feminino e 63,4% para o gênero masculino. Por outro lado, a região com o menor percentual é o Centro-Oeste, com 1,2% para o gênero feminino e 2,4% para o gênero

Na região Sul, o valor médio de crédito de custeio para o gênero feminino aproxima-se de R\$ 1.572.739.937. Para o gênero masculino, o valor médio alcança foi de R\$ 10.900.430.511. Ao examinar o Sudeste, observa-se um padrão semelhante. Na região Nordeste tem um número de contratos de crédito de custeio, os valores médios de crédito são menores em comparação com as regiões Sul e Sudeste, especialmente para o gênero masculino. Contudo, nas demais regiões, as variações entre os valores médios de crédito de custeio para os gêneros feminino e masculino, embora presentes em termos absolutos, não se mostram estatisticamente significativas. Nas análises regionais do valor médio do crédito de investimento, percebe-se uma distribuição desigual entre os gêneros, com maiores alocações de capital direcionadas ao gênero masculino.

Os dados revelam que a participação relativa das mulheres no crédito de custeio e investimento oscilou no intervalo de 10,89% a 17,91%, refletindo uma distribuição desigual e destacando as complexidades inerentes à estrutura de financiamento voltada para as agricultoras no contexto rural. Com efeito, a complexidade das questões de gênero no acesso ao crédito no âmbito do Pronaf revela avanços significativos na inclusão das mulheres, contribuindo para atenuar as desigualdades e fortalecer sua autonomia econômica. Embora esses avanços não tenham alcançado o volume de 30% do crédito destinado ao custeio e investimento, conforme estabelecido, ainda assim representam um progresso. No entanto, permanece a necessidade de considerar iniciativas adicionais que fomentem uma distribuição mais equitativa do crédito, para reforçar a posição das mulheres na agricultura familiar nas regiões do Brasil.

Nesse contexto, o segundo capítulo buscou caracterizar o perfil socioeconômico da mulher na agricultura familiar na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do Polo de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), com base nas características censitárias dos estabelecimentos agropecuários de 2017. A agricultura familiar se destacou como uma das principais formas de trabalho agrícola na RIDE, ocupando 48,1% da área total e empregando 50,30% das pessoas do setor. Além disso, representou cerca de 71,3% dos produtores agrícolas, o que significa que, de cada 100 produtores, aproximadamente 71 são familiares. Por outro lado, a agricultura patronal representada por apenas 28,7% dos produtores recenseados ocupa 51,9% da área total, e emprega 49,70% do pessoal ocupado. Indicando que a quantidade de agricultores familiares é aproximadamente 2,5 vezes maior do que a de agricultores patronais. No entanto, em termos de área ocupada, os valores são, respectivamente, 498.660 e 538.928 hectares. Isso representa uma diferença de 8,07% a mais em hectares ocupados pelos estabelecimentos patronais.

O número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres foi de aproximadamente 7.078 mil, o que corresponde a 20,7% do total. O percentual de homens à frente de estabelecimentos agropecuários é superior, representando 79,3%, quase quatro vezes o percentual de estabelecimentos dirigidos por mulheres. Ao desagregar os dados entre agricultura familiar e não familiar, observou-se que a agricultura familiar tem o maior número de estabelecimentos dirigidos por mulheres chegando a 5.301, na agricultura patronal totalizam 1.777. De acordo com Herrera (2016), fatores como a estrutura patriarcal da família e a falta de reconhecimento do trabalho feminino no campo como atividade produtiva contribuem para a desigualdade de gênero. Adicionalmente, Hora, Nobre e Butto (2021) apontam que há uma subnotificação da participação do trabalho feminino nos estabelecimentos agropecuários, visto que, popularmente, essa atividade é percebida como predominantemente masculina. Nesta perspectiva, para alcançar uma redução da desigualdade de gênero é essencial compreender que esta questão é acometida por diversos fatores, incluindo desigualdades raciais, relações de poder, educação dos filhos e autonomia econômica.

Em relação à situação legal das terras, uma vez que se trata de áreas onde foram implementados projetos públicos de irrigação a maioria das mulheres rurais envolvidas na agricultura familiar declarou que possui a propriedade da terra. Em seguida, há aquelas que estão com terras concedidas por órgãos fundiários, porém, ainda sem titulação, e algumas estão em regime de comodato. No contexto rural, é relevante mencionar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) emitiu a Portaria nº 981/2003, que estabelece, em seu artigo 3º, as condições para a outorga do Título de Domínio ou do Contrato

de Concessão de Uso. O artigo 3º afirma que a titulação conjunta é obrigatória para homens e mulheres, desde que estejam casados ou em união estável. Em caso de alteração das situações estabelecidas, será dada prioridade à titulação em favor da mulher, especialmente quando ela detiver a guarda dos filhos (Brasil, 2003).

Ao analisar a renda obtida com as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos de agricultura familiar dirigidos por mulheres, verifica-se que esta não representa a principal fonte de renda. A maioria desses estabelecimentos possui outras fontes de renda que superam os ganhos provenientes da atividade agrícola. Essa realidade implica considerações importantes para as políticas de apoio à agricultura familiar, uma vez que outras fontes de renda se mostram mais significativas.

A agricultura familiar, em particular, apresenta uma tendência à diversificação das ocupações no mercado de trabalho, combinando atividades não agrícolas e agrícolas, ou seja, a pluriatividade. Além disso, há uma parcela desse segmento dedicada às atividades voltadas para o consumo próprio. Nesse sentido, a diversificação no âmbito do setor não agrícola pode decorrer de diversas motivações por parte das famílias que residem em áreas rurais, sendo o fator determinante a manutenção da renda. Esse cenário é corroborado por Akamoto, Nascimento e Maia (2016), que, ao analisarem as famílias pluriativas, demonstraram que estas possuem níveis mais elevados de pobreza rural.

A quantidade de estabelecimentos familiares, distribuídos por classes de idade das agricultoras familiares, varia desde menos de 25 anos até mais de 75 anos. É possível verificar que há um maior contingente de produtoras nas faixas etárias de 45 a 55 anos e de 55 a 65 anos, sobretudo nos municípios de Juazeiro, Petrolina e Casa Nova. Esses números apontam para uma tendência de envelhecimento entre as produtoras agrícolas, já que as faixas etárias mais avançadas possuem um número significativo de estabelecimentos com a presença de agricultoras, enquanto as faixas mais jovens apresentam uma representatividade menor.

No contexto da agricultura familiar, determinadas condições, como a posse da terra e o acesso à educação, contribuem para a reduzir as desigualdades sociais e econômicas, influenciando a capacidade de geração de emprego e renda. Além disso, a falta de acesso a escolas e condições adequadas para viabilizar a aprendizagem tem contribuído para o analfabetismo no meio rural. Isso dificulta a organização social e aumenta a vulnerabilidade das pessoas diante da dominação social. Essa situação permite o controle exercido pelos latifundiários e empresários, perpetuando a subalternidade, a submissão e a extração da mais-valia (Souza, 2020).

Além disso, o nível de escolaridade das agricultoras familiares na RIDE também é um fator relevante. Dentre os quatro municípios baianos analisados, Juazeiro apresenta a maior

proporção de agricultoras familiares que sabem ler e escrever, com 74,3%. Por outro lado, Casa Nova registra o maior percentual de agricultoras familiares que não sabem ler e escrever entre os municípios estudados, atingindo 32,6%. Em Casa Nova, apenas 32 mulheres agricultoras possuem graduação superior, enquanto em Juazeiro, o número é de 25.

Além disso, observa-se que um número considerável de mulheres nos municípios analisados não concluiu o curso superior em que estavam inscritas. Em Juazeiro, quase metade das agricultoras não finalizou seus cursos, enquanto em Sobradinho, a taxa de não conclusão atinge metade. Em Curaçá, a situação é ainda mais acentuada, com mais da metade das agricultoras não completando a graduação. Nos municípios pernambucanos analisados, os dados indicam que em Lagoa Grande, aproximadamente 33,19% das mulheres são analfabetas, o maior índice entre os municípios estudados. Orocó segue com 26,77%, e Santa Maria da Boa Vista com 22,75%, enquanto Petrolina apresenta o menor percentual, com 22,47%. Menos da metade das agricultoras desses municípios concluíram o curso superior em que estavam inscritas.

Para tanto, o terceiro capítulo apresenta os dados da pesquisa de campo realizada nos PPIs Maria Tereza, localizado em Petrolina/PE, e Salitre, em Juazeiro/BA. Dessa forma, o estudo analisou como as mulheres da agricultura familiar impactaram a dinâmica socioeconômica e identificou as atividades pluriativas desenvolvidas nas comunidades rurais da RIDE Petrolina/Juazeiro. No PPI Maria Tereza, 47% das mulheres e 50% dos homens se autodeclararam pardos, com menor número de brancos e pretos. No PPI Salitre, 40% das mulheres e 46% dos homens se identificam como pardos, seguidos por brancos e, em menor número, pretos. É importante destacar que nenhum(a) dos agricultores(as) se identificou como indígena ou amarelo(a).

Esses dados refletem a composição demográfica regional, mostrando uma predominância de autodeclaração como pardos entre os agricultores dos projetos Maria Tereza e Salitre. É importante destacar que nenhum(a) dos(as) agricultores(as) se identificou como indígena ou amarelo(a). Esses dados refletem a composição demográfica regional, mostrando uma predominância de autodeclaração como pardos entre os(as) agricultores(as) dos projetos Maria Tereza e Salitre.

Em relação ao estado civil, a proporção de pessoas casadas é significativamente maior no projeto Salitre, que também apresenta a menor proporção de mulheres solteiras em comparação com o Maria Tereza. Esses dados sugerem variações nas dinâmicas sociais entre os dois projetos. Nos PPIs Maria Tereza e Salitre, observam-se diferenças significativas nos níveis de educação entre os gêneros. No Maria Tereza, as mulheres predominam nos níveis de ensino fundamental e médio, enquanto os homens demonstram maior participação no ensino

técnico. Por outro lado, no Salitre, as mulheres não apenas alcançam níveis mais altos de educação, como ensino superior completo e pós-graduação, mas também superam os homens, que tendem a ter uma maior presença no ensino técnico e superior completo.

Os dados indicam que as diferenças observadas entre gênero e níveis de educação alcançados nos dois projetos são estatisticamente significativas, com um p-valor muito baixo ( $7,94 \times 10^{-10}$ ) e um v de Cramer de 0.419, sugerindo uma associação moderada entre estas variáveis. Esses resultados apontam para a persistência de desigualdades estruturais na sociedade que impactam diferentemente as trajetórias educacionais de homens e mulheres nos projetos analisados.

A análise da Estatística de Gênero do IBGE de 2022 corrobora os dados, apresentados no projeto Salitre, que de um modo geral no Brasil, os níveis de educação das mulheres superam os dos homens, assim como a frequência desde as etapas iniciais da educação, com um aumento progressivo dessa vantagem ao longo do percurso educacional (IBGE, 2024). Porém, o fato de as mulheres no projeto Maria Tereza não apresentarem proporções maiores nos níveis de educação superior pode ser atribuído às múltiplas responsabilidades frequentemente impostas às mulheres, que limitam suas oportunidades educacionais.

O acesso à terra é fundamental para o desenvolvimento de atividades produtivas e, para as mulheres, representa uma forma importante de garantir sua autonomia. No Maria Tereza, 60,8% das mulheres adquiriram suas terras mediante compra, enquanto 33,3% beneficiaram-se da reforma agrária, e somente 5,9% herdaram suas terras. Entre os homens, 52,6% adquiriram terras através do regime de posse compra, 26,3% por reforma agrária, enquanto 10,5% obtiveram suas terras tanto por herança quanto por arrendamento. De forma semelhante, no projeto Salitre, a compra representou o método predominante para 80,0% das mulheres, com 20,0% adquirindo terras por arrendamento, sendo que os homens, 68,0% adquiriram suas terras por compra e 32,0% por arrendamento.

Outro modo de aquisição de terra que merece destaque é a herança, modalidade que registra o menor percentual entre as mulheres do projeto Maria Tereza. Segundo Brumer (2005), as tradições culturais conferem aos homens prioridade sobre as mulheres nos papéis mais especializados, tecnificados e mecanizados da agricultura, assim como na liderança dos estabelecimentos e na comercialização dos produtos. As mulheres são frequentemente excluídas da herança de terras agrícolas, perpetuando um ciclo de desigualdades econômicas e limitando sua capacidade de se tornarem proprietárias de terras e alcançarem autonomia financeira.

A criação de aves é mais comum entre as mulheres, no projeto Maria Tereza, enquanto a maioria dos homens não possui nenhum tipo de criação animal, que geralmente ocorre para

o consumo da família. Em relação à produção de hortaliças, quase três quartos das mulheres dedicam-se a essa cultura, principalmente para autoconsumo, como alface, tomate e diversos temperos. A fruticultura é a principal atividade, sendo as mais produzidas a uva, a acerola, a goiaba, destinadas tanto ao mercado nacional quanto ao internacional. Além disso, as mulheres dedicam-se à produção agrícola e também estão envolvidas em outras atividades não agrícolas (Brumer, 2004).

No projeto Salitre, uma proporção menor de mulheres (40%) está envolvida no cultivo de hortaliças em comparação ao projeto Maria Tereza (72,5%), embora seja maior do que a proporção dos homens no mesmo projeto (22%). As principais hortaliças produzidas incluem pimentão, alface, tomate, cebola e coentro, sendo comercializadas no mercado local. A produção de frutas é diversa, abrangendo banana, acerola, romã, limão, coco e melão, todas destinadas ao mercado nacional.

As agricultoras no Projeto Maria Tereza adotam múltiplas formas de comercialização, sendo as mais relevantes a participação em cooperativas (62,7%) e no Mercado do Produtor de Juazeiro (37,2%). Adicionalmente, observa-se uma significativa adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com 27,5% das agricultoras participando do programa, assim como em feiras livres no município (23,5%). Os agricultores seguem a mesma tendência em relação à comercialização, porém com menor envolvimento no PAA (18,4%).

As agricultoras do Projeto Salitre comercializam seus produtos principalmente através de atravessadores (84,0%), têm uma participação discreta em feiras do município de domicílio e municípios vizinhos (20,0%) e menor envolvimento em feiras locais (8,0%). O Mercado do Produtor de Juazeiro é também um local de comercialização importante para as agricultoras (26,0%). Os agricultores apresentam uma tendência similar, comparado às mulheres, porém com maior participação em feiras locais (24,0%) e menor nas feiras do município de domicílio e municípios vizinhos (6,0%). Além disso, têm uma presença significativa, mas relativamente menor, no Mercado do Produtor de Juazeiro, representando 24,0%.

A maior diversidade de formas de comercialização proporciona aos (as) agricultores (as), do Maria Tereza, oportunidades para negociar preços mais vantajosos. A participação no PAA pode também indicar um melhor suporte organizacional e governamental. Ademais, os (as) agricultores (as) cooperados (as) optam por vender seus produtos também através da Cooperativa de Produção Agroindustrial do Projeto Maria Tereza.

Por outro lado, no Salitre, a comercialização é realizada em maior proporção através de atravessadores, pode limitar a autonomia dos agricultores e reduzir seus ganhos. A ausência de envolvimento com o PAA e cooperativas sugere áreas onde intervenções poderiam ser benéficas para melhorar o acesso ao mercado e a sustentabilidade econômico-

financeira.

Os dados relativos às ocupações agrícolas no contexto do projeto Maria Tereza evidenciam uma disparidade significativa na distribuição de gênero. Observa-se que 81,6% dos homens dedicam-se exclusivamente a atividades agrícolas na agricultura familiar, contudo as mulheres representam apenas 23,5%. Esta diferença demonstra a predominância masculina nas atividades agrícolas na região.

No projeto Salitre, a participação em ocupações agrícolas também é predominantemente masculina; no entanto, a diferença de gênero é menos acentuada do que no Maria Tereza. Tanto mulheres quanto homens no Salitre estão mais envolvidos em ocupações pluriativas, com 64% das mulheres e 52% dos homens participando, o que indica uma diversidade nas fontes de renda. Não foram registradas ocupações estritamente não agrícolas entre os agricultores e agricultoras.

No projeto Maria Tereza, as agricultoras participam (25,5%) das atividades informais, como beneficiamento de doces, costura, aulas particulares, cozinha e artesanato. Além disso, destacam-se no comércio, bancos, transporte, hotelaria e outros serviços (15,7%) e como funcionárias do governo federal, estadual ou municipal (11,8%). Os agricultores demonstram uma maior inclinação para o trabalho agrícola, representando 81,6%.

Menos da metade dos (as) agricultores (as) estão envolvidos em atividades somente agrícolas, no projeto Salitre. Ocupações vinculadas a órgãos do governo federal, estadual e municipal também são significativas, representando 32% das mulheres e 34% dos homens. Dessa forma, observa-se que a pluriatividade desenvolvida nos projetos é marcada por desigualdades e envolve uma diversidade de atividades econômicas. De acordo com, Antunes (2017, p. 260) o "camponês trabalha como pequeno proprietário durante seis meses do ano e como proletário rural nos outros seis meses".

Para as mulheres do projeto Maria Tereza, a faixa de renda familiar mensal não agrícola mais representativa é de mais de 1 até 2 salários mínimos, correspondendo a 35,3%, sendo que 23,5% não obtêm nenhuma renda de ocupações não agrícolas. Entre os homens, 10,5% auferem uma renda superior a 3 salários mínimos. No entanto, é importante mencionar que 81,6% dos homens não possuem nenhuma renda não agrícola. No Salitre, a maior proporção de renda familiar mensal não agrícola encontra-se na faixa acima de 3 salários mínimos, tanto para mulheres (32%) quanto para homens (30%). No mesmo projeto, 36% das mulheres e 48% dos homens não possuem nenhuma renda não agrícola. O p-valor extremamente baixo ( $p=2.9 \times 10^{-8}$ ) indica que as diferenças na renda familiar mensal por gênero em atividades não agrícolas entre os dois projetos são estatisticamente significativas. Isso confirma a existência de disparidades entre os gêneros, que estão associadas de maneira

moderada

No Maria Tereza, 64,7% das mulheres ganham mais de 3 salários mínimos em renda familiar mensal agrícola, enquanto uma proporção ainda maior de homens, 76,3%, alcança essa faixa de renda. No Projeto Salitre, as maiores proporções de renda entre 2 e 3 salários mínimos são observadas tanto entre mulheres (40%) quanto entre homens (38%).

Isto posto, os(as) agricultores(as) apresentaram uma proporção maior na faixa de renda mensal acima de 3 salários mínimos em ocupações não agrícolas no Projeto Salitre. Esse fato pode estar relacionado ao nível de escolaridade dos (as) agricultores (as). Um nível de escolaridade mais elevado pode proporcionar melhores oportunidades de emprego e, conseqüentemente, rendimentos mais altos em atividades não agrícolas. Nesse aspecto, Giannakis, Efstratoglou e Antoniadis (2018), corroboram com essa visão, e acrescentam que os níveis mais elevados de escolaridade têm sido positivamente associados a salários mais altos fora da agricultura, implicando uma maior disposição para procurar emprego fora desse setor.

A renda familiar mensal dos agricultores do Projeto Maria Tereza, que frequentemente ultrapassa três salários mínimos, pode estar associada à presença de uma Agrovila e à diversidade nas formas de comercialização. Ademais, a falta de infraestrutura adequada, como escolas, postos de saúde e comércios, dificulta a permanência dos trabalhadores no projeto, uma vez que suas famílias não têm acesso a esses serviços essenciais.

No quarto e último capítulo, foram identificadas as práticas agrícolas adotadas por mulheres na agricultura familiar e analisado como essas práticas influenciam a sustentabilidade dos recursos naturais na RIDE Petrolina/Juazeiro. Para isso, prosseguiu-se com uma pesquisa de campo nos projetos de irrigação mencionados. Sendo assim, os desafios enfrentados pelas mulheres na agricultura familiar incluem a falta de valorização social, além da busca por autonomia e empoderamento. Encontrando dificuldades ao transitar de métodos de agricultura convencionais para práticas mais sustentáveis, muitas mulheres na agricultura familiar continuam a enfrentar barreiras estruturais. Ao analisar os PPI Maria Tereza e Salitree comparar os tipos de agricultura por gênero, percebe-se que a agricultura convencional ainda predomina como o método de cultivo mais adotado.

No PPI Maria Tereza, 45,1% das mulheres utilizam métodos convencionais, enquanto 73,7% dos homens fazem o mesmo. No entanto, é destaca-se que 37,3% das mulheres implementaram práticas de agricultura agroecológica e 17,6% adotaram a agricultura orgânica. Entre os homens, apenas 10,5% estão praticando agricultura agroecológica e 15,8% optaram pela orgânica. No PPI Salitre, a agricultura convencional é prevalente, com 68% das mulheres e 66% dos homens optando por esta prática.

A agroecologia foi adotada por 24% das mulheres e 18% dos homens, enquanto a agricultura orgânica foi praticada por 8% das mulheres e 16% dos homens. O coeficiente  $v$  de Cramer, calculado em 0,192 para os tipos de agricultura, reflete uma associação fraca entre gênero e tipo de agricultura nos projetos.

As dificuldades enfrentadas, como o acesso a capacitação que vise a práticas sustentáveis, limitam o acesso das mulheres. É necessário reconhecer e valorizar o papel das mulheres na agricultura, promovendo políticas que incentivem o acesso equitativo a recursos e capacitação. Tradicionalmente, os homens sempre tiveram acesso a capacitação, terra e crédito, enquanto as mulheres enfrentaram barreiras significativas.

Considerando a importância do acesso à água potável e ao saneamento básico para as comunidades rurais, observou-se nos PPI Maria Tereza e Salitre que há disponibilidade de água encanada tratada no Maria Tereza, enquanto no Salitre a água não é tratada. Além disso, não existe uma rede de coleta e tratamento de esgoto, indicando a ausência de uma infraestrutura completa de saneamento. Dessa forma, nos dois PPI, a fossa séptica é utilizada como meio de coleta primário de esgoto.

Nos Projetos Públicos de Irrigação Maria Tereza e Salitre, diversas práticas de descarte de resíduos são adotadas. No Maria Tereza, a compostagem é utilizada por 38,5% dos homens e 37,7% das mulheres, enquanto a coleta pública envolve 40,2% das mulheres e 35,9% dos homens que levam resíduos até a agrovila. Além disso, 22,1% das mulheres e 25,6% dos homens optam pela queima de resíduos, incluindo embalagens de agrotóxicos. No Salitre, 47,7% dos homens e 44,4% das mulheres utilizam a coleta pública, e a queima é adotada por 30,2% dos homens e 26,7% das mulheres, enquanto a compostagem é praticada por 22,1% dos homens e 28,9% das mulheres. A aceitação generalizada dessas práticas indica uma conscientização sobre a gestão de resíduos, embora a queima, especialmente de materiais tóxicos, traga riscos ambientais e de saúde significativos.

A análise das práticas de descarte de embalagens de produtos químicos nos Projetos Públicos de Irrigação (PPI) Maria Tereza e Salitre mostra diferenças significativas na maneira como homens e mulheres gerenciam esses resíduos. No PPI Maria Tereza, 36,8% dos homens e 29,4% das mulheres utilizam pontos de coleta para devolver suas embalagens, com os homens mostrando maior adesão a essa prática. Além disso, 23,7% dos homens e 15,7% das mulheres optam por um sistema de recolhimento de embalagens. No PPI Salitre, a devolução em pontos de coleta é mais equilibrada, com 32,0% dos homens e 40,0% das mulheres aderindo a essa prática, enquanto 22,0% dos homens e 16,0% das mulheres usam o sistema de recolhimento. Apesar das diferenças de adesão entre os gêneros, a prática de devolução de embalagens em pontos de coleta é bem estabelecida em ambos os projetos, sugerindo uma

conscientização comum, embora persistam práticas menos sustentáveis como a queima e o descarte descontrolado. A significância estatística dessas diferenças, indicada por um p-valor de 0,001, confirma que elas são influenciadas por aspectos específicos dos municípios onde a ACAVASF opera, refletindo um padrão consistente entre os projetos.

Destarte, dentre as limitações deste trabalho, destaca-se a necessidade de compreender os motivos que levam os(as) agricultores(as) a buscar atividades, agrícolas ou não, fora de suas propriedades, uma vez que esses fatores podem transcender a diversificação da renda. Ademais, é necessária uma avaliação do mercado de trabalho feminino temporário, tanto formal quanto informal, na fruticultura irrigada, principalmente aquele contratado pelas fazendas do agronegócio.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma de produção da agricultura familiar não apenas preserva a biodiversidade agrícola e promove a sustentabilidade ambiental, mas também contribui para a segurança alimentar das comunidades e para o desenvolvimento rural, fomentando a geração de emprego e renda, além de promover a autonomia econômica dos(as) agricultores(as).

Ao questionar e reformular o discurso androcêntrico predominante na Ciência Econômica, a economia feminista amplia o entendimento sobre o sistema econômico e seu funcionamento. Ao trazer luz para a subvalorização do trabalho reprodutivo e a desigualdade de gênero, oferece uma perspectiva crítica para repensar as estruturas econômicas e sociais que moldam o setor agrícola.

A partir disso, é preciso tratar da força feminina na agricultura familiar, que, ao contrário do que se poderia pensar, não se limita a um papel complementar ao trabalho masculino; as mulheres estão ativamente envolvidas na produção agrícola. Além da desigualdade no acesso à terra, as famílias rurais enfrentam dificuldades relacionadas à renda; as mulheres assumem um papel central na reprodução e produção na agricultura familiar.

Neste sentido, a distribuição dos recursos do Pronaf mostrou-se desigual ao considerar as regiões do Brasil, bem como a questão de gênero. As regiões Sul e Sudeste se destacam no acesso ao crédito de custeio e investimento, enquanto as mulheres, apesar de representarem uma parcela significativa da agricultura, enfrentam maior dificuldade de acesso ao crédito em comparação aos homens. As diferenças de acesso ao crédito do Pronaf nas regiões, identificadas neste estudo, podem ser atribuídas a diversos fatores, como a renda dos agricultores e agricultoras, que reflete sua capacidade de pagamento junto às instituições financeiras, além da questão de gênero e da organização social do trabalho.

A caracterização do perfil das agricultoras familiares da RIDE Petrolina/Juazeiro revelou desigualdades de gênero significativas. A renda oriunda da produção agrícola é inferior a outras fontes de renda, indicando que essas agricultoras desenvolvem outras atividades fora da agricultura. Além disso, apenas 20,7% dos estabelecimentos agropecuários da região são dirigidos por mulheres, e a situação em relação ao nível de escolaridade das agricultoras é preocupante: 28,2% são analfabetas, 20,3% nunca frequentaram a escola, 15% alcançaram algum nível de alfabetização, e 58% não concluíram o ensino formal. Estas barreiras educacionais impõem limitações severas, afetando diretamente suas oportunidades econômicas e qualidade de vida.

As variáveis socioeconômicas dos PPIs Maria Tereza e Salitre analisadas revelaram a persistência de desigualdades estruturais de gênero que impactam diferentemente as trajetórias

educacionais de homens e mulheres. No projeto Salitre, observou-se um nível de escolaridade mais elevado entre as mulheres. Por outro lado, no Maria Tereza, as múltiplas responsabilidades atribuídas às mulheres limitam suas oportunidades educacionais, resultando em um nível de escolaridade mais baixo entre as agricultoras em comparação com os agricultores.

O acesso à terra é uma variável importante para o desenvolvimento de atividades produtivas e, para as mulheres, representa uma forma de garantir sua autonomia econômica. Embora a compra ainda seja o método mais comum de aquisição, a reforma agrária e a herança, que poderiam ajudar a mitigar as desigualdades de gênero, ocorrem em menor proporção, resultando frequentemente na exclusão das mulheres da herança de terras agrícolas.

No que se refere às atividades econômicas, mais da metade (76,5%) das agricultoras no Maria Tereza são pluriativas. Neste projeto, elas participam de atividades informais como o beneficiamento de doces, costura, aulas particulares, cozinha e artesanato, e também se destacam no comércio, bancos, transporte, hotelaria e outros serviços. Por outro lado, os agricultores mostram uma inclinação maior para o trabalho agrícola, com uma taxa de pluriatividade de apenas 18,4%. No Salitre, a pluriatividade é notável tanto entre mulheres quanto homens, sendo a renda de atividades não agrícolas maior neste projeto.

No Maria Tereza e Salitre, as mulheres da agricultura familiar se destacam nas práticas sustentáveis, como a agricultura agroecológica e orgânica. Em relação ao descarte de resíduos, as práticas adotadas pelas mulheres sobressaem, demonstrando um compromisso com a sustentabilidade ambiental. Devido à ausência de sistemas de coleta e tratamento de esgoto, os agricultores dos dois projetos utilizam fossas sépticas como método de saneamento, impactando desproporcionalmente as mulheres e afetando diretamente sua qualidade de vida, saúde e bem-estar.

Dessa forma, é possível concluir que as mulheres desempenham um papel fundamental na preservação dos recursos naturais. No entanto, a melhoria desses indicadores depende de políticas públicas que promovam a infraestrutura necessária e apoiem as iniciativas sustentáveis das mulheres agricultoras. Ações como acesso a crédito, terra e educação podem fortalecer e garantir a presença das mulheres na agricultura familiar. É essencial que essas políticas promovam a transformação estrutural das condições econômicas e sociais para minimizar as desigualdades existentes e garantir reconhecimento e apoio às contribuições vitais das mulheres à economia e ao meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Edusp, 2012.

ANJOS, Flávio Sacco; CALDAS, Nádia Velleda. Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/5335>

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Sociedade & Natureza**, v. 23, p. 483-496, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132011000300009>. Acesso em: jul. 2024.

BENGOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz (Ed.). **Economia Feminista: Desafios, propostas e alianças**. Editora Jandaíra, 2022.

BOHN, Liana; CATELA, Eva. Há economia feminista na ciência econômica brasileira?: Avaliação da produção científica da área entre 1990 e 2015. **Encontro Nacional de Economia da Região Sul**, v. 20, 2017. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files\\_I/i1-575c863d4bcb6e6b67e5fc8434c1f042.pdf](https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_I/i1-575c863d4bcb6e6b67e5fc8434c1f042.pdf)

BOJANIC, Alan A **importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro**. Publicado, 06/12/2017. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1071672/>. Acesso em: maio de.

BRANDENBURG, Alfio. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **Ruris-Revista do Centro de Estudos Rurais (IFCH-UNICAMP)**, v. 4, n. 1, p. 167-194, 2010. Disponível em: <https://orprints.org/id/eprint/24366/>. Acesso em: set. 2023.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras: Florianópolis, Sorocaba, Rida Grande Teresina e Rida Petrolina-Juazeiro**. Brasília: IPEA, PNUD, FIP, 2017.

BRASIL. **Lei complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp113.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp113.htm). Acesso em: fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm) . Acesso em: fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Programa de disseminação das estatísticas do trabalho (PDET). **Microdados RAIS e CAGED**. <http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm). Acesso em: jul. 2023.

BRITO, Adolfo. **O que é a agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/ru/c/454156/>. Acesso em: jul. 2024.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF mulher. **Revista Antropológicas**, v. 23, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/viewFile/23746/19392>. Acesso em: set. 2023.

CARVALHO, Horário Martins. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CEPAL -Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Perspectivas de la Agricultura y del Desarrollo Rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2023-2024/** CEPAL; FAO; IICA - San José, 2023, 158 p.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento Dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Polos de irrigação, 2023**. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/polos-de-irrigacao>. Acesso em: dez. 2023.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Mulheres Rurais**. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

CORDEIRO, Marcelle Candido; SANTOS, Luan; MARUJO, Lino G. COVID-19 and the fragility of Brazilian small farming resilience. **Brazilian Journal of Operations & Production Management**, v. 18, n. 2, p. 1-14, 2021. DOI : <https://doi.org/10.14488/BJOPM.2021.027>. Acesso em: set. 2023.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. **Boletim Especial 8 de Março de 2024**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf>. Acesso em: maio de 2024.

DOURADO, José Aparecido Lima. Agrohidronegócio e disputas territoriais no semiárido baiano: notas introdutórias. **Revista GeoAmazônia**, v. 1, n. 02, p. 122-133, 2014. DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.n1v2p122-133. Acesso em: set. 2023.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p25>. Acesso em: dez. 2023.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar**. 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1190270/>. Acesso em: set. 2023.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, p. 11-28, 2009. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Economia-feminista-e-agenda-de-luta-das-mulheres-no-meio-rural-Nalu.pdf>. Acesso em: set. 2023.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 559-583, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-35172018-2815>. Acesso em: jul. 2023

FILIPAK, Alexandra; SAPIENSA, Larissa; ALEIXO, Sany Spínola. A política de crédito rural e a autonomia econômica das mulheres: Um estudo de caso do PRONAF-Mulher. **Anais Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Florianópolis, 2012. Disponível em: [https://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/old\\_20/1384194789\\_ARQUIVO\\_AlexandraFilipak.pdf](https://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/old_20/1384194789_ARQUIVO_AlexandraFilipak.pdf). Acesso em: set. 2023.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu. A financeirização da natureza e precarização do trabalho em Petrolina-PE-Vale do rio São Francisco. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 2, p. 66-84, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v21i2.7333>. Acesso em: jul. 2023.

FURTADO, Celso. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. 2018. Disponível: [bibliotecadigital.fpabramo.org.br](http://bibliotecadigital.fpabramo.org.br). Acesso em: set. 2023.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232410/000975223.pdf?sequence=1>. Acesso em: set. 2023.

GTDN - GRUPO DE TRABALHO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. 97 p. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17760>. Acesso em: maio 2022.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208>. Acesso em: set. 2023.

HERRERA, Karolyna Marin. Rompendo dicotomias: o cotidiano do trabalho das mulheres rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 1, p. 63-79, 2019. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.82>. Acesso em: fev. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: jun. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: jun. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas/9827-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>. Acesso em: jun. 2020.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia MP. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1904/1553>. Acesso em: jul. 2023.

MATTEI, Lauro. Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1, n. 1, 2013. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/320>. Acesso em: ago. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

MIRANDA, Edna Lopes; FIÚZA, Ana Louise Carvalho. Movimentos sociais rurais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, p. 123-136, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550107>. Acesso em: set. 2023.

NETO COELHO, Agripino Souza. Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. **Biblio 3w: revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**, 2010. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/biblio3w/article/view/193994>. Acesso em: jun. 2023.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. **São Paulo: expressão popular**, v. 2012, 2011.

NUNES, Emanuel Márcio et al. Políticas agrárias e agrícolas no contexto do desenvolvimento do nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 43, 2014.. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3324/4/PPP\\_n43\\_Politicass.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3324/4/PPP_n43_Politicass.pdf)

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>. Acesso em: set. 2023.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e reciprocidade**. 2009. Disponível em: <https://hal.science/hal-02840130/document>. Acesso em: ago. 2023.

SARTORI, Vitor Bartoletti. De Hegel a Marx: da inflexão ontológica à antítese direta. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 55, p. 691-713, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2014000200014>. Acesso em: jul. 2023

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, p. 99-122, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>. Acesso em: set. 2023.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Post scriptum ao artigo Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista grifos**, v. 30, n. 51, p. 42-67, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5656>. Acesso em: set. 2023.

SILVA, Pedro Carlos Gama da. Trabalho feminino na fruticultura irrigada no submédio do vale do São Francisco. **Mulheres em perspectiva: Relações de gênero, trabalho e saúde**. Curitiba: CRV, p. 75-93, 2014. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1001207>. Acesso em: out. 2023.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do

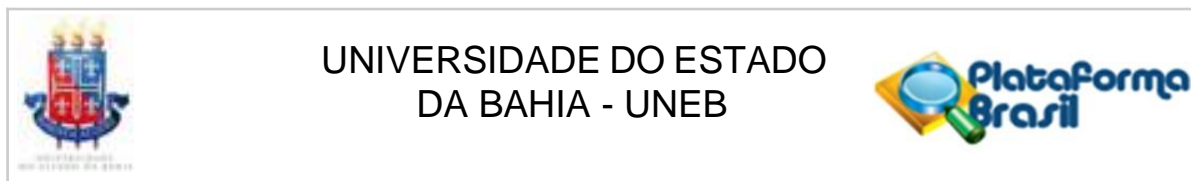
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 44, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/11963>. Acesso em: jul. 2024.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. Edusp, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em: jun. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>. Acesso em: jun. 2023.

## ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TRABALHO FEMININO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO POLO PETROLINA - JUAZEIRO

**Pesquisadora:** DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 66145222.2.0000.0057

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.892.826

#### Apresentação do Projeto:

O trabalho feminino no contexto da agricultura familiar é uma condição sine qua non para a temática da sustentabilidade do meio ambiente, da economia e do aspecto social. Nesse sentido, o objetivo central deste projeto de tese será compreender o trabalho feminino na agricultura familiar no Polo Petrolina – Juazeiro. Para analisar o trabalho feminino na agricultura familiar adotar-se-á a pesquisa social empírica e procedimentos metodológicos que permitam captar o movimento das dimensões das atividades agrícolas, não agrícolas e/ou para-agrícolas praticadas pelas mulheres na agricultura familiar. Trata-se de um estudo descritivo, bibliográfico e de campo nos projetos de irrigação de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Esta pesquisa fomenta uma contribuição em relação as ocupações agrícolas, não agrícolas e para-agrícolas, a autonomia econômica e o gerenciamento dos recursos financeiros que são fruto do seu trabalho, dentre outros fatores que contribuem para a autonomia feminina. Além de discussões em relação aos recursos naturais e os diferentes atores envolvidos.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:**

Analisar o trabalho feminino na agricultura familiar no Polo Petrolina/Juazeiro.

#### Objetivo Secundário:

- Caracterizar o perfil da mulher na agricultura familiar no Polo Petrolina – Juazeiro, a partir de características censitárias disponíveis dos estabelecimentos agropecuários 2006 e 2017;

<b>Endereço:</b> Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,	
<b>Bairro:</b> Água de Meninos	<b>CEP:</b> 40.460-120
<b>UF:</b> BA	<b>Município:</b> SALVADOR
<b>Telefone:</b> (71)3612-1330	<b>Fax:</b> (71)3612-1300
<b>E-mail:</b> cepuneb@uneb.br	



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



Examinar a evolução e a proporção de acesso ao crédito Pronaf por mulheres;  
- Elaborar um diagnóstico social, econômico e ambiental da agricultura familiar e das atividades agrícolas e não agrícolas praticadas pelas mulheres.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Enquanto pesquisa descritiva utilizando a técnica de entrevistas semiestruturadas com as mulheres da agricultura familiar, poderá existir durante o cumprimento destas etapas possíveis desconfortos emocionais e/ou riscos psicossociais, incômodos provenientes de recordações relacionados às lutas das mulheres das comunidades. Assim, para reduzir efeitos e condições que possam vir a causar algum dano aos participantes da pesquisa, a identidade de cada uma será preservada, nenhum outro pesquisador terá acesso aos formulários com as informações fornecidas pelos informantes, e estes terão acesso a toda e qualquer produção acadêmica proveniente desse estudo, antes da publicação para revisão e concordância com as informações.

Como o projeto de pesquisa se propõe a compreender o trabalho da mulher na agricultura familiar no Polo Petrolina – Juazeiro, o estudo pode contribuir (benefício) indicar alternativas para superação de dificuldades enfrentadas por elas dentro do universo de abrangência social, econômica e ambiental, apontando possíveis ações que possam agregar para melhoria do bem-estar social.

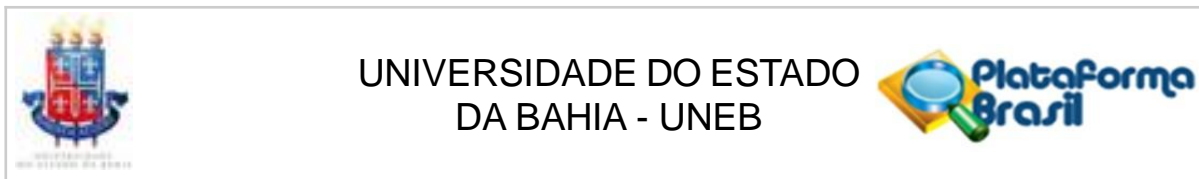
Acredita-se que os impactos sociais na comunidade sejam positivos, sociais na comunidade sejam positivos, de valorização das mulheres e reconhecimento da força de seu trabalho, renda familiar, e na manutenção dos recursos naturais, sem alterar significativamente qualquer rotina doméstica e/ou prática no que se refere ao trabalho local em função da pesquisa. Também, não há indícios que possa ocorrer interferência nas relações familiares ou comunitárias como consequência deste estudo.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Destacamos que todos os comentários deste parecer são baseados na correlação dos princípios éticos (autonomia, não maleficência, beneficência, equidade e justiça) com os aspectos da pesquisa (objeto, participante, métodos e aspectos do campo), sempre na perspectiva da orientação e sem julgamento de valores, conforme preconiza a ética no seu significado mais profundo que é propor a dignidade humana. Vale à informação, de forma geral, que o risco mencionado na Plataforma Brasil se enquadra intimamente com a vulnerabilidade do participante.

No tocante aos benefícios, entendemos que estes poderiam ser maximizados no texto e implementados (na prática), como as questões relativas aos benefícios ambientais. Dessa foram, em nosso entendimento a pesquisa ao levantar informações referentes ao trabalho feminino na

**Endereço:** Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
**Bairro:** Água de Meninos **CEP:** 40.460-120  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br



agricultura familiar no polo Petrolina - Juazeiro e após leitura do TCLE, entendemos que as entrevistas podem causar desconforto ou até emergir questões passadas que evoquem emoções (boas ou ruins) contudo, entendemos também que já está descrito no TCLE tais informações.

Destarte, reforçamos a pesquisadora a necessidade de explicar as pessoas envolvidas na pesquisa que além do direito de interromper a participação e não responder o que não for desejado, respeitando a autonomia, a beneficência, a justiça e a equidade, neste tipo de pesquisa, compreender as pessoas, suas emoções e "seu momento" é muito importante neste tipo de pesquisa e sua abordagem.

No projeto não consta o orçamento. ADICOINAR!

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

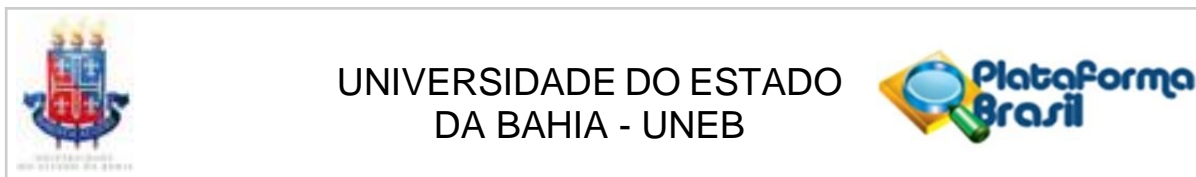
- 1 – Informações básicas do projeto: Em conformidade;
- 2 – Declaração de concordância: Em conformidade;
- 3 – Termo de autorização da instituição proponente: Em consonância;
- 4 – Termo de compromisso do pesquisador: Em conformidade;
- 5 - termo de confidencialidade: em conformidade
- 6 – folha de rosto: Em conformidade;
- 7 – cronograma: Em conformidade;
- 8 – Orçamento: Não consta no Projeto;
- 9 – Projeto: Em conformidade (Não apresenta o orçamento!);
- 10 - TCLE: Em conformidade

#### **Recomendações:**

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

**Endereço:** Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
**Bairro:** Água de Meninos **CEP:** 40.460-120  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br



### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise consideramos que o projeto encontra-se aprovado para a execução uma vez que atende ao disposto nas resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos não havendo pendências ou inadequações a serem revistas.

### Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como

### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2050995.pdf	15/12/2022 21:16:10	DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	Aceito
Declaração de Concordância	DECLARACAO_DE_CONCORDANCIA.Pdf	15/12/2022 21:06:30	DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO_DE_AUTORIZACAO_DA_INSTITUICAO_PROPONENTE.pdf	15/12/2022 20:54:12	DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_DO_PESQUISADOR.pdf	15/12/2022 20:45:17	DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	TERMO_DE_CONFIDENCIALIDADE.pdf	15/12/2022 20:42:32	DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	13/12/2022 16:48:22	DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.jpg	07/12/2022 18:51:37	DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	07/12/2022 18:28:09	DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	07/12/2022 18:27:33	DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento/ Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/12/2022 18:21:44	DEISE CRISTIANE DO NASCIMENTO	Aceito

### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Apreciação da CONEP: Não

SALVADOR, 14 de Fevereiro de 2023

Assinado por:  
Aderval Nascimento Brito (Coordenador(a))

**Endereço:** Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
**Bairro:** Água de Meninos **CEP:** 40.460-120  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br

